

PARTICIPAÇÃO



Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília - Ano 10 - nº 17 - julho de 2010 - ISSN 1677-1893

Extensão
e Produção de Conhecimento

PARTICIPAÇÃO

Revista do Decanato de Extensão

Universidade de Brasília

Ano 10 – nº 17 – junho//2010 –ISSN 1677-1893

Periodicidade: semestral

Tiragem: 2.000 exemplares

R454

Revista participação /Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro,
editor científico ; Sonia Ramos Cruz, editora-executiva.
_ ano 10, n. 17 (Jun. 2010) _ Brasília: Universidade de
Brasília, Decanato de extensão, 2010.
88 p.

ISSN 1677-1893

1. Indissociabilidade. 2. Projetos de extensão. 3. Extensão
universitária. I. Ribeiro, Álvaro Sebastião Teixeira (ed.). II.
Cruz, Sonia Ramos (ed.).

CDU 378.147.867

EDITORIAL

A Participação é um legado e uma conquista importante do Decanato de Extensão da UnB na promoção, difusão e avaliação da extensão universitária. Constitui rico acervo acadêmico que reitera a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e enfatiza a construção do conhecimento mediante uma troca permanente de saberes, conhecimentos e tecnologias entre a universidade e a sociedade. Traz para o cenário das práticas extensionistas a discussão das diretrizes da atual Política Nacional de Extensão, que tratam da interdisciplinaridade, territorialidade, desenvolvimento e articulação com as Políticas públicas encaminhadas em termos regionais.

Este é o número 17 da Participação e os trabalhos nele contidos mantêm forte diálogo com a temática escolhida: A extensão e a produção de conhecimento. São nove artigos e duas comunicações que expõem de forma direta ou subjacente, reflexos concretos desse preceito conceitual sobejamente observado no âmbito das ações de extensão.

Significativo número de contribuições de extensionistas de outras universidades aliados aos trabalhos da UnB compõem esta edição. Temos artigos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFO), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Goiás (UFG).

Tecnologias sociais e geração de renda: A economia solidária ressignificando o trabalho e a vida na Vila Acaba Mundo aborda o projeto Polos da Cidadania, da UFMG. Interessante compreensão de “ressignificação de vidas” é dada pelos autores às exitosas experiências extensionistas de trabalho e de geração de renda.

Conexões de saberes: a extensão da universidade de Brasília em Ceilândia e as expectativas dos jovens de origem popular traça considerações de “co-nexistas” estudantes da UnB acerca do projeto, dando ênfase à identificação deles com os jovens atendidos quanto à difícil trajetória de acesso ao ensino superior.

Direitos Humanos e Ensino Jurídico: uma superação dos modelos assistencialistas a partir da experiência na extensão universitária revela, entre outras conclusões, que o Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal de Ouro Preto (NDH/UFOP) desenvolve experiência em extensão universitária “comprometida com uma verdadeira formação em Direito”.

Espaço de construção de conhecimentos para o PET-Psi destaca a importância da prática extensionista na formação do estudante de graduação da UnB, a partir das atividades de extensão desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial do Instituto de Psicologia (PET-Psi).

Vale de Cidadania: uma extensão solidária no Vale do Jequitinhonha aborda o Programa da UFMG Polos de Cidadania, circunscrito à região do Médio Vale do Jequitinhonha. Apresenta a metodologia utilizada bem como relatos de

experiências e múltiplas considerações sobre o projeto como avanços, dificuldades, especificidades e desafios da ação extensionista.

Programa de atendimento à família no ambiente hospitalar: uma ação de humanização junto aos acompanhantes das crianças internadas no Hospital São Sebastião de Viçosa, MG trata da experiência extensionista da UFV vivenciada por estagiárias no setor da Brinquedoteca do hospital e reafirma a importância do trabalho realizado com as famílias na recuperação das crianças doentes.

Terapia periodontal em pacientes diabéticos – A Extensão de resgatar o sorriso, focado no projeto de extensão da UnB Atendimento periodontal em pacientes com diabetes mellitus tipo 1 e 2, exalta em sua abordagem, os reflexos positivos da ação extensionista também revertidos aos docentes e estudantes extensionistas, além dos pacientes assistidos .

A importância de oficinas de arte/dança com pais e professores da Educação Infantil é um artigo acerca do projeto de extensão em interface com a pesquisa, LudiDança, da UFV, que defende para resultados mais plenos, redimensionamento de ações que agregam não somente os estudantes de educação infantil, mas, também, seus pais e professores.

Educação e religiosidades afro-brasileiras: a experiência dos candomblés é um artigo de docentes da Faculdade de Educação da UnB, que tenta desmitificar o candomblé e oferecer subsídios à introdução da história e cultura africanas e afro-brasileiras nos currículos da educação básica, rumo a uma educação para a diversidade.

As ligas acadêmicas das ciências da saúde na Universidade Federal de Goiás é uma comunicação de estudantes da UFG que expõe a experiência de criação das ligas acadêmicas e que, segundo os autores, constituem instrumentos plenos de extensão universitária pelo fato de também agregarem o ensino e a pesquisa em suas atividades.

A edição encerra com a comunicação Ações de Educação Ambiental na Universidade de Brasília: projeto Reciclando o Cotidiano, um movimento social na luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos. O texto discorre sobre a atuação de projeto piloto nascido na Faculdade de Educação e sua evolução na parceria com a Agenda Ambiental da UnB e com os estudantes da disciplina: projeto “Água como matriz ecopedagógica” .

Agradecemos aos envolvidos na produção deste número, autores da UnB e das outras universidades, bem como aos pareceristas e equipe de execução. A par da qualidade dos textos selecionados, a expectativa é de que a nossa Revista traga leitura atenta e proveitosa para todos.

Saudações Universitárias,

Oviomar Flores
Decano de Extensão

REITOR

José Geraldo de Souza Júnior

VICE-REITOR

João Batista de Sousa

DECANO DE EXTENSÃO

Oviomar Flores

DECANA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Marcia Abrahão Moura

DECANO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Denise Bomtempo Birche de Carvalho

DECANO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pedro Murrieta Santos Neto

DECANA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Rachel Nunes da Cunha

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro A. Cerletti (Universidad de Buenos Aires-UBA)

Alexandre Bernardino Costa (DEX/UnB)

Ana Paula Moraes Fernandes (USP)

Bernardina Maria de Souza Leal (UFF)

Cláudia Mendonça Magalhães Gomes Garcia (UCB)*

Conceição Gislaíne Nóbrega L. de Salles (UFAL)

Domingos Sávio Coelho (IP/UnB)

Fabiana Nunes de Carvalho Guimarães (UCB)

Jane Dullius (FEF/UnB)

Leila Chalub Martins (FE/UnB)

Lúcia Helena C.Z. Purino (IP/UnB)

Maria de Fátima R. Makiuchi (FIS/UnB)

Paulo Sergio de Andrade Bareicha (FE/UnB)

Perci Coelho de Souza (SER/UnB)

Renato Hilário dos Reis (FE/UnB)

Sérgio Luiz da Silva (UFSCar)

Walter Omar Kohan (UERJ)

EDITOR CIENTÍFICO

Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro

EDITORA-EXECUTIVA

Sonia Ramos Cruz

SECRETÁRIA DA REVISTA

Ádria Tavares

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Núcleo De Programação Visual

REVISÃO

Editorial Abaré

DECANATO DE EXTENSÃO

Prédio da Reitoria –Campus Universitário Darcy Ribeiro

70.910.900 – Brasília-DF Brasil -Fax: (55 61) 3273 7122

Telefones: (55 61) 3107-0326 3107-0330

redex@unb.br – <http://www.unb.br/portal/extensao/>

www.revistaparticipacaodex.br -E-mail: participacao@unb.br

DECANATO DE EXTENSÃO – DEX

(Gabinete do Decano/Secretaria)

Wellington Lourenço de Almeida (Decano)

Alexandre Oliveira Simões

Antônio Pereira de Carvalho

Eliane de Jesus Correia (Secretária da CEX)

Geraldo Alves da Mata Filho

José Marques Ribeiro (Secretário)

José William da Silva (Assistente do Decanato)

Maria José Gomes

Messias Cândido de Oliveira

Nilda da Silva Malaquias

Renata Pietsch França Barbosa (Secretária)

Ricardo de Andrade Ribeiro

Rubens Augusto Brandão

Sonia Ramos Cruz (Assessora de Comunicação)

DIRETORIA TÉCNICA DE EXTENSÃO

Daniela Conceição de Oliveira Teles

Eliane Aparecida dos Santos

Luciana Helena C. Milhomens

Jeane Cristina Gomes (Diretora)

Leocádia Aparecida Chaves

NÚCLEO DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

Henrique de Aguiar Lara

Juliana Cristina Ribeiro

Marlene Bomfim (Coordenadora)

Rosilene de Oliveira Vasconcellos

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO VISUAL E INFORMÁTICA

Damara Santos Ribeiro

Girleide Rocha

Webson Dias (Coordenador)

NÚCLEO DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - NPIR

Deborah Silva Santos (Coordenadora)

Fabiana Paiva

Paulo Victor Silva Pacheco

NÚCLEO DA AGENDA AMBIENTAL - NAA

Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Mara Marchetti

Marina Bicalho Rodrigues

Fernanda Fagundes Alves

Fernando Passos dos Santos

IZabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti

Vera Margarida Lessa Catalão

NÚCLEO DO PROJETO RONDON

Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro

Lenora Gandolfi

Regina Coeli

Yolanda Camp

Goiara

Tadeu Maia

Antonio Carlos dos Anjos Filho (Coordenador)

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO CONTINUADA - INTERFOCO

Jodete Guilherme Amorim (Diretora)

Adeane Sena Carvalho

André Vicente E. de Carvalho

Brenda R. Gonçalves

Cássio Teixeira de Moraes

Douival Rodrigues Pereira (Coordenador)

Gilberto D. dos Santos

Jorivê Sardinha da Costa

José Edson Gomes Feitosa

Kátia Sales Lopes Ramos

Kamila Souza Jacinto

Lidiane Holanda Barbosa

Maria de Fátima Eleutério

Nanahira R. Sant'Ana

Raimundo E. Vasconcelos

Rogério Ramos Silva

Rosângela de Oliveira Alves

Rosilene Magalhães de Lucena

Shirlene S. Malaquias

Tallita Pirangy C. de Araújo

Victor Hugo Barros Costa

GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA AGRÁRIA - GTRA

Mônica Castagna Molina (Coordenadora)

Ana Elizabeth da Silva Baltar

Anna Izabel Barbosa

Catarina dos Santos Machado

Elizângela Nunes Pereira

Helena Freitas

Lais Mourão Sá

CASA DA CULTURA DA AMERICA LATINA - CAL

Ana Queiroz (Diretora)

Anelise Weingartner Ferreira

Antônio Carlos Maranhão

Ariane Abruñhosa

Cláudio Almeida Soares

Eliane Ribeiro

Flávia Alves Viana Marçal

José Carlos Vieira Martins

José Vieira Neto

Lorena Ferraz

Leonardo Vieira

Maria Celina Aguiar

Maritza Leite

Nina Bianchetti

Nuara Vicentini

Renato Faria Familiar

Rômulo Juracy

Valeska Fabiana da Silva

Vilany Kehrle

Wagner Barja

SUMÁRIO

Artigos

- 10** —————
Tecnologias sociais e geração de renda: a economia solidária ressignificando o trabalho e a vida na Vila Acaba Mundo
Ana Cláudia de Souza Inez, Cíntia de Freitas Melo, Daniel Carvalho Ferreira, Fábio André, Diniz Merladet, Mariane dos Reis Cruz, Samara Pires Neto, Tarcísio Passos Júnior, Renata Versiani Scott Varella, Raquel Portugal Nunes, Gabriela Neves Delgado e Miracy Barbosa de Sousa Gustin
- 18** —————
Conexão de saberes: a extensão da Universidade de Brasília em Ceilândia e as expectativas dos jovens de origem popular
Verônica Lima da Fonseca Almeida, Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi, Danielle Guedes Silva, Yara Ribeiro da Silva e Layane Lorrane da Silva Neves
- 26** —————
Direitos Humanos e Ensino Jurídico: uma superação dos modelos assistencialistas a partir da experiência na extensão universitária
Júlio Aguiar de Oliveira e Gerlis Prata Surlo
- 34** —————
Espaço de construção de conhecimentos para o PET-Psi
Áderson Costa Júnior, Caroline Gomide, Daniel Rodrigues, Diego França, Fernanda Lima, Glenda Nóbrega, Henrique Carvalho, Jéssica Malaquias, Juliana Mendes, Lígia Libâneo, Lude Marieta Neves, Marcela Iwano, Marcela Moraes, Mariana Silva, Marília Veiga e Priscila Prado
- 44** —————
Vale de Cidadania: uma extensão solidária no Vale do Jequitinhonha
Bárbara Roberto Estanislau, Danielle Patrícia Mendes Lopes, João Marcus Martins, Lânia Mara Silva, Luciana da Silva Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira, Maria Clara Pessoa e Tatiana Maria Badaró Baptista
- 52** —————
Programa de atendimento à família no ambiente hospitalar: uma ação de humanização junto aos acompanhantes das crianças internadas no Hospital São Sebastião de Viçosa, MG
Camila de Freitas Dutra, Naíse Valéria Guimarães Neves, Maria de Lourdes Mattos Barreto, Monique do Val de Souza, Edna Miranda Mayer, Maria Cristina Cupertino e Maria Aparecida Resende Marques

- 59** ————— Terapia periodontal em pacientes diabéticos – A Extensão de resgatar o sorriso
Maria do Carmo Machado Guimarães, Valéria Martins de Araújo, Francisco Valter Freitas, Thais Caroline Ponssiano de Souza, Paula César Sgreccia, Caroline Lourenço de Lima
- 63** ————— A importância de oficinas de arte/dança com pais e professores da Educação Infantil
Alba Pedreira Vieira e Leticia Oliveira Teixeira
- 72** ————— Educação e religiosidades afro-brasileiras: a experiência dos candomblés
Denise Botelho e Wanderson Flor do Nascimento

Comunicações

- 82** ————— As ligas acadêmicas das ciências da saúde na universidade federal de goiás
Alexandre Dias Gusmão Di Mesquita e Ana Cláudia Rodrigues de Siqueira
- 84** ————— Ações de Educação Ambiental na Universidade de Brasília: projeto Reciclando o Cotidiano, um movimento social na luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos
Camylla Portela de Araújo e Marina Silva Bicalho Rodrigues



SUA TESE RENDE UMA

REPORTAGEM

A Revista de jornalismo científico e cultural da UnB foi criada para divulgar a produção intelectual realizada nos campi. Se você quer ver sua pesquisa nas páginas da DARCY, mande um e-mail para revistadarcy@unb.br

ARTIGOS

TECNOLOGIAS SOCIAIS E GERAÇÃO DE RENDA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA RESSIGNIFICANDO O TRABALHO E A VIDA NA VILA ACABA MUNDO

*Ana Cláudia de Souza Inez
Cíntia de Freitas Melo
Daniel Carvalho Ferreira
Fábio André Diniz Merladet
Mariane dos Reis Cruz
Samara Pires Neto
Tarcísio Passos Júnior
Renata Versiani Scott Varella
Mestranda: Raquel Portugal Nunes
Orientadoras: Gabriela Neves Delgado
Miracy Barbosa de Sousa Gustin*

RESUMO

O presente trabalho analisa as ações desenvolvidas pelo Programa Polos de Cidadania, na Vila Acaba Mundo, favela situada em Belo Horizonte. O Polos é um programa de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, que trabalha segundo a metodologia da pesquisa-ação. Na Vila Acaba Mundo, o programa já participou da organização de três grupos produtivos, os quais funcionam nos moldes da Economia Popular Solidária. São vários os obstáculos, mas já existem sinais de fortalecimento da cidadania, de incremento do capital social local e da melhoria da qualidade de vida da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; extensão universitária; cidadania e geração de renda.

ABSTRACT

This article addresses the actions of Programa Polos de Cidadania, at Vila Acaba Mundo, a slum located in Belo Horizonte (MG). Polos is an extension program of Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), which works based on the research-action methodology. At Vila Acaba Mundo, the program has participated on the organization of three productive groups, which work according to the principles of the Popular Supportive Economy. There are still several obstacles to be overcome, but one can notice the strengthening of the citizenship, the growth of local social capital and the improvement of the community's quality of life.

KEYWORDS: solidarity economy; university extension; citizenship and income generation.

INTRODUÇÃO

A efetividade dos direitos humanos depende fortemente do envolvimento da sociedade civil na sua conquista, advogando em favor dos grupos excluídos e invisíveis. A universidade tem o dever de produzir conhecimento aliada à sociedade (SANTOS, 2004), atuando por meio da extensão que, segundo o art. 207 da Constituição Federal, é um dos pilares da instituição¹.

No intuito de discutir o papel da extensão universitária na efetivação dos direitos humanos, em especial do direito ao trabalho e à moradia digna, será apresentada uma experiência do Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG. O referido programa realiza atividades de pesquisa e extensão em diversas comunidades de Belo Horizonte (MG), dentre as quais se destaca a Vila Acaba Mundo, onde é desenvolvido um projeto cujo objetivo principal é a regularização fundiária sustentável.

PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA: A EXTENSÃO A SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO

O Programa Polos de Cidadania foi criado em 1995 como um projeto institucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O seu objetivo é desenvolver atividades de pesquisa e extensão de forma integrada, promovendo a inclusão social e a emancipação de grupos sociais com histórico de exclusão e trajetória de risco. Interinstitucional e interdisciplinar, o Polos atua em parceria com outras unidades da UFMG, com instituições públicas e privadas de ensino superior e com instituições da Administração Pública. Sua equipe é formada por graduandos, pós-graduandos e profissionais de Direito, Sociologia, Comunicação Social, Economia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Administração, Serviço Social, Engenharia de Produção e Teatro.

Em razão de sua abrangência, o Programa Polos de Cidadania constitui-se por eixos temáticos que podem ser renovados ou recriados por meio de diferentes projetos, de acordo com demandas de interesse público, formuladas diretamente pelas comunidades ou por outras organizações

parceiras. Os eixos temáticos são: minimização de violências; defesa e promoção dos direitos das minorias; regularização fundiária sustentável; trabalho e geração de renda, arte e cidadania e comunicação para mobilização social.

Um dos projetos do Programa Polos ocorre na Vila Acaba Mundo, favela que ocupa informalmente uma área nobre de Belo Horizonte (MG). A ocupação da área iniciou-se com a instalação de mineradoras em meados de 1940, principalmente com a vinda de diversos trabalhadores do interior do estado ou de outras partes do país. A Vila possui aproximadamente 1.400 moradores², e suas condições precárias contrastam com a infraestrutura dos prédios de classe média-alta do seu entorno. Apesar do longo tempo em que vivem na região, os moradores são constantemente ameaçados de expulsão. Atualmente, há mandados judiciais para a demolição do barraco de 71 famílias da Vila Acaba Mundo.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A BUSCA DE UMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL

A principal atividade desenvolvida pelo Programa Polos na Vila Acaba

Mundo é a regularização fundiária. Porém, é necessário que a regularização venha acompanhada de ações que garantam a sua sustentabilidade, permitindo que os moradores consigam manter dignamente suas casas após conquistarem a segurança da posse.

Emerge, então, como ponto crucial, em uma comunidade marcada pelo desemprego e pela ausência de fontes alternativas de renda, o direito ao trabalho. No mundo contemporâneo, não se pode pensar a dignidade sem trazer à discussão o direito ao trabalho, que é instrumento que permite o desenvolvimento da pessoa humana, além de sua participação efetiva na organização política, econômica, cultural e social da cidade. Ademais, o trabalho pode ser “um instrumento de justiça social, pois contribui para a implementação de níveis razoáveis de distribuição de renda e de bem-estar social em favor de suas respectivas populações”. (DELGADO, 2006)

Ressalte-se que a vinculação do trabalho e do emprego à dignidade do ser humano e à estruturação da vida social e econômica se constitui como sustentáculo teórico e prático para a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Na Vila Acaba Mundo, o caminho

mais promissor para a consecução de uma regularização fundiária sustentável, que leve em consideração a relação recíproca entre o direito ao trabalho e o direito a uma existência digna, tem sido trilhado pela via da Economia Solidária. A geração de renda pelo trabalho cooperado, além de suprir uma necessidade econômica, cria vínculos importantes para que a comunidade sinta-se mobilizada a lutar pelo seu direito à moradia e não abandone o local no caso da efetivação da regularização dos terrenos, como ocorre em muitas experiências de regularização fundiária em regiões carentes.

A VILA ACABA MUNDO E O MUNDO DO TRABALHO

Gente humilde, discriminada, ignorada.../ [...] E eu aqui sentado/ no chão do meu barraco/ com minha dignidade em pedaços/ minha mente confusa/ sem saber quem sou/ sem saber o que faço/ se sou um homem se sou um rato. (José da Silva, morador da Vila Acaba Mundo. Favela)

Na Vila Acaba Mundo, a necessidade de efetivação do direito ao trabalho, como forma de garantir uma existência digna aos moradores, adquire contornos explícitos. Segundo dados do diagnóstico realizado pelo Fórum de Entidades do Entorno da Vila Acaba Mundo (Femam), os chefes de família da Vila apresentam uma renda média de R\$ 361,00 e 77% deles nunca fizeram nenhum tipo de curso profissionalizante nem possuem qualquer qualificação profissional. Em relação à situação ocupacional, destaca-se um quadro de grande vulnerabilidade: apenas 54% dos chefes de família encontram-se empregados, sendo que menos da metade com carteira assinada.

Para enfrentar tal situação, o Polos busca tecnologias sociais adequadas para efetivar o direito fundamental ao trabalho digno dos homens e

mulheres moradores da Vila. Para alcançar essa meta, elegeram-se as seguintes frentes de ação:

a. disseminação de informação qualificada sobre os Direitos Fundamentais, Direito do Trabalho e acesso à Justiça do Trabalho, nos casos de violação de direitos;

b. constituição e fortalecimento de associações voltadas para a geração de trabalho e renda, nos marcos da Economia Popular Solidária.

Os empreendimentos econômicos solidários podem ser definidos como organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda, regidos por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social (EID; GALLO, 2001). Um dos focos principais desses empreendimentos é a instauração de práticas solidárias e de um processo emancipatório dos sujeitos individuais e coletivos, indispensáveis à constituição de capitais social e humano³.

De acordo com a coordenadora do Programa Polos:

Entende-se por emancipação a capacidade de permanente reavaliação das estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas de seu entorno, com o propósito de ampliação das condições jurídico-democráticas de sua comunidade e de aprofundamento da organização e do associativismo com o objetivo de efetivação das lutas políticas pelas mudanças essenciais na vida dessa sociedade para sua inclusão efetiva no contexto social mais abrangente. (GUSTIN, 2005)

Essa perspectiva fez com que o Programa Polos optasse por trabalhar nos moldes da Economia Solidária, que se configura como um movimento que traz em seu cerne a problematização e a revisão de práticas sociais consolidadas pela sociedade moderna capitalista. Ademais, a Economia Solidária se oferece como um espaço para a descoberta e a construção do novo, compreendido

com ressignificação da produção, da comercialização e da vida e organização em sociedade.

Segundo Singer, a Economia Solidária pode ser entendida como um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática, baseada em valores que são opostos aos alimentados pela lógica de mercado, hegemônica atualmente (SINGER, 2005). Nesse sentido, o trabalho apresenta um potencial privilegiado para os processos de formação cidadã e emancipação de grupos sociais excluídos.

A Economia Solidária, por meio de seus princípios e práticas, tem se construído como um espaço de amplas possibilidades para os processos emancipatórios de grupos historicamente excluídos. As opções de geração de emprego e renda, que se limitam à inclusão dos trabalhadores nos postos de trabalho do mercado formal, deixam, muitas vezes, de possibilitar a reflexão sobre o lugar do sujeito excluído dentro da sociedade e sobre a superação de sua condição.

Marcos Arruda, argumentando em favor do desenvolvimento comunitário autogestionário, explica que a inclusão social via mercado não deve ser a única forma de combater a exclusão. Segundo Arruda, "o único caminho verdadeiro e sustentável de superar a exclusão social é emancipar o trabalho humano da submissão". (ARRUDA, 2000) (grifo nosso) Ademais, contrariando a lógica capitalista de apropriação da natureza, que, devido à busca desenfreada pelo lucro, produziu tanta degradação ambiental, a Economia Solidária traz como um de seus princípios o respeito ao meio ambiente, por intermédio de uma utilização consciente e responsável dos recursos naturais. Outro aspecto que merece atenção é que as cooperativas populares vêm emergindo como uma forma de organização da produção, que admite

momentos de descontração e alegria, isto é, uma combinação do lúdico com o trabalho. Este fato enseja uma das dimensões da ressignificação do trabalho, incluindo neste a dimensão do lazer, o que é essencial para a realização pessoal dos trabalhadores. Nas oficinas de educação cooperativista, constantemente realizadas pelos projetos, o lúdico também é enfatizado.

Tendo a Economia Solidária como matriz de atuação, as atividades do Programa Polos, na Vila Acaba Mundo, visam:

a. estimular e apoiar a organização dos moradores, a mobilização social, as oportunidades de geração de renda estável, a participação nas políticas públicas de geração de trabalho e renda; a defesa e promoção dos direitos fundamentais, sobretudo dos direitos fundamentais ao trabalho e à moradia.

b. ter uma atuação na comunidade que ultrapasse o âmbito das ações conjunturalmente emergenciais. Os resultados devem processar-se de forma enraizada e permanente no cotidiano da Vila, mediante a discussão para uma possível revisão das práticas sociais trabalhistas no sentido de favorecer a comunicação, a mobilização e a organização popular, consolidando a cidadania. Enfoca-se, principalmente, a instauração de práticas solidárias e o processo emancipatório dos sujeitos individuais e coletivos, indispensáveis à constituição de capitais social e humano.

Nesse sentido, o Polos deu início à frente “trabalho e geração de renda” na Vila Acaba Mundo, incentivando a formação de grupos produtivos nos moldes da economia solidária.

METODOLOGIA

O trabalho na Vila Acaba Mundo segue a metodologia geral do Programa Polos de Cidadania, tendo como ênfase a

pesquisa-ação. A pesquisa-ação:

(...) favorece a resolução de problemas coletivos, transformações de realidades emergentes e a produção de conhecimento. Sua diferença das demais é que: a) a resolução do problema coletivo em foco é feita solidária e cooperativamente; b) a emergência de novas comunidades, grupos, instituições etc., por intermédio da pesquisa-ação, é duplamente auxiliada: a pesquisa lhe permite conhecimento dos resultados das investigações no campo jurídico e das ações dos pesquisadores, ao mesmo tempo, autoconhecimento de suas condições, possibilitando sua própria autocrítica; a ação (ou atuação) complementa os dados da pesquisa e permite o acesso a conhecimentos necessários à sua própria estruturação e à sua prática. O conhecimento produzido é revertido em benefício não só da equipe pesquisadora, mas também da equipe participante da situação investigada. (GUSTIN e DIAS, 2006)

Na pesquisa-ação, não há separação entre pesquisados e pesquisadores, pois todos são considerados sujeitos do processo. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2000), é necessário, nesse momento de crise dos paradigmas da sociedade moderna capitalista, buscar uma racionalidade mais plural, um conhecimento compreensivo que não nos separe e sim nos una pessoalmente ao que estudamos. Nesse sentido, o autor chega a falar de uma “ecologia de saberes”, ou seja, do diálogo entre sistemas de saberes de origens diferentes, e não apenas científicos. A ecologia de saberes, no entender de Boaventura de Sousa Santos (2004), é:

(...) uma extensão ao contrário (...) que consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc...) que circulam na sociedade.

A metodologia da pesquisa-ação interage com a de constituição de capitais social e humano. Compreendida

a partir da existência de relações de intercompreensão e de estabilidade entre os indivíduos, grupos e organizações de uma comunidade, a metodologia de constituição de capitais social e humano, adaptada a partir das ideias de James S. Coleman, Pierre Bourdieu e, especialmente, de Nancy Cardia, valoriza as interações sociais formais e informais, como, por exemplo, a solidariedade entre vizinhos ou a presença de entidades associativas organizadas. Entende-se que uma comunidade com capitais social e humano plenamente constituídos é dotada de autonomia crítica e se emancipa, possuindo senso de responsabilidade sobre seus rumos. A comunidade passa a atuar como sujeito compreensivo e ativo em seu meio social.

Na constituição e consolidação dos grupos de geração de renda, utiliza-se a Metodologia de Incubação de Empreendimentos Solidários, que, originariamente, baseou-se na experiência da incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para tanto, é valorizado um processo contínuo de formação dos grupos, por meio de capacitações técnicas e formação política. Parte-se da compreensão que a educação popular emancipadora tem como um dos seus objetivos questionar a atual lógica excludente do mercado e, como consequência, criar alternativas para ela, sendo que, para tanto, é necessário um aprendizado não somente técnico, mas também de definição e redefinição de um projeto político relativo à possibilidade de, mesmo no interior de uma sociedade de mercado, estabelecer novas relações sociais e econômicas.

Nesse sentido, o processo coletivo de formação dos grupos é fundamental para que possam elaborar seu projeto político, como empreendimentos solidários, e colocá-lo em prática. Acredita-se que quanto mais claro e sincero for o envolvimento

dos grupos com este ideal compartilhado, maior será a solidariedade e a cooperação no trabalho associado, o que, conseqüentemente, tornará viáveis os empreendimentos solidários.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS

Cooperativa como o próprio nome diz/ é um lugar onde existe autogestão/ Cada um cuida de seu próprio nariz/ não confunda liderança com patrão. (Letra de música escrita pela Trupe a Torto e a Direito, teatro do Programa Polos de Cidadania)

No início do processo de incubação de cooperativas na Vila Acaba Mundo, o Polos procurou sensibilizar os moradores para a possibilidade da formação de cooperativas como alternativa para a geração de renda, uma vez que o cooperativismo baseia-se em formas econômicas não capitalistas e optam por formas de organização pluralistas. Nesse sentido, foram apresentados aos moradores os princípios do cooperativismo, as vantagens e dificuldades dessa forma de produção e, ainda, as possíveis atividades a serem desenvolvidas na Vila por grupos cooperados. Segundo Birchall, citado por Boaventura Sousa Santos:

Como prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade (BIRCHALL, 1997, p. 65). Estes valores plasmam-se em um conjunto de sete princípios que tem guiado o funcionamento das cooperativas de todo o mundo desde que a sua versão inicial foi enunciada pelos primeiros cooperados contemporâneos, os pioneiros de Rochdale. Esses princípios são: o vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros; o controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, indepen-

dentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proventos; a autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva –; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa. (BIRCHALL, 1997)

Aos poucos, foi sendo construído no grupo um consenso sobre a viabilidade do cooperativismo como proposta de geração de renda para a comunidade, e foram definidas as atividades produtivas que os grupos gostariam de desenvolver, tendo se destacado a costura, a horta e a culinária. A partir daí, foi realizado um estudo de viabilidade econômica sobre as atividades escolhidas e um curso básico sobre noções do cooperativismo, que abordou os seguintes temas: a) história do trabalho; b) surgimento do cooperativismo e princípios cooperativistas; c) aspectos jurídicos das cooperativas; d) aspectos administrativos e financeiros.

GRUPO RETALHOS DA VILA

O Retalhos da Vila é um grupo de costura, criado há quatro anos e que tinha como finalidade a produção de adornos para casas, colchas, mantas, almofadas, embalagens de presentes e outros produtos. Suas próprias integrantes escolheram o nome Retalhos da Vila e participaram do processo de criação de uma logomarca para o grupo. As mulheres se reuniam de segunda à sexta-feira e tinham o acompanhamento semanal da equipe do projeto. Durante a costura, conversavam sobre as impres-

sões e perspectivas de cada uma, as dificuldades, os desejos, como elas veem os resultados de seu trabalho e como podem melhorá-lo.

No início de 2007, o grupo realizou um curso de *patchwork* – técnica de costura com retalhos, que lhes possibilitou grande aprimoramento na qualidade dos produtos que vinham fabricando e abriu portas para colocarem seus produtos à venda em lojas de Belo Horizonte. Os ganhos provenientes das vendas foram divididos entre as integrantes de forma proporcional à presença no grupo.

Todavia, problemas com as aulas de *patchwork* fizeram com que as integrantes não concluíssem o curso, o que contribuiu para a desmobilização do grupo, já que não conseguiam concluir as peças com perfeição. Com isso, algumas integrantes se distanciaram do grupo, permanecendo apenas três delas. As remanescentes se reuniam regularmente, mas, por falta de técnica e quantidade de pessoas, não conseguiam produzir em escala suficiente para abastecer o mercado. Além disso, os produtos fabricados eram muito sofisticados e tinham um alto custo de produção, o que impossibilitava sua venda na própria Vila. O grupo enfraqueceu-se e passou quase todo o ano de 2008 parado.

Em decorrência disso, no início de 2009, as integrantes do grupo demandaram um curso de corte e costura convencional para que pudessem criar produtos mais próximos da realidade da favela, na qual se identificam. Esse curso, que começará em breve, acontecerá em uma sala construída para o grupo na sede do Femam.

A equipe do projeto identificou, como resultado das atividades desenvolvidas no grupo de costura, importantes transformações no comportamento das mulheres. Acostumadas, principalmente, ao empenho em trabalhos domésticos, com o surgimento de oportunidades de emprego no mercado formal, elas passaram a se de-

dicar a uma atividade em que, sem as exigências de um patrão, podem desenvolver a sua criatividade. Reconhecem, assim, nas suas peças, o resultado de uma experiência muito mais intuitiva e autônoma.

No entanto, apesar desses avanços, ainda há vários desafios a serem superados, tais como a mobilização e a ampliação do número de integrantes do grupo, a obtenção de máquinas de costura necessárias para que se dê início às atividades, e a realização de novas capacitações em corte e costura e cooperativismo.

GRUPO ITAI

O Itai, grupo criado no final de 2006, tem como objetivo a produção de sabonetes a partir de ervas medicinais. A ideia da criação do grupo surgiu de um curso de agricultura urbana, cuja duração foi de três meses. O curso foi oferecido pelo grupo Semear, através do Polos, em função da demanda dos moradores da Vila, que por meio do diagnóstico e de reuniões posteriores, revelaram uma grande afinidade com o trabalho com plantas e um valioso saber popular sobre a natureza e seus poderes de cura.

O grupo é responsável por grande parte das etapas de produção, desde o cultivo das ervas até a embalagem dos produtos. O nome Itai foi escolhido pelas integrantes do grupo, por acreditarem que seu significado seja, em tupi, matas e florestas⁴, refletindo a preocupação do grupo com o meio ambiente. Essa unidade produtiva tem vendido seus produtos para a própria comunidade e, por meio de encomendas, para feiras e empresas. A partir de uma demanda do próprio grupo, desde o início de 2009, o Polos realiza reuniões nas sextas-feiras com o intuito de dar capacitações sobre conceitos de administração, Economia Solidária, cooperativismo. Após os encontros, são realizadas atividades para fortalecer a identidade

coletiva do grupo e incentivar sua percepção crítica da realidade. Esse é um momento que deve retratar de forma sintética, os valores e princípios que estão sendo desenvolvidos pelo trabalho com o grupo, destacando-se os valores cooperativistas e ecológicos. Nessas reuniões, avaliam o trabalho do dia, leem um texto, fazem um lanche comunitário ou uma oração. Aos sábados, se reúnem para produzir os sabonetes.

Entre os problemas enfrentados pelo grupo está a dificuldade de escoar a produção, de organizar contabilmente as finanças e de adquirir insumos. Além disso, os limites da atuação do Programa Polos frente ao grupo têm sido frequentemente problematizados, no intuito de não haver uma intervenção excessiva nele.

HORTA COMUNITÁRIA

No início de 2008, o Programa Polos capacitou, em parceria com a Emater-MG, seis lideranças da comunidade em cultivo orgânico de hortas domésticas. Essas lideranças demandaram um espaço comunitário para produção, onde atuariam como multiplicadores do conhecimento recebido.

A Horta Comunitária iniciou sua produção em meados de 2008 em um terreno abandonado da Vila Acaba Mundo, que estava se tornando depósito de lixo. O terreno localiza-se do lado da casa de um dos moradores ameaçado de ser retirado do terreno onde vive há mais de vinte anos. O envolvimento desse morador com a luta pela moradia lhe propiciou enorme conscientização acerca das injustiças vividas pelos moradores de favelas, impulsionando-lhe a participar de forma intensa das demais atividades da Vila Acaba Mundo.

A Horta Comunitária é acompanhada pelo grupo Semear, que já tem experiência em agricultura urbana em Belo

Horizonte. Os moradores estão, no momento, escrevendo uma Carta de Princípios, onde estabelecem os objetivos e as normas que regem a Horta Comunitária. Após o trabalho, que ocorre aos domingos, é feito um momento de reflexão, que é mais politizado do que nos outros grupos produtivos, provavelmente devido ao envolvimento dos integrantes da horta na luta pela regularização fundiária.

O projeto da Horta encontra-se em fase inicial. Os primeiros problemas e os primeiros êxitos estão surgindo agora e apontam para a necessidade de rememorar as experiências anteriores com os outros grupos. Desse modo, pretende-se evitar práticas assistencialistas, por vezes reconhecidas em nossas próprias ações, prejudiciais ao desenvolvimento autônomo e emancipatório dos grupos.

COOPERAÇÃO E CIDADANIA: A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO E DA VIDA

Percebe-se que os grupos produtivos têm impulsionado a participação de seus integrantes no processo socio-político da comunidade. O convívio proporciona a coletivização dos problemas vividos e a reflexão acerca das diversas questões relacionadas ao cotidiano da Vila Acaba Mundo. Além disso, as atividades desenvolvidas nos grupos permitiram que muitos moradores da Vila resgatassem sua autoestima e se sentissem motivados a desenvolver capacidades até então abandonadas. Nesse sentido, o trabalho realizado de forma cooperada mostrou-se um permanente exercício de cidadania, de construção de um novo sujeito.

No grupo Itai, cinco integrantes, estimuladas pelo trabalho, voltaram a estudar e fizeram um curso de agricultura biodinâmica, no intuito de aprofundar seus conhecimentos. No Retalhos da Vila, as mulheres redes-

coberam sua capacidade de criar, combinar cores e estampas, fazendo do trabalho uma verdadeira arte. Além disso, passaram a integrar os fóruns de discussão da comunidade e a participar de mobilizações políticas. Recentemente, a população da Vila compareceu com um número bastante representativo à Câmara Municipal de Belo Horizonte para a Audiência Pública que tratava da regularização dos terrenos onde moram.

O Programa Polos de Cidadania considera imprescindível que a discussão de temas relacionados aos direitos fundamentais, à cidadania e aos problemas específicos vividos pela comunidade acompanhe o trabalho realizado pelos grupos de geração de renda. Acredita que tal discussão fortalece a interiorização dos valores cooperativistas, sustentando a vin-

culação dos integrantes aos grupos produtivos, além de aperfeiçoar o indivíduo enquanto agente e não objeto da sociedade.

O Polos acredita no trabalho como um instrumento capaz de auxiliar os moradores das comunidades a superarem os obstáculos que limitam a liberdade e igualdade entre os cidadãos e que impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e sua participação efetiva na organização política, econômica, cultural e social da cidade. O projeto procura, assim, resgatar a subjetividade dos indivíduos, perseguindo uma ideia de trabalho que propicie a superação e, não, a reprodução da alienação. Busca-se o trabalho que possibilite o crescimento pessoal e comunitário, afastando suas facetas atuais que teimam em nos lembrar de sua origem etimológica – *tripalium*, antigo

instrumento de tortura.

Para Boaventura de Sousa Santos, “as alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos”. (SANTOS, 2005)

Conclui-se, assim, que as atividades econômicas fornecem o sustento e o incentivo material, enquanto o sentimento de vínculo e os processos de educação e integração social gerado em torno delas fornecem a energia e o entusiasmo para persistirem. É por isso que o projeto acredita que ressignificar o trabalho, por meio de prática cooperativistas e solidárias, é também ressignificar a vida.

NOTAS

¹ Nas palavras de Boaventura Sousa Santos: “(...) no século XXI só há universidade quando há formação graduada, pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer um destes, não há ensino superior, não há universidade”. (SANTOS, 2004)

² Informações colhidas no Plano Global Específico da Vila Acaba Mundo, elaborado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), em 2000.

³ O capital humano deverá ser entendido como o desenvolvimento das potencialidades, capacidades e habilidades humanas, processo essencial e complementar à constituição de capital social. No projeto, todas as oficinas, debates, cursos e atividades propostas visam cumprir o papel de aprofundamento das relações sociais de trabalho, fortalecimento dos laços comunitários, contribuindo para a constituição de capitais social e humano.

⁴ Embora tenha sido descoberto mais tarde que esse dado não é verídico, optou-se por manter o nome pelo que agora ele significa para grupo. relações sociais e cotidianas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. *Globalização e Desenvolvimento Comunitário Autogestionário*. Ensaio escrito para a Rede de Ação Comunitária, Irlanda, dez./1998. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/artigospublicacao>>. Acessado em: 10/4/2008.

BIGNOTTO, Newton. *Três maneiras de se criar uma cidade*. In: Adauto Novaes. (Org.). *A Crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v., p. 79-115.

COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE (URBEL). *Plano Global Específico da Vila Acaba Mundo*, 2000.

DELGADO, Gabriela Neves. *Opção pelo direito do trabalho*. *Estado de Minas*. Caderno Opinião, set./2006.

EID, Farid; GALLO, Ana Rita. *Metodologia de Incubação e Desafios para o Cooperativismo Popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar*. Disponível em: <<http://www.itoi.ufrj.br/sempe/t7-p22.htm>>. Acessado em: 20/9/2007.

GUSTIN, M. B. S. Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos. *Revista da Faculdade de Direito*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 47, p. 181-216, 2005.)

GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F. *Re-Pensando a Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática*. 2. ed. revista, ampliada e atualizada. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 268 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: Os caminhos da produção não-capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In KRUPPA, Sônia M. Portella (org). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep/Mec, 2005.

Ana Cláudia de Souza Inez, Cíntia de Freitas Melo, Daniel Carvalho Ferreira, Fábio André Diniz Merladet, Mariane dos Reis Cruz, Samara Pires Neto, Tarcísio Passos Júnior e Samara Pires Neto são graduandos da Faculdade de Direito da UFMG e pesquisadores-extensionista do projeto

Renata Versiani ScottVarella é bacharel em Direito

Raquel Portugal Nunes é mestranda do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG e técnica do Programa Polos de Cidadania

Orientadoras: Professoras doutoras Gabriela Neves Delgado e Miracy Barbosa de Sousa Gustin

CONEXÃO DE SABERES: A EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA EM CEILÂNDIA E AS EXPECTATIVAS DOS JOVENS DE ORIGEM POPULAR

*Verônica Lima da Fonseca Almeida
Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti
Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi
Danielle Guedes Silva
Yara Ribeiro da Silva
Layane Lorrane da Silva Neves*

RESUMO

A maioria dos jovens de origem popular passa grande parte da sua vida estudando na rede pública de ensino. No entanto, ao término do Ensino Médio, a maioria não consegue garantir o seu ingresso em universidades públicas, o que demonstra que estes jovens estão em condição de desigualdade. Neste quadro, muitos desistem de entrar na universidade enquanto outros continuam tentando novos vestibulares. Este artigo¹ objetiva discutir a situação dos jovens de origem popular da cidade de Ceilândia, DF, alunos do ensino médio e suas expectativas em relação ao Ensino Superior. Esta expectativa é levantada pelos conexas do Projeto Caminhadas para a Universidade em Ceilândia, utilizando como instrumento metodológico um questionário contendo questões abertas e fechadas. Os resultados demonstram que os investigados, em sua maioria, já prestaram vestibular para adquirir experiência, tendo os cursos de letras, direito e pedagogia como destaque. Conclui-se que a maioria dos jovens tem o objetivo de entrar na universidade pública com o intuito de fazer concurso público e ter um cargo efetivo, enquanto uma minoria busca continuidade nos estudos para se realizar na área escolhida.

PALAVRAS-CHAVE: juventude; desigualdade; acesso à universidade pública.

ABSTRACT

Most young people of popular origins spend a part of their life studying at the network of public education. However, at the end of high school most cannot guarantee their entrance into public universities, which shows that these young people are in conditions of inequality. In this context, many of them give up the university, while others continue trying a new vestibular. This article discusses the situation of young people of popular origins from the city of Ceilândia, DF, high school students, and their aspirations for higher education. This expectation is raised by connectors of Projeto Caminhadas para Universidade em Ceilândia – Project Walking into University in Ceilândia –, using methodological instrument containing a questionnaire of opened and closed questions. The results demonstrate that the investigated, in most cases, already provided for vestibular experience, of courses of Letters, Law and Pedagogy as prominent. It is concluded that most young people aims to enter the public university with order to open and take a effective position, while a minority search continue to carry out the studies in the area chosen.

KEYWORDS: youth; inequality; access to public university..

INTRODUÇÃO

Para muitos jovens de origem popular, uma das maiores dificuldades que enfrentam ao terminar o ensino médio é entrar na universidade e, mais ainda, nela permanecer, uma vez tendo conseguido passar no vestibular. Com base nestas questões, o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), criou, em 2004, o Programa Conexões de Saberes – diálogos entre a universidade e as comunidades populares. Este é um programa nacional sendo desenvolvido atualmente em 33 universidades públicas e prioriza entre os seus objetivos a qualificação da formação e a permanência de estudantes das camadas populares, articulando ações de extensão universitária que fomentem as trocas de saberes entre o conhecimento acadêmico e das comunidades de origem destes estudantes. “Conexões de Saberes é um dos programas do MEC que expressa de forma nítida a luta contra as desigualdades, em particular no âmbito educacional” (MARTINS et al, 2006, p. 9).

O programa teve início na Universidade de Brasília (UnB), em agosto de 2005, contemplando a política de inclusão social universitária. Desta maneira, a UnB buscou, no seu espaço acadêmico, desenvolver discussões e ações para que a democratização do acesso à educação superior se tornasse realidade. As discussões ocorreram não apenas dentro deste espaço, mas também em comunidades de origem popular. O programa tenta valorizar e incorporar as expectativas e experiências dos jovens (com idade entre 17 a 24 anos) de origem popular, na formação universitária, bem como nas ações de extensão, aliando os saberes teóricos e práticos. Dessa forma, busca-se melhorar as condições objetivas que contribuam para que os estudantes de origem popular permaneçam e concluam com êxito a sua graduação. Para isto, procura-se proporcionar ações pedagógicas como leituras, discussões, práticas de ensino (através de oficinas) e também se estimula a prática da pesquisa, de modo que estes jovens tenham a oportunidade de investigar e resolver problemas através de sua ação na comunidade.

O Programa é vinculado ao Decanato de Extensão da UnB (DEX), procurando estreitar os vínculos entre as instituições acadêmicas e as comunidades populares. As áreas temáticas envolvidas no Programa são: educação, cultura e meio ambiente, sendo desenvolvidas por meio de atividades de extensão nas cidades satélites de Santa Maria, Ceilândia, Planaltina e Gama.

Na UnB o programa conta com mais de trinta bolsistas, estudantes de diferentes cursos de graduação que realizam atividades de extensão comunitária. Desta forma, eles estabelecem um diálogo entre a comunidade e a universidade. Em 2007 e 2008, os bolsistas do programa participaram de atividades em diversas comunidades do Distrito Federal: em Ceilândia, com o desenvolvimento de oficinas preparatórias para o vestibular ministrado no Núcleo de Práticas Jurídicas da UnB; no Gama, no Núcleo de Extensão, constituindo parceria com o Programa Diálogos Acadêmicos, e em uma escola de Ensino Médio; em Planaltina, com atuação em vários projetos na área ambiental, com Projeto Alimentação Sustentável em parceria com o Programa Diálogos Acadêmicos; em Santa Maria, com foco na área de gênero e atuação no Núcleo de Extensão da cidade; e em Brazlândia, com foco na área ambiental. No momento, o Programa está procurando redesenhar suas ações de extensão comunitária a partir do desenvolvimento de grupos de interesse conjuntamente com os bolsistas.

Neste artigo será analisada a atividade de extensão desenvolvida em 2008,

na região administrativa de Ceilândia, quando foi desenvolvido o Projeto Caminhadas para a Universidade. Neste projeto, os conexistas² realizaram uma pesquisa com os alunos de ensino médio, participantes das atividades desenvolvidas no 1º semestre deste ano, com intuito de conhecer seus objetivos e expectativas em relação ao ensino superior. Objetivou-se, com esta investigação, situar a atividade de extensão como um processo formativo dos bolsistas, mas também compreender o perfil da comunidade e repensar sobre a atividade de extensão proposta neste lugar. Segundo Freire (2000), a formação permanente dos professores é o momento fundamental da reflexão sobre a prática. Foi justamente ao se pensar a prática na extensão em Ceilândia e a realidade existente que os conexistas puderam, num processo de formação, perceber que é preciso melhorar esta prática. Parte dos resultados da pesquisa foi realizada e analisada pelos conexistas. Na medida em que estes estão no dia a dia da comunidade e percebem o que é ser um jovem de origem popular e querer ter acesso à universidade pública, eles logo compreendem o universo de pesquisado.

Para demonstrar este processo, o texto foi desenvolvido em três partes. Primeiramente apresenta a configuração da cidade de Ceilândia, no intuito de demonstrar a história, a realidade econômica e social que fazem parte da vida de muitos jovens que lá residem. Em seguida, descreve a atividade de extensão do Projeto Caminhadas para Universidade em Ceilândia, onde foi realizada a pesquisa, apresentando a metodologia utilizada e os resultados alcançados. Posteriormente, apresenta as considerações finais.

A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA

Ceilândia é uma das regiões administrativas mais populosas do Distrito Federal, DF, com um dos maiores índices de violência e abandono escolar no Ensino Médio. Fica situada a 26 quilômetros de Brasília e o acesso é por meio da Estrada Parque Ceilândia (EPCL), popularmente conhecida como Via Estrutural, seguida pela BR-070, ou por meio da Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Esta cidade tem como cidades vizinhas Taguatinga, Samambaia, Brazlândia e, no entorno (Goiás), Águas Lindas de Goiás e Santo Antonio do Descoberto. Ceilândia surgiu a partir de uma Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), sigla que deu origem ao nome da região, realizada com o intuito de acabar com as invasões que se intensificavam no território destinado ao Plano Piloto (Brasília). Em

1969, Brasília já contava com 79.128 pessoas vivendo em invasões, o que totalizava 14.607 barracos, para uma população de 500 mil habitantes residentes no Distrito Federal.

De acordo com dados do Governo do Distrito Federal (GDF, 2009-b) em 27 de março de 1971, o governador Hélio Prates lançava a pedra fundamental da nova cidade onde, atualmente, está a Caixa D'Água iniciando, também, o processo de assentamento. A nova cidade foi denominada Ceilândia, numa junção da sigla da campanha "CEI" com a palavra norte-americana *land*, que significa cidade. Após nove meses, todas as famílias já tinham sido transferidas e as ruas já estavam abertas, de acordo com o projeto urbanístico de Ney Gabriel de Souza. Em 1975, pelo Decreto nº 2.943, foi criada a Administração de Ceilândia, vinculada à Administração Regional de Taguatinga. Somente em 1989, pela Lei nº 11.921, Ceilândia foi reconhecida como Região Admi-

nistrativa – RA IX, do Distrito Federal. Atualmente, Ceilândia conta com mais de 350 mil habitantes, sendo o maior colégio eleitoral do DF e possui, aproximadamente, 4,5 mil estabelecimentos comerciais (formais e informais) e 1,6 mil indústrias. De acordo com o GDF, os dados da Codelam, em 1997, mostram que a população era de 351.650 habitantes, representando 18,87% da população do Distrito Federal. Da mesma forma, também os dados do IBGE/1996 revelam um contingente de 176.622 mulheres e 166.212 homens num total de 342.834 de habitantes.

Ceilândia possui 11 bairros populares. De acordo com o Censo Demográfico/2000 (GDF, 2009-a), sua população era de 343.694 habitantes. Os jovens com faixa etária entre 15 a 19 anos e 20 a 24 anos são maioria (Censo/96) – 13,17% e 13,04%, respectivamente. Seu sistema público de saúde e educação atende, além de seus moradores,

peças da região do entorno que também sofrem com má prestação destes serviços como, por exemplo, Águas Lindas de Goiás e Santo Antônio do Descoberto. Na atualidade, a cidade de Ceilândia tem crescido muito, em função do número de invasões que se multiplicam ano a ano. Os problemas são muitos, principalmente para os que moram em condomínios irregulares como Privê, Pôr-do-Sol e Sol Nascente, onde vivem hoje 82 mil pessoas. A falta de emprego, moradia, saneamento básico, coleta de lixo e tratamento de água torna a vida destas pessoas mais sofrida, realidade de quem mora nas invasões. Na região, não existem hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias ou posto policial e nem transporte público. É uma vida totalmente improvisada. Os estudantes que moram nas invasões têm que percorrer grandes distâncias para estudar nas áreas regularizadas e alguns caminham quilômetros a pé. No que se refere à educação em áreas regulares na cidade, há escolas da rede de ensino pública e particular que desenvolvem a educação infantil, fundamental e média. Além destas, há também um Núcleo de Extensão da UnB, um Centro de Educação Profissionalizante (CEP) que contribui para a formação de muitos jovens e também o Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia (Cilc), que oferece cursos de inglês, espanhol e francês para os estudantes que cursam o Ensino Médio e Fundamental da rede pública.

O cenário da vida de muitos jovens de origem popular, que moram em Ceilândia, não é muito diferente da realidade de outros jovens do Brasil, pois à pobreza, às drogas, à violência e ao desemprego somam-se a falta de oportunidades. Conforme Melucci (1997), a natureza precária da juventude coloca para a sociedade a questão do tempo. Isto porque para este autor, a juventude deixa de ser uma condição biológica e se torna uma definição simbólica.

As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade. Revela-se pelo modelo da condição juvenil um apelo mais geral: o direito de fazer retroceder o relógio da vida, tornando provisórias decisões profissionais e existenciais, para dispor de um tempo que não se pode medir somente em termos de objetivos instrumentais. (op. cit.1997, p. 13)

Assim também temos casos de meninos e meninas com idade entre 10 e 12 anos que querem se sentir jovens e adultos antes do tempo visto pela nossa sociedade como ideal, isto é de 16 a 24 anos. Muitos saem de suas casas e da convivência com os pais antes de completar 16 anos. Alguns casos estão relacionados com problemas familiares por parte dos pais e outros referem-se ao envolvimento dos filhos com roubos e drogas. De um modo geral, muitos jovens apresentam o desejo de se sentirem responsáveis de si próprios, com comportamento de um adolescente de 14 a 17 anos, quando ainda tem 10 ou 12 anos. Assim como há casos de jovens com 17 a 21 anos que saíram de casa por que querem estudar e trabalhar dando conta de si, e muitas vezes ajudam os pais no orçamento doméstico. Os índices de violência e do uso de drogas em Ceilândia são dos maiores do Distrito Federal. Para uma conexas, que mora próximo à Ceilândia, isto ocorre não só porque esta cidade é muito populosa, mas, também, porque embora tenha alguns espaço de lazer, cultura e esporte, estes se tornam insuficientes e muitas vezes inacessíveis a muitos jovens e crianças, pela distância ou pelo acesso exclusivo ao uso da instituição.

Muitos jovens sofrem por não ter ensino de qualidade e por lutar para conseguir um emprego. Segundo esta extensionista, a sociedade está focada nas questões materiais e ser um jovem legal é ter um bom tênis e usar roupas de marca. Para a jornalista Klingl em artigo sobre jovens que utilizam drogas e abandonam a

escola³, eles têm vários problemas.

Vêm de famílias desestruturadas, consomem álcool e são viciados em drogas. Agregam-se ao tripé explosivo particularidades da sociedade moderna, marcada por individualismo e desrespeito ao outro. Vale lembrar, também, o apelo ao consumo, que estimula a corrida por produtos cuja posse representa status. (KLINGL, 2009)

Este artigo explica a motivação de crimes por menores de idade de comunidades populares no Distrito Federal e nas regiões do Entorno. Conforme Klingl, estes jovens ficam mais vulneráveis sendo atingidos por essa cultura material e cometendo crimes para se igualarem aos outros jovens e pertencer ao grupo. Em outra reportagem, o jornalista (FIGUERA, 2008)⁴ trata sobre a violência em Ceilândia, onde moradores vivem momentos de pânico: “Os jovens não sabem porque foram alvo de um atentado.” Este fato situa a realidade vivida pelos moradores dessa cidade, onde ora os jovens são os autores da violência ou crime ora são vítimas. A situação de segurança, saúde, educação e outros serviços públicos pode variar em Ceilândia. Na cidade, há bairros menos atendidos pelos serviços públicos como o Setor de Chácaras, lugares em que os moradores se sentem excluídos. Há uma espécie de subdivisão entre a área “mais desenvolvida” e a “menos desenvolvida”, que nos faz pensar que a comunidade tem um centro e uma periferia. Outro dado preocupante foi divulgado no Censo Escolar (2007, p. 1.717): alunos de escolas públicas abandonaram o Ensino Médio, diminuindo, portanto, as suas oportunidades e chances de acesso à universidade. O abandono pode ser explicado, principalmente, pela necessidade de ajudar no sustento da família. Assim, a vida dos jovens desta comunidade é difícil, pois desde cedo precisam contribuir com a renda familiar e em alguns casos são os principais provedores da família. As dificuldades desmotivam e afetam a autoestima do aluno de

escola pública não só de Ceilândia, mas de toda comunidade popular. Para estes jovens, o acesso à universidade pública é um sonho distante, por isso é necessário discutir políticas públicas e transformar ideias em ações.

Segundo uma estudante entrevistada: “política é o conjunto de meios utilizados para fins diversos, sendo o principal objetivo o bem comum”. Nesse sentido, é preciso haver mais políticas públicas voltadas para o jovem de comunidades populares, pois estes são vulneráveis por se encontrarem, na maioria das vezes, em situação desvantajosa em relação aos jovens de nível econômico maior. É preciso garantir o acesso à educação de qualidade e ao ensino superior público □ estas são questões primordiais para o desenvolvimento do indivíduo participativo na sociedade.

O PROJETO CAMINHADAS PARA A UNIVERSIDADE, EM CEILÂNDIA

O Projeto Caminhadas para a Universidade, em Ceilândia, foi uma das ações do Programa Conexões de Saberes, da Universidade de Brasília. Teve por objetivo estimular jovens das escolas públicas a melhorar seu nível de aprendizagem escolar, bem como desenvolver uma visão política e crítica sobre sua realidade social, vislumbrando possibilidades de mudanças por meio de sua participação nos processos sociais locais. Este projeto iniciou-se em 2007 tendo continuidade no primeiro semestre de 2008, sob a forma de curso pré-vestibular popular, desenvolvido por meio de oficinas pedagógicas com conteúdos que fazem parte do programa de aprendizagem do ensino médio. As oficinas foram desenvolvidas no Núcleo de Extensão da UnB, em Ceilândia, em parceria com o Programa Casa Brasil, por bolsistas com orientação de um professor tutor

da UnB que participava como colaborador. As aulas ocorreram de segunda a sábado no turno da tarde e, inicialmente, envolveu alunos provenientes de três escolas públicas de ensino médio inseridas na área de abrangência do projeto. Este procurou atender cerca de sessenta estudantes com idade entre 17 a 21 anos.

O Projeto Caminhadas para a Universidade, em Ceilândia, desde o início teve o maior número de extensionistas, em função da demanda comunitária ser de um público maior. Neste sentido, as atividades oferecidas exigiam esta estratégia pedagógica, de tal modo que estas eram desenvolvidas por bolsistas e voluntários graduados, mestres e graduandos das várias áreas de ensino. A comunidade procurou os bolsistas e a coordenação do programa para que houvesse uma ampliação na sua capacidade de atendimento aos jovens, adultos e crianças.

No primeiro semestre de 2008, foi verificado que a capacidade de atuação na comunidade era insuficiente para atender à realidade local, isto porque havia uma lista de pessoas que tinham interesses em participar do projeto. Em função disto, foi preciso selecionar o perfil de jovens a serem atendidos no Projeto Caminhadas para Universidade. A metodologia utilizada na inserção da comunidade foi divulgar nas escolas públicas do ensino médio, o pré-vestibular popular, ao qual podiam se inscrever jovens de baixa renda que residissem próximos ao núcleo e que quisessem estudar. Para isto foi realizada entrevista para averiguar o perfil do candidato que apresentasse a maior carência. Os demais candidatos ficavam na lista de espera e quando havia desistência de participantes, preenchiam-se as vagas.

A PESQUISA E A METODOLOGIA

Em 2008, verificou-se que a procura pelas oficinas não era apenas de jovens, mas também de adultos que haviam terminado o ensino médio e

queriam fazer vestibular para voltar a estudar.

Estas e outras questões vivenciadas pelos conexistas na comunidade tornaram-se ponto de reflexão, conduzindo à realização de uma pesquisa com metodologia de análise qualitativa e quantitativa. Para isto, elaborou-se um questionário com questões objetivas e subjetivas como instrumento de pesquisa, no intuito de conhecer os objetivos e expectativas dos participantes no projeto. A pesquisa foi aplicada e analisada pelos conexistas.

O procedimento foi realizado a partir de uma conexista que reuniu os participantes do projeto, explicou a necessidade da pesquisa e orientou os jovens que quisessem responder, de forma espontânea, o questionário. Este foi realizado no primeiro semestre de 2008 e aplicado a 25 jovens. Nele havia cerca de oito itens envolvendo questões sobre dificuldades em conteúdos do ensino, acesso à informação e objetivos do vestibular, entre outras. Entretanto, neste artigo serão apresentadas quatro das questões com seus respectivos dados e análises, ficando as demais para outro momento.

A primeira questão averiguava se o participante já havia prestado vestibular na UnB ou em outras instituições de ensino superior. A segunda buscava identificar as opções de curso dos estudantes. A terceira questão procurava visualizar os motivos que conduzem os estudantes a lutarem para entrar no ensino superior. E a última intencionava investigar entre os jovens que ainda não haviam prestado vestibular e os que já o haviam prestado, quais as escolhas dos cursos superiores.

Na primeira questão, verificou-se que a maior parte dos pesquisados já havia prestado vestibular na UnB e em outras instituições de ensino superior. Em contrapartida, observou-se que oito jovens não haviam prestado vestibular, o que conduziu uma bolsista a organizar um momento de orienta-

ção vocacional, com dados sobre os cursos, as áreas de atuação e a concorrência no vestibular.

Com relação à escolha dos cursos, 17 responderam como sendo os cursos de Letras, Direito e Pedagogia os preferidos. Os demais foram: Arquitetura, Administração, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Matemática, Odontologia, Enfermagem e Psicologia. Isto demonstra que de certa forma há uma visão diversificada sobre outras áreas, como o caso dos que aspiram por Biblioteconomia, curso pouco conhecido e divulgado, demonstrando que há novas perspectivas para o campo profissional. Os dados na escolha do curso demonstram que os participantes têm interesses em áreas do âmbito social, educacional e cultural. Para uma estudante “o Curso de Letras está entre os mais citados pela comunidade, por ser um curso bom, em que a nota de corte no vestibular não é tão alta e pode proporcionar um retorno rápido.” Como também o graduando deste curso pode dar aulas em escolas particulares ou públicas, em cursos de línguas, em pré-vestibular e trabalhar na área de pesquisa.

Em relação aos motivos dos 25 jovens optarem pelo ensino superior, a maioria dos participantes visa ao mercado de trabalho e à outra realização profissional, ambos tendo a intenção de prestar concurso público, ou seja, trabalhar em órgãos públicos.

Por outro lado, verifica-se que esta representação do ensino superior relacionado a concursos, deve-se ao fato destes oferecerem maiores salários para cargos de nível superior e ainda apresentam uma concorrência menor. Observou-se também que entre os investigados sete jovens não responderam ou não sabiam dizer porque buscavam ingressar no ensino superior. Este fato é normal, uma vez que alguns deles chegam ao final do ensino médio e ainda não sabem o que vão fazer. Uma minoria procu-

ra ingressar na universidade para ter uma formação superior, dando continuidade aos estudos.

A quarta questão diz respeito às opções de curso que os jovens gostariam de fazer para ingressarem na universidade. Dos oito que ainda não tinham prestado vestibular, a maioria optou pelos cursos de Medicina e Artes Cênicas e os demais por outros. Entre os que já haviam prestaram vestibular, a maioria escolheu os cursos de Direito e Letras, seguidos de Educação Física e Artes Cênicas.

Visualiza-se nesses dois casos a necessidade de *status* e de reconhecimento dos jovens ao optarem por cursos como Direito e Medicina, que são dispendiosos economicamente e precisam de tempo integral para ser concluídos. Assim percebe-se que estes jovens também querem poder fazer um curso que é reconhecido como ideal por trazer retorno financeiro e *status* social. Mas, entende-se que os jovens de origem popular terão maiores dificuldades para entrar e sair com o curso concluído, pois, geralmente, trabalham e ajudam sua família. Outra realidade é que muitos destes jovens, quando não desistem de fazer vestibular em universidade pública no curso escolhido, terminam ingressando na universidade particular em outras áreas. Além disso, verifica-se que muitos terminam procurando as áreas de Humanas, em função da concorrência ou pela precariedade no processo de aprendizagem dos conteúdos disciplinares, em especial na área de Exatas.

Entrar na universidade é apenas o primeiro obstáculo, permanecer e se formar é o mais oneroso. Segundo Oliveira (2006), os gastos não são apenas com relação ao transporte e roupas, mas também materiais didáticos para complementar sua formação.

Na universidade, não é diferente: Raul sofre muitas privações como não poder ir a congressos, mini-cursos, fazer um trabalho mais bem elaborado, digitado, tirar xérox, acompanhar um

estágio; até mesmo a algumas aulas importantes ele não pode ir, pois não tem dinheiro. (OLIVEIRA, 2006, p. 139)

Provavelmente, aqueles que optaram pelo Curso de Letras talvez estejam levando em consideração todas essas dificuldades. Para uma estudante deste curso, este apresenta um retorno mais rápido que Direito ou Medicina.

Outro fenômeno observado é a banalização de cursos das áreas de Humanas, como Pedagogia e Letras, por exemplo, sendo oferecidos por diversas faculdades particulares com duração inferior ao curso normal e com mensalidades baixas em relação ao preço de mercado. Este fato tem conduzido muitos jovens a trabalhar para entrar nestas instituições por entenderem que terão maiores chances de ingressar no ensino superior pelo sistema de ensino particular, desistindo das universidades públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Conexões de Saberes reconhece a problemática dos jovens oriundos das classes populares e busca desenvolver ações afirmativas para que estes ocupem as universidades públicas.

Ao situar a cidade de Ceilândia com seus aspectos sociais, culturais e econômicos, compreendeu-se que a vida dos seus moradores é muito difícil. O próprio contexto de criação da cidade é marcado por preconceito, desigualdade, indiferença e separação de classe e poder.

O poder político distrital encontrou a solução das invasões no Plano Piloto, separando Ceilândia em uma distância (o caminho mais próximo) de 26 quilômetros de Brasília, o lugar ideal para excluir os trabalhadores da construção da capital do país. Estes trabalhadores e suas famílias são, em

sua maioria, nordestinos, mineiros e goianos. Apesar de possuir uma das maiores populações do Distrito Federal, Ceilândia não apresenta serviços públicos suficientes para atender à sua população. Além desse fato, a cidade apresenta alto índice de violência e desemprego, configuram situações envolvendo pobreza, invasões e drogas, entre outras.

Boa parte da juventude de Ceilândia convive com a pobreza, a violência, o mundo das drogas e o álcool, e muitos destes jovens, marginalizados desde a origem pelo poder público, abandonam os estudos e se envolvem em roubos ou situações de violência.

A existência do Projeto Caminhadas para a Universidade colabora com a inclusão desta juventude num espaço de diálogo e acolhimento das suas diferenças, buscando não somente contribuir para o seu ingresso no ensino superior, mas, acima e antes de tudo, no seu reconhecimento como pessoa humana e sujeito de direitos. Esta pesquisa indica que as expectativas dos participantes (comunidade) do projeto são de entrar na universi-

dade pública para melhorar as suas condições materiais de vida. Este pensamento não descreve apenas um desejo utópico, mas expressa a representação de que vale a pena lutar pelo ensino superior, por ser um caminho vislumbrado para mudança social, cultural, econômica e política. Foi verificado nestes dados que o concurso público é a segunda meta após terminar o curso universitário, já que a luta pela sobrevivência está acima de tudo. Estes jovens participantes do projeto percebem nas atividades da extensão um caminho possível para aperfeiçoar seus conhecimentos e melhorar suas possibilidades de entrar na universidade pública.

O Programa Conexões de Saberes compreendeu que a pesquisa é um elemento relevante na ação da extensão por propiciar momentos de reflexões sobre a prática na formação dos seus bolsistas. O que demonstra que a extensão deve ser um campo de ação e pesquisa, contrariando a visão de assistencialismo de que a extensão não é científica em sua natureza. Bem como, se compreen-

deu que esta pesquisa possibilitou o repensar das ações da extensão voltadas para uma realidade composta por dificuldades, persistência e muita vontade de mudança. Assim, ficou compreendido que os investigados demonstram viver os mesmos anseios, dificuldades e persistência que os conexas do programa também vivenciaram antes de entrar na UnB. Deste modo, percebe-se que há uma repetição de papéis sociais, uma vez que os jovens de origem popular enfrentam as mesmas dificuldades, mudando apenas o ano, o lugar, os caminhos e as pessoas. Por fim, estes resultados já fazem parte do planejamento da nova configuração da atividade de extensão do Programa Conexões de Saberes que serão implementadas em Ceilândia e Brazlândia pela UnB, neste ano de 2009.

NOTAS

¹ Este artigo foi apresentado no IV Congresso Brasileiro de Extensão Universitária □ Tecnologias Sociais e Inclusão: Caminhos para a Extensão Universitária, organizado pela UFGD, de 27 a 30/04/2009, na cidade de Dourados, MS.

² Conexas são os alunos da UnB, igualmente jovens de origem popular, bolsistas no Programa Conexões de Saberes que atuam como professores na atividade de extensão comunitária.

³ Artigo publicado no jornal Correio Braziliense "As raízes da violência", relata histórias de jovens reincidentes em atos inflacionários demonstrando as falhas da família, do Estado e da própria sociedade.

⁴ Artigo do jornal Correio Braziliense "Violência em Ceilândia faz a polícia trabalhar com a hipótese de gangues", mostra a situação de insegurança dos moradores, em especial, os jovens.

REFERÊNCIAS

FIGUEIRA, Ary. Violência em Ceilândia faz a polícia trabalhar com hipótese de guerra de gangues. *Correio Brasiliense*. Brasília, 23/9/2008. Caderno Cidades.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 2000.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Censo Demográfico, 2000*. Disponível em: <<http://www.ceilandia.df.gov.br/dadosdemograficos>>. Acessado em: 7/3/2009 (a).

_____. *Administração Regional da Ceilândia*. Disponível em: <www.ceilandia.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=60335>. Acessado em: 7/3/2009 (b).

KLINGL, Erika. As raízes da violência. *Correio Brasiliense*. Brasília, 1º/3/2009. Caderno Cidades, p. 30-31.

MARTINS, Leila Chalub et al. Introdução. In Silva, Ana Lidia da (et al), *Caminhadas de universitários de origem popular: UnB*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Coleção caminhada de universitários de origem popular).

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 maio/jun./jul./ago. 1997. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/Juventude_Contemporaneidade.pdf#page=25>. Acessado em: 28/4/2009.

OLIVEIRA, Rhaul de. Quem é o Rhaul de Oliveira? In Silva, Ana Lidia da (et al), *Caminhadas de universitários de origem popular: UnB*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Coleção caminhada de universitários de origem popular).

Verônica Lima da Fonseca Almeida é mestranda pelo Centro de Desenvolvimento sustentável (CDS/UnB) e integra a equipe do projeto, veronicalfa@gmail.com

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti é professora doutora do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, izaneti@terra.com.br

Maria de Fátima R. Makiuchi é professora doutora do Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS-UnB e coordenadora do projeto, mariamakiuchi@uol.com.br.

Danielle Guedes Silva é graduanda em Letras pela UnB e integra a equipe do projeto, danygsilva@gamil.com.

Yara Ribeiro da Silva é graduanda em Letras pela UnB e bolsista do programa, yara.etb@gmail.com

Layane Lorraine da Silva Neves é graduanda em Letras pela UnB e integra a equipe do projeto, neves.layane@gmail.com

DIREITOS HUMANOS E ENSINO JURÍDICO: UMA SUPERAÇÃO DOS MODELOS ASSISTENCIALISTAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Júlio Aguiar de Oliveira
Gerlis Prata Surlo

RESUMO

O modelo tradicional de extensão dos cursos de Direito representado pelos núcleos de prática jurídica, encontra-se em crise. Isso porque, nesse modelo, os alunos desenvolvem atividades mecânicas que impedem as discussões em conjunto, a crítica e a busca de soluções criativas. Esse tipo de atividade extensionista harmoniza-se com um projeto de formação acadêmica orientada por uma perspectiva positivista de compreensão e realização do Direito, que reduz o Direito à lei e o afasta da realidade. Diante desse cenário, o objetivo do presente artigo é apresentar a experiência do programa de extensão NDH-UFOP (*Núcleo de Direitos Humanos da UFOP*), exemplo de atividade acadêmica voltada para uma verdadeira formação do estudante de Direito. Uma formação que pressupõe, necessariamente, o desenvolvimento de habilidades que possibilitem uma interpretação do Direito comprometida com a complexidade do real.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino jurídico, Extensão universitária, Direitos Humanos, Comunidades locais.

ABSTRACT

The traditional model of law university community extension, represented by legal practice units, is in crisis. In that model, students develop mechanical activities that prevent discussions, criticism and the search for creative solutions. This type of extension is in conformity with a positivist academic prospect guided by an understanding of the Law, which reduces it to the text of the law and separates it from the reality. In this scenario, this article aims to present the experience of the program NDH-UFOP (*Núcleo de Direitos Humanos da UFOP*), example of academic activity focused on a true academic formation of the student of Law. This kind of Law School education aims, necessarily, developing skills that allow an interpretation of the Law committed to the complexity of the real.

KEYWORDS: Legal education, university community extension, Human Rights, Local communities.

As atividades de extensão dos cursos de Direito são, tradicionalmente, desenvolvidas dentro dos núcleos de prática jurídica. Esse modelo bem sucedido de extensão nos cursos de Direito passa, no entanto, por uma crise. Isto porque, ao assumirem a responsabilidade da prestação gratuita de assistência jurídica, os núcleos de prática se vêem tentados a, conseqüentemente, assumirem a lógica de funcionamento de escritórios de advocacia ou de defensorias públicas, esquecendo-se, muitas vezes em nome da quantidade de trabalho, das suas especificidades enquanto atividade extensionista, vinculada ao projeto de formação de profissionais da área do Direito. Dessa forma, não é incomum encontrarmos, em núcleos de prática jurídica, alunos desenvolvendo atividades próprias da advocacia com pouca ou nenhuma orientação, alunos “aprendendo” a redigir petições com base em modelos pré-fabricados, alunos com quantidades excessivas de processos sob suas responsabilidades e ambientes nos quais a carga de trabalho e a rotina burocratizada impedem as discussões em conjunto, a crítica e a busca de soluções criativas.

Por outro lado, ainda que atentos contra o perigo de se transformarem em simples prestadores de assistência jurídica gratuita, os núcleos de prática jurídica não devem ser vistos como a única alternativa de prática extensionista dos cursos de Direito. Há outras possibilidades de projetos ou programas de extensão que podem e devem ser realizadas. Possibilidades que são tão mais necessárias quanto mais se posicionem na contramão da tendência atual de transformação dos cursos de Direito em cursos preparatórios para cursinhos preparatórios para concursos. Reduzir a formação em Direito a uma maratona de memorização de leis e manuais é uma das mais irresponsáveis conseqüências da proliferação de cursos de Direito orientados por uma lógica de mercado que, por sua vez, encontra respaldo nos já desgastados métodos de seleção utilizados nos concursos públicos das carreiras jurídicas. A lógica é simples: se o que os concursos para as carreiras jurídicas exigem é, essencialmente, capacidade de memorização de textos normativos e “doutrinas”, por que se preocupar com extensão ou com pesquisa? No entanto, são perversas as conseqüências dessa lógica, principalmente na medida em que, num sentido geral, contribuem para a conservação de uma perspectiva positivista de compreensão e realização do Direito, que afasta o Direito da complexidade do real e impede a percepção da centralidade da interpretação na própria positividade da norma¹.

Neste artigo, nosso principal objetivo é a apresentação da experiência do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP (NDH-UFOP), programa de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto. Esse objetivo se justifica porque consideramos ser o NDH-UFOP um exemplo de atividade acadêmica voltada para verdadeira formação do estudante de Direito. Uma formação que se orienta pela tese de que aprender a encontrar o Direito na lei não pressupõe apenas o conhecimento da lei, mas pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da realidade a partir do texto da lei como também pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da lei a partir da realidade (Cf. GRAU, 2005).

Para a apresentação da experiência do NDH-UFOP, seguiremos o seguinte roteiro: 1) a história da criação do NDH-UFOP; 2) as ações e os projetos desenvolvidos pelo NDH-UFOP, desde a sua criação até o momento atual; 3) os eventos realizados pelo NDH-UFOP; 4) síntese dos desafios enfrentados e 5) conclusão.

O Núcleo de Direitos Humanos da UFOP é um Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEx) da Universidade Federal de Ouro Preto. Sua criação foi motivada pela experiência do Projeto Reconhecer, desenvolvido no Departamento de Direito da UFOP em virtude da iniciativa do Programa Reconhecer da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação². O Projeto Reconhecer da UFOP³ foi realizado em 2006 e teve como objetivo principal a identificação de necessidades e produção de demandas da população carcerária da cadeia de Ouro Preto e de cidades vizinhas. O projeto se concretizou nas seguintes ações: a) investigação das condições do cumprimento da pena, visita às cadeias públicas e entrevista com promotores e juízes de Execução Penal; b) investigação do Método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), reconhecido, pelo Projeto, como a melhor alternativa para o cumprimento da pena; c) organização do Seminário de Encerramento do Projeto Reconhecer, com a presença de professores, juízes, promotores e “recuperandos”⁴ do método APAC no Estado de Minas Gerais.

Esse envolvimento com a realidade da execução penal em Ouro Preto e em cidades próximas motivou a equipe do Projeto Reconhecer a procurar dar continuidade e a ampliar as ações extensionistas voltadas para os direitos humanos. A partir desse impulso, surgiu a proposta de criação de um Núcleo de Direitos Humanos, capaz de propor, organizar e realizar ações diversificadas, relacionadas não apenas à execução penal, mas aos direitos humanos em geral. Nesse sentido, foi criado o Projeto de Extensão NDH-UFOP (Núcleo de Di-

reitos Humanos da UFOP), em 2007, com características próprias de um Programa de Extensão, devido à distribuição das atividades em várias ações extensionistas distintas.

Desde o início, o NDH-UFOP tem se orientado, na elaboração e na realização de suas ações e projetos, por um compromisso com o diálogo com as comunidades envolvidas. Essa interação com as comunidades locais somente pôde se concretizar devido à parceria estabelecida, logo de início, com a Paróquia de Cristo Rei, no bairro Bauxita, na cidade de Ouro Preto. Em virtude dessa parceria, foi – e continua sendo – possível identificar as demandas específicas das comunidades. A parceria permite, ainda, que as ações e projetos sejam desenvolvidos com efetiva participação da comunidade. Um símbolo dessa parceria é a disponibilização de uma sala para as atividades do NDH-UFOP no Centro Pastoral da Paróquia Cristo Rei, o que facilita e incentiva o contato da população local com o NDH-UFOP.

A metodologia básica adotada pelo Núcleo de Direitos Humanos da UFOP é a pesquisa-ação. Segundo Michel Thiollent (2005), trata-se de um método de pesquisa alternativo que pressupõe efetiva interação entre os pesquisadores e as pessoas dos grupos sociais pesquisados e que torna possível a busca, em conjunto, de soluções realistas para a os problemas encontrados.

Em 2008, o Núcleo de Direitos Humanos, até então um Projeto de Extensão, transformou-se em Programa de Extensão. Nessa nova fase, o NDH-UFOP tem consolidado suas parcerias e a sua atuação na comunidade de Ouro Preto, tendo sido capaz de identificar, com maior precisão, as ações e projetos mais coerentes com a realidade e o espaço no qual atua e, também, com as suas próprias vocações e limitações.

O Programa de Extensão NDH-UFOP, formalizado em 2008, representa o crescimento e o amadurecimento do NDH-UFOP, criado como um Projeto de Extensão. A partir dessa primeira experiência, foi possível consolidar, ampliar e aprimorar as ações que o levaram, da categoria de projeto, à categoria de Programa de Extensão atualmente composto pelos seguintes projetos:

CURSO “EDUCAÇÃO PARA CONSUMO CONSCIENTE E DIREITO DO CONSUMIDOR”

A proposta do curso “Educação para o Consumo Consciente e Direito do Consumidor” surgiu como demanda da comunidade do bairro Bauxita, por meio da Paróquia de Cristo Rei, como resposta aos altos índices de endividamento na região e ao grande número de reclamações recebidas pelo PROCON de Ouro Preto. O objetivo é refletir sobre as relações de consumo, o problema do consumismo, bem como incentivar os participantes a desenvolverem uma postura mais crítica e participativa em suas relações de consumo.

O curso, elaborado em parceria com a Paróquia de Cristo Rei, com a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e com o Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (PROCON) de Ouro Preto, realizou-se em 2007, em 2008 e em 2009 nos centros de pastoral das referidas paróquias. O público foi composto, em sua maioria, de moradores das Comunidades e lideranças comunitárias. Durante os encontros os participantes puderam fazer intervenções, houve atividades em grupo e troca de conhecimento entre os participantes, criando oportunidades para os envolvidos

exporem suas expectativas e experiências. Nas edições do curso, ocorreu a participação dos coordenadores do PROCON de Ouro Preto, que relataram a atuação do órgão e os principais motivos de reclamações encaminhadas ao mesmo. O curso, procura aprimorar a metodologia, empregando novos métodos de interação com os participantes.

PARCERIA COM O CURSINHO PRÉ-UNIVERSITÁRIO E PRÉ-TÉCNICO HUMANISTA

Nessa ação, foi realizada uma articulação entre dois projetos de extensão, o NDH-UFOP e o Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista. O Projeto objetiva a preparação dos alunos das comunidades vulneráveis de Ouro Preto para o Vestibular da UFOP e para os exames de seleção do CEFET-Ouro Preto. Nesse contexto, a ação do NDH-UFOP teve como objetivo específico o fornecimento de professores e monitores da disciplina de História e Geopolítica. Em 2008, essa ação transforma-se em projeto. O projeto “Parceria com o Cursinho Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista” é a continuidade da ação extensionista em parceria com o Cursinho Humanista, criada em 2007. Esta nova fase caracteriza-se pelo amadurecimento da parceria, por meio da continuidade do provimento de professores e de monitores. Este projeto resultou na elaboração do material didático de História e Geopolítica pelo NDH-UFOP. Neste material há conteúdos relacionados aos Direitos Humanos para discussões durante as aulas.

CONSTRUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SITE DO NDH-UFOP

A construção de um *site* surgiu da necessidade de divulgação das atividades do NDH-UFOP para a comuni-

dade, bem como da necessidade de criação de um espaço virtual de intercâmbio de experiências sobre Direitos Humanos entre Universidades, ONGs e órgãos governamentais. O *site* do NDH-UFOP⁵ foi construído em julho de 2007, dentro do domínio da Universidade Federal de Ouro Preto. Nele, há informações sobre as ações extensionistas, a equipe, os eventos, bem como textos escritos pelos membros do NDH-UFOP.

Como prova da efetiva inserção do *site* do NDH-UFOP na rede virtual de troca de experiências em Direitos Humanos, a DHNet – Rede Direitos Humanos e Cultura⁶ concedeu ao *site* o reconhecimento com o selo Direitos Nota 10. O selo é concedido a páginas na *internet* que contribuem, por sua qualidade e conteúdo, para a discussão e valorização de temas relacionados a Direitos Humanos. A rede DHNet é reconhecida, por órgãos como a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como o portal que possui o maior acervo de dados no campo dos Direitos Humanos em língua portuguesa.

A ação de construção do *site* do NDH-UFOP se transformou, no contexto da transformação do NDH-UFOP em Programa de Extensão em 2008, no projeto de atualização do *site* do NDH-UFOP. Esse projeto objetiva o desenvolvimento da capacidade de atualização constante da página na *internet* do NDH-UFOP.

CURSO “DIREITOS DO IDOSO”

A proposta do curso sobre direitos do idoso surgiu como demanda dos participantes do curso “Educação para o Consumo Consciente e Direito do Consumidor”, o que aponta para o reconhecimento da Educação em Direitos Humanos como uma das principais vocações do NDH-UFOP. O projeto justifica-se pela necessidade de criação de condições para que o

idoso exerça seus direitos como cidadão, promovendo ações que busquem a emancipação e a elevação de sua auto-estima.

O curso, realizado na Paróquia de Cristo Rei, bairro Bauxita, em Ouro Preto, contribuiu para a conscientização da população local sobre os direitos do idoso, possibilitando um debate em torno do reconhecimento, valorização do seu papel social e construção de uma visão crítica em relação aos problemas enfrentados, possibilitando uma interferência eficaz em suas comunidades a fim de buscarem meios de melhorar suas condições de vida. Na segunda edição em 2009, realizado no Centro Social da Família Ouro-Pretana, o curso procurou verificar as situações cotidianas que envolvem os idosos no município de Ouro Preto numa tentativa de transformar os educandos em multiplicadores de novas perspectivas nas comunidades.

Em relação ao aspecto metodológico, o curso incorporou à pesquisa o método Paulo Freire, privilegiou a dialogicidade e o respeito ao educando (Cf. FREIRE, 1983). Além disso, a equipe do NDH-UFOP, na organização e elaboração do curso, buscou na realidade específica de Ouro Preto, trabalhando junto com associações locais relacionadas ao idoso, os temas que foram abordados nos encontros, de forma a criar uma identificação maior dos participantes com o assunto.

ARTICULAÇÃO COM AS ESFERAS DE CIDADANIA

A extensão, como prática acadêmica que visa à transformação social através da emancipação das pessoas atingidas, exige que suas ações se desenvolvam em conformidade com as verdadeiras demandas das comunidades. Para isto, é necessário que todos os envolvidos participem, efetivamente, da construção das ações,

desde a sua concepção até as fases finais de execução.

Esse projeto busca detectar, constantemente, as demandas das comunidades, mediante o diálogo permanente com as organizações aglutinadoras de forças comunitárias, como associações, comitês, conselhos de direitos, fóruns, conselhos de políticas públicas e instituições de ensino. A partir daí, pretende-se realizar ações concretas direcionadas à resolução e/ou mitigação dos problemas encontrados. Este é, portanto, um projeto que tem a responsabilidade de atuar como uma ferramenta de investigação e incentivo de novas propostas de projetos. Objetivo esse que vem sendo cumprido em 2009 com a realização de pesquisa diagnóstica, em parceria com o Projeto Pacificar do Ministério da Justiça, junto às entidades sociais de Ouro Preto a fim de levantar demandas junto às comunidades.

ASSESSORIA JURÍDICA COMUNITÁRIA

O projeto Assessoria Jurídica Comunitária é uma demanda da comunidade, especificamente do Conselho Pastoral da Paróquia de Cristo Rei para atendimento dos indivíduos inseridos na região da Bauxita em vulnerabilidade social. Trata-se de um projeto em fase de implantação pelo NDH-UFOP em 2009, de ação concreta detectada pelo Projeto Articulações com as Esferas de Cidadania no ano de 2008. A proposta objetiva superar o modelo assistencialista prestado pelos escritórios modelos das faculdades de Direito e construir um diálogo com as comunidades visando a educação para a cidadania. Especificamente, o projeto visa atender os indivíduos residentes na região da Bauxita em vulnerabilidade social. As atividades serão desenvolvidas no Centro Pastoral da Paróquia de Cristo Rei.

Os atendimentos serão realizados de maneira individual pelos pesquisadores-extensionistas do NDH-UFOP mediante trabalho de escuta e aconselhamento. As demandas apresentadas pela comunidade serão submetidas aos professores do Departamento de Direito - DEDIR e consultadas em bibliografia indicada pelos mesmos, conforme a disciplina recorrente. Na semana seguinte, os resultados do trabalho de pesquisa serão levados à comunidade de acordo com cada demanda. Assim, as demandas poderão ser solucionadas mediante processo de mediação ou encaminhamento ao Núcleo de Assistência Jurídica da UFOP. No momento posterior, cada demanda se transformará em artigo acadêmico, disponibilizados no site do Programa NDH-UFOP.

OBSERVATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

O “Observatório da Câmara Municipal” é um projeto do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP em parceria com a Câmara Municipal de Ouro Preto, sua Comissão Permanente de Direitos Humanos e o projeto “Articulação com as esferas de cidadania”. Este projeto visa à criação de um espaço de observação e diálogo entre o Núcleo de Direitos Humanos da UFOP e a Câmara Municipal de Ouro Preto no contexto das questões relativas aos direitos humanos. Considerando o relevante significado do Poder Legislativo Municipal, apresenta-se oportuno o estabelecimento de uma estrutura de observação e diálogo dos trabalhos do legislativo local. Uma estrutura apta a contribuir para a utilização e o desenvolvimento das diversas vias disponíveis para a promoção dos direitos humanos. Para que este trabalho possa circunscrever os problemas de fato, a parceria com o projeto “Articulação com as esferas da cidadania” é

essencial, já que o mesmo objetiva, a partir do diálogo com as entidades civis, identificar as demandas específicas e, juntamente com as lideranças comunitárias, buscar soluções a serem encaminhadas sob forma de ações concretas.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O projeto “Direito da Criança e do Adolescente” é uma ação do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Pautado na proteção e promoção dos direitos infanto-juvenis, busca-se através do curso “Direito da Criança e do Adolescente” orientar a comunidade de forma geral sobre os direitos e garantias fundamentais a partir da construção de ações emancipatórias com as comunidades, de forma a torná-las sujeitos ativos na transformação de sua própria realidade e não meros receptores de ações externas.

PARLAMENTO JOVEM

A instituição do Parlamento Jovem na Câmara Municipal de Ouro Preto é uma parceria entre o Legislativo Municipal e o NDH-UFOP, visa proporcionar aos jovens locais formação cidadã e vivência da prática democrática, envolvendo-os na discussão de problemas sociais e na elaboração de propostas para solucioná-los. É, sem dúvida, uma das mais eficientes maneiras de inseri-los na vida política e de mostrar-lhes que a cidadania se constrói com a participação efetiva de todos, com apreço ao diálogo, respeito à opinião dos outros e com responsabilidade. A proposta se desenvolverá em parceria com a Câmara Municipal de Ouro Preto e outras instituições externas como a Escola

Legislativa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

EVENTOS: PALESTRAS E SEMINÁRIOS

Os eventos sempre tiveram importância no desenvolvimento do NDH-UFOP, tanto na medida em que possibilitam a criação de um espaço amplo de discussão em torno de temas relacionados aos direitos humanos, como também na medida em que ajudam no desenvolvimento da capacidade de organização e de trabalho em conjunto dos integrantes do NDH-UFOP.

O NDH-UFOP, em junho de 2007, organizou uma palestra com o Prof. Jean-Christophe Merle, da Universidade de Saarbrücken (Alemanha): “Kant’s Theory of Criminal Justice: A Moral Justification?” (Teoria da Justiça Criminal em Kant: Uma Justificação Moral?). Evento contou com a participação, como debatedores, do Prof. Alexandre Travessoni Gomes e do Prof. Júlio Aguiar de Oliveira.

Em julho de 2007, foi realizado o I Seminário Interno do NDH-UFOP, no Centro de Pastoral da Paróquia de Cristo Rei. No evento, destinado aos membros do NDH-UFOP, as professoras Miracy Barbosa Gustin e Sielen Caldas, respectivamente Coordenadora e Sub-Coordenadora do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, relataram as experiências do Programa Pólos de Cidadania, que é referência em extensão no Brasil. A palestra teve grande importância para a construção das estratégias e das diretrizes metodológicas do NDH-UFOP.

O NDH-UFOP organizou, em parceria com o Departamento de Filosofia da UFOP, o I Seminário Internacional de Ética e Direitos Humanos, ocorrido em novembro de 2007, no auditório do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. O evento teve como palestrantes professores de instituições brasi-

leiras e estrangeiras, convocados ao exercício da reflexão e do debate sobre questões ligadas à ética e aos direitos humanos. Além das palestras e das discussões, foram apresentadas comunicações de pesquisadores de diversas partes do país.

Em junho de 2009, o Núcleo de Direitos Humanos da UFOP realizou, no auditório do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto, a palestra: “As Profissões Jurídicas nos Andes Coloniais”, ministrada pelo Prof. Renzo Honores – Mestre pela Universidade do Peru e PhD pela Universidade da Flórida, atualmente, é professor da High Point University, na Carolina do Norte, EUA. A palestra teve como debatedores o Prof. Dr. Júlio Aguiar de Oliveira e o Prof. Ms. Herman Nébias Barreto.

Além disso, no ano de 2009, o NDH-UFOP realizou juntamente com o Departamento de Direito da UFOP, o Projeto Pacificar – Ministério da Justiça e o Centro Acadêmico Pedro Paulo o II Congresso Mineiro de Extensão em Direito, I Congresso Mineiro de Iniciação Científica em Direito e a Inauguração do Núcleo de Mediação e Cidadania do Curso de Direito da UFOP, no Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto, com o objetivo de transformar as atividades de extensão em parte integrante das atividades de investigação e de ensino. O evento contou com a participação de professores de diversas Universidades do país, profissionais da área e estudantes. Além das palestras, foram apresentadas comunicações científicas abordando os temas propostos pelo evento que promoveu a discussão sobre as tendências e perspectivas da extensão e da pesquisa no contexto local, estadual e nacional, de forma a suprir a demanda de informação sobre as experiências da extensão, da pesquisa universitária e da mediação de conflitos.

OS DESAFIOS ENCONTRADOS

A partir da experiência do NDH-UFOP, foi possível constatar que os maiores desafios são decorrentes da própria natureza da atividade de extensão. A extensão possui, essencialmente, uma enorme carga de incerteza e imprevisibilidade. Na extensão, a atividade se desenvolve em contato direto com a realidade, que, a todo o momento, revela sua complexidade. Ao exigir que os alunos pesquisadores-extensionistas saiam do ambiente estritamente acadêmico, eles são levados a perceberem que as ações extensionistas não se contêm dentro dos limites do planejado, exigindo atenção especial e capacidade de adaptação para a realização dos objetivos dos projetos. Mas, é justamente isso que dá sentido à extensão, enquanto “oportunidade do saber científico desenvolver-se com abertura para a sabedoria criada e posta em prática na dinâmica social” (COSTA, 2007: 11) e a transforma em uma dimensão especialmente relevante no contexto da formação em Direito. A vivência intensa da realidade social e a convivência com as pessoas, promovidas pela extensão, permitem que os pesquisadores adquiram a sensibilidade e a acuidade de juízo indispensáveis para o bom exercício das atividades próprias das profissões jurídicas.

Outro grande desafio, constante em todas as atividades do NDH-UFOP, é o comprometimento com a efetiva participação das comunidades envolvidas. De fato, seria mais simples se as ações fossem elaboradas dentro da Universidade, pelos pesquisadores, e simplesmente oferecidas, prontas, à população local. Porém, a riqueza da atividade extensionista está precisamente na necessidade constante de ouvir as pessoas e extrair daí as possibilidades de ação. Esta foi, desde o início, uma importante diretriz do NDH-UFOP.

Somente por meio da interação constante entre pesquisadores e moradores locais torna-se possível a elaboração de ações verdadeiramente emancipatórias. Um pressuposto fundamental de qualquer atividade extensionista é a identificação da comunidade investigada com as ações realizadas. É preciso, antes de tudo, que a comunidade queira determinadas iniciativas. Dessa forma, as pessoas reconhecem na atividade extensionista uma possibilidade de desenvolverem suas capacidades. Por fim, resta dizer que a própria estruturação do NDH-UFOP se revelou desafiadora. A consolidação da equipe do projeto e, posteriormente, do programa, exigiu de todos os participantes o desenvolvimento das habilidades de ouvir uns aos outros e de trabalharem em conjunto. Com o estabelecimento das parcerias, essas dificuldades aumentam. A partir das experiências do NDH-UFOP, a equipe percebeu que, no caso das parcerias, é indispensável definir, com precisão, os limites e papéis de cada parte, desde o momento em que se convencionam a parceria. Se não existe uma definição precisa das funções de cada um dos parceiros, são grandes as chances de se criarem expectativas equivocadas e dos objetivos fracassarem.

CONCLUSÃO

O NDH-UFOP representa uma experiência em extensão universitária comprometida com uma verdadeira formação em Direito. Os pesquisadores extensionistas aprendem lições que não poderiam ser ensinadas nas salas de aula ou na leitura de manuais. Por meio da extensão, compreende-se que a realidade, por ser, inevitavelmente, complexa e imprevisível, transforma a atividade da descoberta do direito numa atividade essencialmente artesanal. Percebe-se que, para uma interpretação justa das leis, é preciso, antes de

tudo, compreender a realidade que o Direito ordena. Isto envolve a habilidade de saber ouvir as pessoas e compreender, a fundo, os problemas sociais. No meio acadêmico, somente a extensão é capaz de desenvolver a sensibilidade e o discernimento necessários para o desenvolvimento da capacidade de interpretação do ordenamento normativo a partir de uma profunda compreensão do caso concreto.

A verdadeira atividade extensionista, como um reflexo da complexidade da realidade, obriga os pesquisadores a lidarem com situações inesperadas, inerentes às relações humanas. São com situações como essas que os estudantes de Direito, mais tarde, irão se deparar ao exercerem o ofício de juristas.

Uma formação que se orienta pela tese de que aprender a encontrar o Direito na lei não pressupõe apenas o conhecimento da lei, mas pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da realidade a partir do texto da lei como também pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da lei a partir da realidade (Cf. GRAU, 2005). Estabelecer uma nova atitude na formação jurídica parte da constatação da complexidade da realidade social, o que impossibilita a redução da extensão em Direito a ações previamente estabelecidas, correndo-se o risco de propor ações não verdadeiramente desejadas e justificadas pelos participantes. Nesse sentido, a atividade extensionista deve ser flexível, apta a se adequar às demandas e aos desafios do contexto social no qual está inserida. O NDH-UFOP, como exemplo de verdadeira experiência extensionista, objetiva transformar os direitos humanos em práticas comuns das comunidades, já que efetivação dos direitos humanos envolve, necessariamente, sua vivência no âmbito das relações sociais. Nesse sentido, o objetivo central do NDH-UFOP é ensinar e aprender os direitos humanos a partir do compromisso de viver os direitos humanos.

NOTAS

¹ Sobre esta questão, vide o trabalho essencial de Paolo Grossi, *Mitologias Jurídicas da Modernidade* (GROSSI, 2005).

² A apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Reconhecer – MEC destaca: “A cultura jurídica difundida nas Faculdades de Direito do Brasil tem dado pouca atenção às demandas sociais e coletivas. Necessária faz-se a promoção de uma nova cultura nas Faculdades de Direito que venha a estabelecer um caminho para a formação cidadã dos estudantes, orientada pelos Direitos Humanos. E, nesse sentido, possibilitar que os cursos de direito reflitam sobre a sua estrutura e venham a contemplar espaços de formação que se dediquem às necessidades dos grupos mais vulneráveis poderá ser uma importante contribuição para a gestação de uma cultura jurídica mais comprometida com os desejos da comunidade, na perspectiva de emancipação social”. (RECONHECER, 2006). Mais detalhes a esse respeito: Secretaria de Educação Superior: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=675&Itemid=303#Objetivos>.

³ Para maiores informações sobre o Projeto Reconhecer da UFOP: <http://www.ufop.br/reconhecer/>

⁴ Nas unidades das APACs, os presos são denominados “recuperandos”.

⁵ <http://www.ufop.br/ndh>

⁶ <http://www.dhnet.org.br>

REFERÊNCIAS

Costa, Alexandre Bernardino (Org.). *A experiência da extensão universitária da Faculdade de Direito da UNB*. Vol. 3. Brasília, 2007.

Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12^a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

Grau, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito*. 3^a Edição. São Paulo, Malheiros, 2005.

Gustin, Miracy Barbosa de Sousa. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de Sociologia e Filosofia do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

Santos, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 4^a edição: São Paulo: Cortez, 2000.

Thiollent, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Júlio Aguiar de Oliveira
Professor Doutor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP e da Pontifícia Universidade Católica-MG e Coordenador-Geral do Programa de Extensão Núcleo de Direitos Humanos da UFOP. J.aguiardeoliveira@gmail.com

Gerlis Prata Surlo
Graduando em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto –UFOP e Coordenador-Adjunto do Programa de Extensão do Núcleo de Direitos Humanos /UFOP, gerlisprata@yahoo.com.br.

ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS PARA O PET-PSI

*Áderson Costa
Júnior
Caroline Gomide
Daniel Rodrigues
Diego França
Fernanda Lima
Glenda Nóbrega
Henrique Carvalho
Jéssica Malaquias
Juliana Mendes
Lígia Libâneo
Lude Marieta Neves
Marcela Iwano
Marcela Moraes
Mariana Silva
Marília Veiga
Priscila Prado*

RESUMO

A extensão universitária pode ser caracterizada como um trabalho social sobre uma realidade objetiva, gerando um produto em parceria com a comunidade e que colabore com o desenvolvimento de diferentes contextos da sociedade. O objetivo deste artigo é caracterizar a filosofia da prática extensionista praticada pelo PET-Psi, descrevendo-se o desenvolvimento de três atividades de extensão executadas e suas implicações para a construção de um processo de conhecimento recíproco entre a universidade e os segmentos da sociedade que participam destas atividades. São descritas atividades realizadas com idosos, com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial e no projeto de desenvolvimento de Promotoras Legais Populares (PLPs). As atividades proporcionam um sistema contínuo de diálogo e de troca de saberes, contribuindo para a construção da cidadania e participação sociopolítica de universitários e comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária, extensão popular, universidade, sociedade.

ABSTRACT

The university extension can be characterized as a social work on an objective reality, creating a product in partnership with the community and cooperating with the development of different contexts in society. This article aims to characterize the philosophy of extension practice followed by PET-Psi, describing the development of three extension activities implemented and its implications for the construction of a mutual process of knowledge between the university and the segments of society involved in these activities. The article explains activities with old-aged people, users of CAPS (Psychosocial Attendance Center) and the PLP's course. The activities provide continuous system of dialogue and knowledge exchange, contributing to the construction of citizenship and social/political participation of all attendants, academics and community.

KEYWORDS: university extension, popular extension, university, society.

A premissa do Ministério da Educação, para um ensino superior e formação profissional de qualidade, é a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Todavia, a operacionalização desta proposta inclui algumas dificuldades: (a) o exercício do ensino e da pesquisa prevalece na prática acadêmica, em detrimento de atividades extensionistas; (b) parece existir um desconhecimento, no meio acadêmico e fora dele, do conceito de extensão e de como se configuram sua prática e objetivos; (c) observa-se uma escassez de recursos financeiros destinados à extensão, proporcionalmente maior do que a verificada para atividades de pesquisa.

No âmbito acadêmico, o espaço ocupado pela extensão é reduzido quando comparado ao destinado à pesquisa e ao ensino. Esta situação reflete o sistema vigente de avaliação de cursos de graduação e de pós-graduação, que priorizam a formação e a produção intelectual dos corpos docente e discente. Publicações em periódicos científicos indexados têm muito maior reconhecimento na academia do que o desenvolvimento de atividades de extensão e suas implicações junto à sociedade.

O termo “extensão” consta na prática cotidiana e na literatura com uma gama de significados. Tais definições permitem-nos compreender extensão como uma atividade que dissemina conhecimentos gerados pela universidade aos mais diversos setores da sociedade, na forma de prestação de serviços, troca de experiências, espaços de reflexão e interação, e divulgação de culturas. Uma proposta de extensão que tem interessado particularmente ao Programa de Educação Tutorial de Psicologia (PET-Psi) da Universidade de Brasília (UnB) é a de extensão popular proposta por Melo Neto (2002, p. 11), na qual ela é caracterizada como “trabalho social sobre a realidade objetiva, gerando um produto em parceria com a comunidade, (...) a esta comunidade deverá retornar o resultado da atividade de extensão”.

O apoio financeiro da instituição é um elemento, muitas vezes, essencial à execução e/ou manutenção da prática da extensão, haja vista o gasto com equipamentos, materiais e deslocamento até à comunidade em que irão se inserir. Embora os órgãos responsáveis pela extensão não questionem a necessidade de ajuda de custo para essas atividades e transporte para deslocamento pelas cidades do entorno do Distrito Federal, os recursos são reduzidos e nem sempre disponíveis em tempo hábil.

Há que se ressaltar que dois problemas podem ser gerados se a extensão se restringir a um segundo plano na prática acadêmica, e se não houver reconhecimento suficiente de sua relevância: o primeiro é transformar a extensão em um meio de coleta de dados de pesquisa, e o segundo é fazer da extensão mero depósito de conhecimentos técnicos, na certeza de que isso seria mais apropriado à comunidade, sem que haja a construção de um diálogo com a mesma.

A extensão entendida como simples depósito de conhecimento pode ser considerada uma invasão cultural, uma vez que o extensionista superpõe os valores de seu espaço de origem ao meio onde atua, reduzindo os participantes deste meio a objetos de sua ação. Tal prática pode configurar uma manipulação e conquista desse espaço invasor (FREIRE, 1983). Nesse sentido, o extensionista seria um sujeito hegemônico e também etnocêntrico, porque considera seu sistema de valor mais adequado que outras situações praticadas pela comunidade, subestimando a capacidade transformadora de seus participantes. A extensão como depositário de conhecimento na comunidade é antidialógica,

não permite comunicação e diálogo. Segundo Freire (1983) “ser dialógico é não invadir, não manipular, é não sloganizar” (p. 43).

A perspectiva de fazer da comunidade, por meio da atividade de extensão, um objeto de estudo, passivo à coleta de dados e intervenção é questionada pelo PET-Psi que entende a extensão como uma articulação entre o conhecimento produzido na universidade e o saber popular, ou seja, um diálogo ativo entre universidade e comunidade na qual o extensionista se insere. Esse diálogo, muitas vezes, é tenso e cheio de contradições, mas é nesse campo de conflito que, segundo Demo (2008, p. 64), “entendimento e desentendimento são partes integrantes da totalidade comunicativa”. De acordo com o autor, para o diálogo, é imprescindível haver interesses contrários, pois entre partes idênticas não há comunicação.

A postura que os membros do PET-Psi procuram manter é a de entrosamento com a comunidade, na qual seus integrantes são parceiros na produção de conhecimento e na busca de soluções concretas, conforme propõe Demo (2008). O diálogo é, portanto, caracterizado pela horizontalidade. Cada participante, membro da comunidade e extensionista, lançam mão dos conhecimentos que dispõem como forma de pensar a realidade da sociedade e o modo como ajudá-la a se desenvolver (FREIRE, 1983). Nesse sentido, rompe-se com a concepção da academia como uma entidade superior e detentora da verdade; universidade e sociedade educam e se autoeducam e são sujeitos ativos do processo de construção de conhecimento. (DEMO, 2008)

Essa postura de universidade, entidade superior e detentora da verdade é muito frequente tanto na academia quanto na percepção da sociedade. De acordo com Demo (2004), isso se deve ao modelo de universidade centrado na pesquisa e ensino, que se torna uma “torre de marfim”, no sentido de que se isola do restante da sociedade, perdendo-se em seu teorismo. O autor propõe a extensão como forma da universidade descer da “torre” e entrar em contato com a realidade. O extensionista deve, nesse processo, “passar pelo batismo de fogo do reaprendizado da modéstia participativa” (DEMO, 2008, p. 51). A manutenção da “torre de marfim”, das relações estruturais, rígidas e verticais com a comunidade dificulta o diálogo, uma vez que não há a problematização do próprio conhecimento e de sua reação inevitável com a realidade.

O objetivo deste artigo, portanto, é caracterizar a filosofia da prática extensionista praticada pelo PET-Psi, descrevendo-se o desenvolvimento de três atividades de extensão executadas e suas implicações para a construção de um processo de conhecimento recíproco entre a universidade e os segmentos da sociedade que participam destas atividades.

A proposta de desenvolver uma atividade de extensão com uma população da terceira idade vem da necessidade da obtenção de informações sistemáticas sobre os idosos e um maior diálogo da academia com esta parcela da população, proporcionalmente cada vez maior e, muitas vezes esquecida. Esta fase do desenvolvimento humano ainda é percebida como um período de estagnação, ou seja, o idoso é visto como um ser humano sem perspectivas de futuro (NERI; DEBERT, 1999). Além desta visão, comumente nos deparamos com a ideia de que os idosos têm um desenvolvimento em declínio, o que é conceitualmente impossível (CASTRO, 1998). Na terceira idade, o idoso continua aprendendo e superando dificuldades que muitas vezes incluem limitações físicas, cognitivas, transtornos da senilidade, entre outros eventos naturais do curso da vida. O enfoque da proposta de extensão do PET-Psi não é sobre tais dificuldades, mas no processo de desenvolvimento do idoso, ou seja, como ele lida com as mudanças em sua vida.

Com o intuito de desmistificar esta etapa da vida fazem-se necessários estudos, investigações e contatos com os atuais idosos da nossa sociedade (RODRIGUES, 2003). A expectativa de vida no Brasil vem crescendo significativamente nos últimos anos, notando-se, então, uma falta de preparo da sociedade para lidar com idosos e suas necessidades psicossociais (NERI; DEBERT, 1999). Apesar do aumento proporcional desta população, a psicologia do desenvolvimento tem dedicado reduzida atenção a este tema, poucos alunos têm contato com professores pesquisadores desta área, e, na maior parte das vezes, quem desenvolve atividades profissionais prioriza a identificação de déficits e doenças.

O desenvolvimento da atividade de extensão foi baseado em uma visão dialética do desenvolvimento humano, em que fatores biológicos, sociais, individuais e culturais são considerados de modo indissociável. O objetivo do projeto era valorizar as histórias de vida dos idosos residentes no Distrito Federal, identificar os principais problemas que enfrentam, fornecer um espaço de escuta, de troca e de apoio tanto por parte dos universitários quanto dos integrantes do próprio grupo.

Após a proposta da atividade de Extensão ter sido elaborada, os alunos interessados fizeram contato com instituições, asilos e grupos de idosos em hospitais. Verificou-se que grande parte dos idosos encontrava-se em situação precária de vida, exposta a grande sofrimento, o que dificultava o emprego de uma visão mais otimista da terceira idade, a qual o grupo se propôs. Grupos formados de idosos tinham sua rotina estabelecida, os profissionais presentes tinham uma forma específica de trabalho, nas quais nosso grupo optou por não interferir. Outra opção foi a de buscar grupos de idosos independentes, prática bastante comum nos dias de hoje, nos quais eles se reúnem para executar atividades em conjunto como culinária, caminhadas, viagens, entre outras. Esta opção foi também descartada, pois os grupos visitados já tinham sua própria estrutura funcional e não fazia sentido uma intervenção que mudasse um sistema que já dava certo.

Tentou-se, então, uma terceira opção: montar nosso próprio grupo de idosos. Assim que essa decisão foi tomada, conseguimos o apoio da UnB que disponibilizou transporte até o Núcleo de Extensão do Gama-DF, onde fomos muito bem recebidos. Conseguimos também o apoio da Universidade para a confecção de cartazes de divulgação do grupo que denominamos Reflexões sobre a 3ª Idade. Fomos para o Gama várias vezes, espalhamos

cartazes pela cidade, visitamos casas e grupos de idosos, tudo com o intuito de convidar interessados para participar da nossa proposta.

Apesar da divulgação, durante vários dias nenhum interessado procurou o grupo. Pouco antes do final das atividades letivas da UnB, em 2008, cinco mulheres compareceram ao Núcleo de Extensão, interessadas em participar. Devido à falta de tempo hábil para execução de encontros semanais consecutivos, realizou-se uma oficina única de discussão com as participantes, com duração de duas horas.

COMO FOI A OFICINA

A oficina contou com a participação de duas alunas do PET-Psi e cinco idosas da comunidade. Inicialmente, as participantes fizeram uma breve apresentação de si e relataram os motivos do interesse pela oficina. Uma delas afirmou ter procurado o grupo devido interesse por psicoterapia. Foi explicado, então, que aquele grupo não tinha objetivos de psicoterapia, e que nós, estudantes de graduação, não tínhamos habilitação legal para tal fim. Foi esclarecido que a proposta era proporcionar um espaço de discussão entre as pessoas presentes. Outra participante relatou ter se interessado pelo grupo, pois já trabalhava como voluntária em outros grupos para idosos e pretendia adquirir novas ideias de oficinas, além de contribuir com sua experiência e contato com grupos da terceira idade. Outra participante era frequentadora assídua de todos os projetos de extensão do Núcleo, sua intenção era manter contato com a UnB, mesmo que apenas pela extensão, pois pretendia ser aprovada no vestibular. As demais participantes compareceram a fim de conhecer melhor a proposta, porém sem expectativas específicas. Para o segundo momento da oficina foi sugerida a Dinâmica de Crachás,

em que todas as participantes confeccionaram um crachá que transmitisse às demais sua história de vida, ou sua personalidade, ou o que elas quisessem transmitir sobre si. Duas participantes apresentaram um crachá escrito e as outras fizeram desenhos. As universitárias fizeram crachás parecidos, com desenhos que relatavam brevemente suas histórias de vida. As participantes da comunidade começaram a relatar uma visão otimista delas mesmas, contando sobre suas vidas e experiências atuais, sem referências ao passado. Entretanto, tudo mudou após o relato de uma das participantes que se referiu às principais dificuldades de sua vida, tanto do passado quanto da atualidade. Descreveu o quanto sofria diariamente e o que acontecia em sua vida, que aumentava ou sustentava tal sofrimento. Logo após o relato, as demais participantes prontamente descartaram os crachás que haviam sido anteriormente feitos e mudaram o curso de seus relatos. As demais sentiram a necessidade de expor ao grupo suas próprias dificuldades de vida.

Por meio dos relatos pessoais que surgiram no grupo, iniciaram-se as discussões. As participantes espontaneamente se questionavam sobre suas escolhas e se amparavam quando sentiam que os temas traziam lembranças carregadas de sentimentos negativos. Os principais focos de discussão foram conflitos familiares, depressão, solidão, cuidado com os filhos, religiosidade e histórias adversas de vida.

Até o final da oficina houve tempo suficiente para que todas pudessem se expressar, expor suas experiências e opinar sobre as questões levantadas. As participantes trocaram contatos por iniciativa própria e combinaram voltar a se encontrar em outros momentos para que pudessem dar continuidade às discussões e, até mesmo, ajudar uma das integrantes que não podia sair de casa e sentia falta de contato com pessoas de fora da sua família.

IMPLICAÇÕES DESTA ATIVIDADE

Apesar do projeto de extensão proposto não ter se concretizado, a oficina realizada deixou claro que existe a necessidade de espaços onde os idosos possam trocar experiências e discutir suas situações atuais. A maior parte dos grupos de idosos existentes não possui propostas de discussão de temas pessoais e cotidianos, restringem-se a trabalhos manuais, religião ou atividades físicas, como dança ou alongamento. A valorização das histórias de vida, da experiência pessoal, é muitas vezes esquecida, sendo o idoso conduzido a lugares para aprender a ser velho de forma saudável, sem voz ativa sobre sua própria condição. Apesar de a atividade ter sido breve, parece indicar alguma diferença na vida das cinco senhoras que agora se conhecem e se ajudam em dificuldades pessoais. Esta parcela da população tem demandas para as quais a universidade pode contribuir significativamente.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM SAÚDE MENTAL

A partir das atividades de ensino e pesquisa realizadas no PET-Psi se fez pertinente desenvolver uma atividade de extensão em saúde mental em um Centro de Atenção Psicossocial (Caps) do Distrito Federal com o objetivo de abordar questões ligadas à luta antimanicomial, à cidadania e aos direitos humanos com os próprios usuários do serviço. Surgiu, então, o interesse de se criar um subgrupo para planejar oficinas dialógicas com o propósito de despertar a capacidade crítica dos usuários em relação ao sistema de saúde mental, levando-os a se interessar pelo tema e ao engajamento na luta. Além disso, o tema favorece uma melhor

compreensão sobre a discriminação e estigmatização das pessoas com sofrimento psíquico, assim como pretende constituir um espaço aberto de acolhimento e exploração da criatividade dos usuários.

O subgrupo intitula-se “Arte e Desrazão: um espaço de convivência no Caps II-Paranoá” e está cadastrado no Decanato de Extensão (DEX) da UnB, o que facilita a formalização e continuidade do grupo. Ser categorizado como um Projeto de Extensão de Ação Contínua (Peac) é considerado um meio de estimular a participação de alunos e professores, uma vez que o vínculo institucional com a UnB propicia a captação de recursos e a obrigatoriedade de uma carga horária mínima de trabalho, permitindo maior dedicação dos extensionistas e o compromisso de realizar o trabalho conforme planejado.

O subgrupo realiza oficinas artísticas de diversos materiais e linguagens com usuários, familiares e funcionários do Caps II, do Paranoá, DF, região administrativa do Distrito Federal, marcada historicamente pela luta pró-moradia e longo processo de legitimação pelo Governo do Distrito Federal. O público atendido nesse serviço substitutivo de saúde mental abrange toda a região (incluindo o entorno e algumas cidades do estado de Goiás), apesar das diretrizes públicas da reforma preconizarem a atuação dos Caps restritas a suas respectivas unidades da Federação (BRASIL, 2004). Além disso, o Caps II caracteriza-se por uma dificuldade espacial, sua localização ao lado do Hospital Regional do Paranoá se reflete na prática do serviço, que acaba sendo associado equivocadamente ao modelo hospitalocêntrico de atendimento.

A atividade de extensão busca permitir e valorizar a criação de vínculos, a expressão da subjetividade dos participantes e a desconstrução da estigmatização da lógica manicomial nos serviços de saúde. Considera-se necessário, para tal análise, a atuação micropolítica a partir da cons-

trução de um espaço de “desrazão”, utilizando a arte, de modo que tais experiências auxiliem os processos de autonomização e emancipação dos usuários, ao mesmo tempo em que representam potencial subversivo pela sua capacidade transformadora. Os participantes da oficina, incluindo extensionistas, usuários, familiares e profissionais do Caps, são de diferentes origens sociais e exercem diversos papéis ao longo da atividade. Estão cadastrados nove alunos de graduação e de pós-graduação, sob coordenação de uma docente do Instituto de Psicologia. Cada oficina conta com a participação média de vinte usuários do Caps, quatro familiares e dois funcionários do serviço. Estrutturamos a oficina em diferentes momentos: aquecimento, atividade principal e compartilhamento de experiências. Para o aquecimento, utilizamos dinâmicas corporais com a duração de cerca de 15 minutos, para preparar as pessoas ao envolvimento que requer o passo seguinte. Durante a atividade principal, adotamos diferentes linguagens artísticas (música, argila, máscaras de gesso, pintura, colagem, entre outras) para expressão da subjetividade, facilitação da interação e troca de experiências e sentimentos entre os participantes. Nesse momento, os extensionistas realizam a atividade junto com os demais participantes: circulam pelo local desenvolvendo relações horizontais e mais próximas aos usuários, atuando de maneira micropolítica, conforme os princípios da Reforma Psiquiátrica. Por fim, no momento de fechamento, o grupo se reúne para dividir impressões e sentimentos a partir das vivências da oficina.

IMPLICAÇÕES DESTA ATIVIDADE

As oficinas realizadas no Caps II facilitaram a articulação entre Extensão Popular e Reforma Psiquiátrica. Portanto, compreendeu-se a prática extensionista como um trabalho social

útil (MELO NETO, 2006), produtor de cultura que proporciona a participação não apenas de agentes da comunidade universitária, mas em parceria com as comunidades externa e interna à UnB. Assim, a oficina foi construída a partir de um quefazer dialógico, e não apenas um produto pronto para os usuários, mas na construção da realidade, visando à superação das situações de opressão (FREIRE, 1982; 2005).

Os registros de diários de campo da atividade reforçam essa observação. Foram ouvidos relatos de institucionalização e mortificação. Práticas como o isolamento, a medicalização excessiva, o desrespeito às integridades física, psíquica e moral foram marcantes no histórico de alguns pacientes antes da atenção em serviços substitutivos. No espaço manicomial, essas pessoas eram contidas, estigmatizadas e separadas do convívio familiar, o que claramente contribuiu para a cronificação de sua situação de exclusão e adoecimento psíquico. A própria rotulação hospitalar a partir da doença, e não do sujeito, era relatada pelos usuários: além de despersonalizar o sujeito, fornecia obstáculos ao desenvolvimento de suas capacidades. Tais atividades marcam uma prática extremamente manicomial e ainda muito frequente no Distrito Federal, em função do predomínio do modelo hospitalocêntrico e da ausência de uma rede integrada de serviços substitutivos de saúde mental.

Já a partir da entrada dos usuários no Caps, os relatos remetem a outras formas de cuidar, como a elaboração do projeto terapêutico com funcionários do Caps e a participação em assembleias e oficinas. A entrada dos extensionistas nesse cenário se deu em um momento de estruturação do serviço e construção de práticas diferenciadas de cuidado, tendo como ressalva que, apesar da estruturação antimanicomial de tal serviço, vários profissionais da instituição tinham

sua formação e experiência profissional baseadas no modelo hospitalocêntrico de cuidado em saúde mental. Assim, o grupo de extensionistas inseriu-se na tentativa de desconstruir as práticas estigmatizadas e proporcionar outras formas de cuidado dentro do serviço.

Metodologias e técnicas artísticas são entendidas como ferramentas eficazes de mediação de significados, sentimentos e conteúdos psíquicos, por meio de uma construção criativa dos usuários frente ao seu próprio processo de sofrimento psíquico. Não é exigida a produção do belo, mas o exercício da invenção de si e do mundo. Espera-se, com esse contato e espaço de expressão, uma vivência terapêutica e a desconstrução manicomial.

A atividade é proveitosa para os alunos de psicologia por proporcionar uma formação mais consistente na atuação psicológica, com base numa experiência prática e supervisionada – dimensão não muito desenvolvida no curso regular – convidando alunos, usuários e profissionais para a construção da reforma psiquiátrica. Esta atividade de extensão promove uma reflexão crítica sobre as leituras e práticas do tema da loucura e da luta antimanicomial e sua relação com o cotidiano dos usuários do serviço.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM GÊNERO

As questões de gênero são amplamente difundidas, seja na mídia, na nossa história ou nos valores atribuídos no cotidiano de papéis de homens e mulheres, o que naturaliza certas funções consideradas “femininas” e “masculinas” e os valores a eles atribuídos. Estas concepções repercutem em vários campos de problemas sociais como a violência conjugal e a discriminação contra a mulher. Assim, o subgrupo de gêne-

ro do PET-Psi, por meio de atividades de extensão, tem por objetivos: (a) investigar as relações de gênero na comunidade; (b) compreender como mulheres vivenciam e lidam com as desigualdades de gênero; (c) promover espaço de discussão e escuta acerca do tema da violência doméstica; e (d) contribuir com a construção de um saber interdisciplinar. Para isto, o subgrupo está vinculado ao Projeto das Promotoras Legais Populares (PLPs) que trabalham em favor de segmentos populares com legitimidade e justiça, no combate à discriminação e em prol do desenvolvimento da cidadania e igualdade de direitos.

A proposta do projeto é de orientar, aconselhar e instruir acerca da função do direito instrumental, além de produzir conhecimentos sobre as questões de gênero relacionadas à psicologia, antropologia, sociologia, arte e a outras áreas. A proposta traz o ideal da justiça, da democracia e da dignidade, possibilitando a criação de novos espaços de união e conhecimento acerca do feminismo, desigualdade de classes e raças, religião, direitos, violência, saúde, sexualidade, família e trabalho (CENTRO DANDARA, 2009).

COMO FUNCIONA O PROJETO

O projeto está em andamento no Distrito Federal desde 2005. O primeiro curso foi oferecido em São Paulo, em 1995, e desde então se expandiu para outras cidades do Brasil. No DF, o projeto acontece no Núcleo de Prática Jurídica da UnB, em Ceilândia, aos sábados pela manhã e tem duração de um ano. Atualmente, o curso está em sua quinta edição e a coordenação é composta por quatro parceiros: a UnB, fundadora do projeto, o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares (composto por mulheres já formadas como PLPs), a Agende (Ações em Gênero, Cidadania

e Desenvolvimento) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (PROMOTORAS LEGAIS POPULARES DO DF, 2009)

As participantes do projeto são mulheres de qualquer idade que tenham interesse pela busca e luta por seus direitos. Muitas já tiveram seus próprios direitos transgredidos, presenciaram relatos de infração de direitos ou são líderes comunitárias dispostas a auxiliar mulheres que precisam de ajuda (CENTRO DANDARA, 2009). Uma PLP formada deve conhecer os direitos das mulheres, ouvir relatos de exposição à violência (qualquer tipo: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral), acolher seus sofrimentos e providenciar os encaminhamentos necessários à preservação dos direitos legais. (PROMOTORAS LEGAIS POPULARES, 2009)

O curso de formação de PLPs possui uma metodologia com a participação ativa das mulheres na apropriação de conhecimentos práticos e teóricos. A capacitação é pautada pelos princípios da educação popular, na qual o diálogo é o principal instrumento. O curso oferece oficinas dinâmicas e o conhecimento não é passado passivamente, sendo as alunas instigadas a aprender sobre direitos entre homens e mulheres e a desenvolver uma consciência crítica sobre os diversos temas abordados. O conteúdo do curso abrange o contexto sociopolítico e a diversidade; a organização do Estado e dos direitos humanos; a violência contra a mulher e seus direitos – saúde, sexualidade, reprodução. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, 2009)

O curso é dividido em seis módulos. Cada um inclui a distribuição de apostilas com os referenciais teóricos discutidos e ensinados em sala de aula. O último módulo destaca a atuação das Promotoras Legais Populares em rede e, ao final, uma formatura solene é realizada.

As oficinas são ministradas por con-

vidados de uma das parcerias do projeto e tem como intuito promover a participação ativa das mulheres. Busca-se fugir do modelo clássico de ensino, em que uma pessoa de maior autoridade expõe conteúdos a serem aprendidos, sem a discussão e reflexão sobre os mesmos. Há muitas dinâmicas de grupo e espaço para as mulheres debaterem os temas abordados e relatarem experiências pessoais. Alguns dos temas abordados nas oficinas são: desigualdade de gênero, feminismo, gênero e classe, gênero e raça, gênero e religião, entre muitos outros. As atividades desenvolvidas são divididas entre os parceiros do projeto.

A INSERÇÃO DO PET-PSI NO PROJETO DO PLPS

O PET-Psi já vinha com o interesse nas questões de gênero há um ano, sem, entretanto, formar um grupo de extensão universitária. Tivemos, então, o primeiro contato com as Promotoras Legais Populares em um Ciclo de Debates sobre Direitos Humanos organizado pelo PET-Psi, para o qual elas foram convidadas a falar sobre os direitos da mulher e a divulgar seu projeto de extensão na área.

Acreditando, portanto, que a psicologia tenha muito a contribuir com a proposta do projeto, o PET-Psi optou por criar um subgrupo atuante nas Promotoras Legais Populares. Desta forma, as participantes, além da disponibilização de informações sobre seus direitos legais, contarão também com noções de gênero discutidas pela psicologia e até mesmo com informações sobre atendimento psicossocial. As alunas do PET-Psi inseridas no projeto têm também o intuito de promover a interdisciplinaridade entre os cursos, contando com uma coordenação aberta a diferentes concepções teóricas, áreas de conhecimento e propostas de atuação, além de vivências e práticas que se fazem possíveis

por meio da extensão universitária.

IMPLICAÇÕES DESTA ATIVIDADE

As alunas do PET-Psi, embora participem do projeto apenas desde o início de 2009, já vivenciaram diversas experiências significativas. Podemos observar que a turma é bem participativa, o que torna as aulas interativas e construtivas. Mulheres de todas as idades e de todos os níveis sociais participam do grupo, o que torna a troca de conhecimentos mais enriquecedora. Uma das palestrantes conseguiu imergir a turma nos papéis dos tipos sociais representados e a refletir acerca deles. Além disso, ela abordou muitas questões envolvendo gênero e fez a turma perceber muitos aspectos sobre diferenças entre homens e mulheres que foram construídas pela sociedade e pela nossa cultura ao longo dos tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das atividades de extensão desenvolvidas pelo PET-Psi se faz pertinente a discussão da prática extensionista na formação do estudante de graduação da UnB. A perspectiva de uma futura atuação profissional leva-nos a questionar a confluência dos saberes teóricos e práticos e como ambos se articulam na experiência de graduação. A atuação do PET-Psi na UnB e no Distrito Federal procura contemplar não só o saber teórico e técnico ou só o saber vivencial do campo; a atuação contempla ambas as fontes de produção de conhecimento.

A produção de conhecimento na academia não pode se restringir a um fazer teórico sem incluir um processo de elaboração do saber dos sujeitos que partilham e participam do contexto de pesquisa e intervenção. Uma vez admitindo-se a interface entre pesquisa e extensão, o PET-Psi

compreende as atividades de extensão que realiza como um exercício em que o diálogo e a troca de saberes horizontal constituem cidadania e participação social e política de todos os participantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília, 2004.

CASTRO, O. P. O Processo Grupal, a Subjetividade e a Ressignificação da velhice. In CASTRO, O. P. *Velhice que idade é esta? Uma construção psicossocial do envelhecimento* (p. 35-55). Porto Alegre: Síntese, 1998.

CENTRO DANDARA DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES. *Perfil das PLPs*. Disponível em: <<http://www.centrodandara.org.br/>>. Acessado em: 14/5/2009.

DEMO, P. *Avaliação Qualitativa*. Campinas: Autores Associados. 9. ed., 2008.

_____. *Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro. 1. ed., 2004.

FÓRUM PLP. *Promotoras Legais Populares do DF*. Disponível em: <<http://forumplp.ning.com/>>. Acessado em: 14/5/2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 46. ed., 2005.

_____. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 8. ed., 1983.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6. ed., 1982.

MELO NETO, J. F. de. *Extensão Popular*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

_____. Extensão Universitária: bases ontológicas. In MELO NETO, J. F. de. *Extensão Universitária: Diálogos Populares*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. *Promotoras Legais Populares (PLPs)*. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/joomla/index.php/>>. Acessado em: 14/5/2009.

NERI, A. L.; DEBERT, G. G. *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1999.

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES. *Carta de princípios das Promotoras Legais Populares*. Disponível em: <<http://www.promotoraslegaispopulares.org.br/>>. Acessado em: 14/5/2009.

RODRIGUES, A. M. *Construindo o Envelhecimento*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2003.

Caroline Gomide, Daniel Rodrigues, Diego França, Fernanda Lima, Glenda Nóbrega, Henrique Carvalho, Jéssica Malaquias, Juliana Mendes, Lígia Libâneo, Lude Marieta Neves, Marcela Iwano, Marcela Moraes, Mariana Silva, Marília Veiga e Priscila Prado são estudantes de graduação em Psicologia da UnB e membros do Programa de Educação Tutorial de Psicologia (PET-Psi).

Áderson Costa Júnior é Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UnB e Tutor do PET-Psi.

A Casa da Cultura da América Latina CAL / DEX

A CAL consolidou-se como importante centro cultural da cidade atuando em diversos campos das artes e da cultura. Sob o foco do processo da interculturalidade e orientada pelo conceito da diversidade da América Latina, suas atividades expressam a pluralidade de etnias e culturas, que constituem um repertório de multiplicidades de maneiras de compreender o mundo, mesclas e sincretismos. Esse conceito de diversidade estende-se aos esportes da península ibérica, dos países africanos e ao legado indígena, entre outros presentes na nossa formação. Além das inúmeras exposições anuais em suas galerias, destaca-se o volume atual de atividades promovidas em parceria com renomadas instituições culturais e com as Embaixadas. São cursos e oficinas de extensão na área da diversidade cultural, preservação de acervos e meio-ambiente, fotografia e teatro, mostras e ciclos de cinema, o tradicional programa Semanas Latinas e eventos diversos.

SCS Quadra 04, Ed. Anápolis, 1º andar, sala 103, Brasília-DF
CEP: 70300-500

(61)33215811 / (61)33256543

www.cal.unb.br / cal@unb.br

 **UnB** | DEX

CAL^{UnB}
Casa da
Cultura
da América
Latina



VALE DE CIDADANIA: UMA EXTENSÃO SOLIDÁRIA NO VALE DO JEQUITINHONHA

*Bárbara Roberto Estanislau
Danielle Patrícia Mendes Lopes
João Marcus Martins
Lânia Mara Silva
Luciana da Silva Oliveira
Maria Aparecida de Oliveira
Maria Clara Pessoa
Tatiana Maria Badaró Baptista*

RESUMO

Serão apresentadas as ações de trabalho e geração de renda desenvolvidas pelo Programa Polos de Cidadania na região do Médio Vale do Jequitinhonha, por meio do Projeto Vale de Cidadania. Para tal, será apresentada a metodologia utilizada bem como relatos de experiências. Serão feitas também algumas considerações sobre os principais avanços, dificuldades, especificidades e desafios da ação extensionista.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária; metodologia de incubação; extensão; Vale do Jequitinhonha.

ABSTRACT

Some actions of work and income's generation developed by Programa Polos de Cidadania in the region of Vale do Jequitinhonha, through Projeto Vale de Cidadania, will be presented. The methodology used as well as stories of experiences will be presented. Also, some conclusions about the advances, difficulties, peculiarities and challenges of the extended action will be made.

KEYWORDS: solidary economy; incubation's methodology; extended; Vale do Jequitinhonha.

A palavra universidade vem do latim “universitate”, que significa universalidade, totalidade, conjunto. Estar no meio acadêmico não deve se resumir ao ensino. Mas deve significar estar inserido em um contexto de totalidade, no qual se expande o conceito de universidade para um local onde, mais que a construção do conhecimento, há a sua pragmatização no meio social. Aliando atividades de ensino, pesquisa e extensão, é criado, em 1995, o Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, com o intuito de promover a inclusão e a emancipação de grupos sociais com histórico de exclusão e trajetória de risco.

As atividades de pesquisa e extensão do Polos são desenvolvidas por graduandos, pós-graduandos e profissionais de diversas áreas do conhecimento, sendo, assim, interdisciplinar. O objetivo que move todos os participantes do Polos é a defesa, promoção e efetividade dos direitos fundamentais e de cidadania por meio da busca pela emancipação de grupos sociais, respeitando sempre suas subjetividades.

Sendo um programa, o Polos agrega projetos de focos diversos que podem ser renovados e recriados, de acordo com demandas de interesse público. Em Belo Horizonte, um dos projetos atua na Vila Acaba Mundo com ações de sustentabilidade e regularização fundiária; o Projeto Saia da Rua tem como objetivo atuar na criação de cooperativas de geração de renda voltadas para mulheres que trabalham e retiram seu sustento das ruas; os núcleos de Mediação e Cidadania trabalham na criação de espaços de diálogo e de mobilização por meio do processo de mediação em comunidades com histórico de exclusão social; a trupe A Torto e a Direito é um grupo de teatro de rua que utiliza a linguagem teatral como forma alternativa de mobilização social; e o projeto Escola que Protege tem como objetivo qualificar professores da rede pública de ensino para compreender e atuar diante das situações de violência sofridas pelos alunos.

Para além da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Polos atua na região do Médio Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, com o Projeto Vale de Cidadania. Inicialmente, o projeto estruturou ações voltadas para a prevenção da exploração sexual como campanhas de mobilização, apresentações teatrais, distribuição de materiais informativos e constituição de associações voltadas para a geração de renda e inclusão social, por meio da metodologia de incubação de empreendimentos solidários. Foram constituídas duas associações de mulheres e jovens em situação de risco, dedicadas à produção artesanal de costura em patchwork, nas cidades de Medina e Padre Paraíso, e mais dois grupos de produção voltados para mulheres e jovens: uma cozinha comunitária e um grupo de artesanato em cerâmica, na cidade de Ponto dos Volantes.

O presente artigo retoma as atividades de trabalho e geração de renda realizadas pelo Projeto Vale de Cidadania, por meio da descrição da metodologia adotada e de relatos de experiências. O objetivo é demonstrar a importância da ação extensionista para a formação do aluno, identificando os principais avanços e desafios proporcionados pela experiência vivenciada.

Todos os projetos do Programa Polos de Cidadania seguem os referenciais metodológicos da pesquisa-ação e, de acordo com suas temáticas principais, as teorias de Boaventura de Sousa Santos, Jürgen Habermas e Michel Foucault. A partir dessas teorias, as experiências dos projetos também são pontos de partida para que novos pressupostos teóricos sejam postulados, formulando-se subsídios teóricos adequados para a emancipação social de grupos em situação de vulnerabilidade. Nessa perspectiva, os marcos teóricos atuais do Polos são: cidadania¹, subjetividade² e emancipação³.

A pesquisa-ação, como estratégia metodológica diferenciada, consiste no levantamento sistemático de informações que permitem o constante aperfeiçoamento das ações. Por outro lado, a pesquisa também é enriquecida por dados e impressões provenientes das atividades de campo. Dessa forma, a pesquisa-ação permite a retroalimentação do sistema de atuação para manter como aliadas a pesquisa e a extensão.

Conforme leciona Gustin e Dias, a pesquisa-ação:

(...) favorece a resolução de problemas coletivos, transformações de realidades emergentes e a produção de conhecimento. Sua diferença das demais é que: a) a resolução do problema coletivo em foco é feita solidária e cooperativamente; b) a emergência de novas comunidades, grupos, instituições etc., por intermédio da pesquisa-ação, é duplamente auxiliada: a pesquisa lhe permite conhecimento dos resultados das investigações no campo jurídico e das ações dos pesquisadores, ao mesmo tempo, autoconhecimento de suas condições, possibilitando sua própria autocrítica; a ação (ou atuação) complementa os dados da pesquisa e permite o acesso a conhecimentos necessários à sua própria estruturação e à sua prática. O conhecimento produzido é revertido

em benefício não só da equipe pesquisadora, mas também da equipe participante da situação investigada⁴.

Assim, para a realização dos projetos priorizam-se alternativas metodológicas que aproximem os pesquisadores da realidade em questão, favorecendo a criação de espaços de diálogo e permuta de saberes. A opção por uma articulação interdisciplinar também comprova essa disposição, já que a presença nas equipes de pesquisadores de diferentes áreas, ao disponibilizar uma diversidade de olhares sobre o mesmo fato concreto, permite uma compreensão mais abrangente da realidade.

Uma importante ferramenta metodológica dentro do processo de pesquisa-ação é o diagnóstico participativo. Tal instrumento, que pode ser realizado em momentos diversos do trabalho com os grupos, possibilita ao Projeto Vale de Cidadania o conhecimento do perfil dos grupos produtivos que acompanha no Vale do Jequitinhonha. Ele é participativo por incluir ativamente os envolvidos no processo, não estando, por isso, limitado a uma observação externa e afastada do pesquisador. Assim, os principais procedimentos utilizados são técnicas como: entrevistas formais e informais, observação, escuta, questionários sintéticos, história de vida e levantamentos de interesses, aptidões, habilidades e desejos dos membros do grupo.

Após a aplicação das técnicas, as informações coletadas devem ser sistematizadas para que as percepções e observações dos pesquisadores possam ser socializadas. Em seguida, é realizado um seminário de devolução junto a cada grupo que participou das técnicas. Entende-se que esse momento é fundamental para validar as informações com os participantes do diagnóstico, para que sejam apontadas quaisquer distorções na compreensão. Além disso, a devolução também pode ser aproveitada para interpelar o fazer dos

atores, de modo a fomentar a reflexão sobre seus posicionamentos e ações. É nessa análise coletiva das informações que serão detectados os principais problemas e irão emergir as primeiras soluções, matéria-prima para a construção de um plano de ação.

O Polos também intervém junto a alguns grupos de geração de trabalho e renda tendo em vista os fundamentos da economia solidária. Esta, nas suas mais variadas formas de organização – associativismo, cooperativismo e demais grupos de produção informal – afirma-se como uma alternativa de emancipação econômica e social para os grupos marginalizados. Baseada em um modelo inovador de produção e organização do trabalho, a economia solidária visa associar à atividade econômica a cooperação solidária entre grupos sociais de históricos de vida e heranças culturais semelhantes. A metodologia de incubação de Empreendimentos Econômico Solidários (EES) utilizada pelo Polos, foi desenvolvida em 2001, primordialmente, a partir da experiência da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desde então, a partir de sua própria experiência, o Polos tem desenvolvido uma metodologia de incubação de EES baseada em aspectos jurídicos, técnicos, psicossociais, socioculturais e políticos emancipatórios.

A METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DO PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA

A metodologia de incubação é imprescindível para a compreensão da atuação do Projeto Vale de Cidadania no âmbito da economia solidária. As estratégias de incubação de cooperativas populares podem ser divididas em três etapas.

Na primeira, busca-se a articulação de uma rede mista formada pela so-

cidade civil, organizada em associações comunitárias ou representada por lideranças reconhecidas e o governo local, com o objetivo de criar parcerias e alavancar apoiadores. Reuniões periódicas devem ser realizadas entre os membros dos grupos incubados e a rede de parceiros apoiadores. Nessa fase, objetiva-se estabelecer vínculos de solidariedade e cooperação que permaneçam até depois da incubação.

A segunda etapa é antecedida por um diagnóstico que ajudará a compor o quadro da realidade social, econômica e cultural local. A isso se segue um processo de valorização das afinidades existentes entre os membros do grupo em acompanhamento, a fim de construir uma identidade coletiva que, além de contribuir para a solidez e estabilidade do grupo, deve permitir uma discussão e revisão contínuas dos objetivos conjuntos.

É função das capacitações teóricas, técnicas e administrativas, nessa fase, discutir questões relativas ao cooperativismo e associativismo, garantir a qualidade e a competitividade dos produtos no mercado e preparar os grupos para a autogestão. Esses conhecimentos devem ser ministrados como um pressuposto da emancipação dos grupos e da consolidação do empreendimento solidário como uma alternativa econômica rentável.

Nessa etapa também é elaborado um plano de negócios que deve contemplar desde estratégias de comercialização dos produtos até a determinação do quê, quanto, como e de que forma os produtos deverão ser produzidos, além do marketing dos produtos. Em regra, esse plano é elaborado por profissionais qualificados, mas com ampla participação dos grupos incubados, que têm a prerrogativa de aprová-lo ou não.

Os estatutos são, então, elaborados e as associações e cooperativas legalizadas. Apesar da formalização e registro serem considerados momen-

tos finais da metodologia de incubação, a discussão quanto às disposições estatutárias é feita ao longo de todo o processo, sendo indispensável à participação do grupo. Por fim, a desincubação ocorre quando for notório o preparo do grupo para dar andamento às suas atividades sem o acompanhamento direto e constante do Polos, sem, contudo, transigir do apoio da rede de parceiros.

A terceira etapa compreende processos de promoção de inclusão dos atores envolvidos em políticas públicas como as de saúde, de educação e de assistência social, buscando a formação integral dos associados.

Nesse sentido, utilizando-se de tais procedimentos, o Projeto Vale de Cidadania busca uma atuação que estimule e apoie esses EES, desenvolvendo um trabalho de incubação desses grupos, ou seja, de acompanhamento e gestão de suas atividades, até que sejam capazes de atuar de forma independente e emancipada. Busca-se com isso garantir o acesso a direitos fundamentais e o exercício da cidadania.

É importante destacar que a metodologia do Programa Polos de Cidadania propicia a complementação da formação dos estudantes universitários com atividades de pesquisa e extensão. Entende-se que a extensão universitária é fundamental para que se questione o papel do conhecimento acadêmico para além dos muros da universidade. Além disso, a atividade de campo permite aos estudantes lidar com as dificuldades de adequação da teoria à prática, assim como compreender a dicotomia existente entre o pensamento acadêmico teórico e as situações fáticas por ele não previstas.

Os estudantes extensionistas, ao confrontarem de maneira direta a realidade externa, tornam-se mais conscientes da complexidade social. O modelo interdisciplinar de investigação e o contato com outras comunidades que não a comunidade

acadêmica são alguns dos fatores responsáveis por essa visão panorâmica da realidade. Dessa forma, a extensão tem um papel fundamental tanto na preparação dos estudantes universitários para o enfrentamento das grandes questões sociais quanto no atendimento das demandas urgentes das comunidades carentes que anseiam pela realização de seus direitos fundamentais.

VALE DE CIDADANIA: EFETIVANDO UMA PRÁXIS

No Vale de Cidadania, as metodologias apresentadas são constantemente aplicadas no trabalho com quatro grupos de mulheres, situados no Médio Vale do Jequitinhonha, região que enfrenta sérios problemas de escassez de recursos e de alta vulnerabilidade social da maioria de sua população. O trabalho desenvolve os princípios do associativismo, buscando a solidariedade entre as mulheres integrantes dos grupos. Dentre outros, um dos objetivos dessa ação é a conquista de melhores condições de vida em uma região em que isso é constantemente dificultado. Em Padre Paraíso e em Medina, o trabalho se baseia na produção por meio da costura e do bordado. Já em Ponto dos Volantes, um dos grupos trabalha com artesanato em cerâmica e o outro constitui uma cozinha comunitária. Ao prestar colaborações teóricas e práticas como acompanhamentos jurídico, financeiro e administrativo, capacitações técnicas e suporte no planejamento dos empreendimentos solidários, o Vale de Cidadania preocupa-se sempre em criar as condições necessárias para que esses grupos de produção construam e se apoderem dos conhecimentos e desenvolvam suas capacidades de atuar de forma autônoma e emancipada.

A metodologia se alia à prática de modo a orientá-la e torná-la eficien-

te. A pesquisa-ação faz com que o trabalho do extensionista seja também um trabalho da comunidade, que se conhece e se emancipa. A ação do estudante em extensão torna-se resultado para a comunidade. A pesquisa-ação, baseada em uma troca entre extensionistas e população local, ou seja, entre conhecimento acadêmico e senso comum, percebe os grupos não como um campo de estudos para as diversas áreas envolvidas, mas como colaboradores e personagens no processo de mudança social. Assim, a partir das teorias da pesquisa-ação, há uma renovação do conhecimento possuído pela comunidade e pelos extensionistas, além de uma autotransformação de ambos e de uma alteração da realidade de forma crítica e conjunta. A ação, nesse caso, não depende de um conhecimento apenas, nem da disposição para agir de um, mas do conjunto dos conhecimentos e da mobilização de todos os envolvidos: mulheres membros das associações, parceiros locais, pesquisadores e acadêmicos.

Os grupos e associações só desenvolvem seu trabalho a partir do momento em que as mulheres utilizam seus conhecimentos e desejos em mutualismo com os dos extensionistas. Estes, da mesma forma, também buscam os saberes dessas mulheres para alcançarem os objetivos do Polos. Assim, são criados espaços de diálogo e de tradução entre saberes (SANTOS, 2002) com os atores envolvidos. Isso é importante e foi verificado com a realização de um diagnóstico participativo com duas associações do Vale do Jequitinhonha (de Padre Paraíso e de Medina). Esse diagnóstico permitiu o conhecimento profundo sobre o universo social, político e econômico em que essas mulheres estão inseridas. Acredita-se que apenas dessa forma pode-se agir de maneira mais eficaz e condizente com a realidade e as demandas dessas mulheres. O diag-

nóstico, como o próprio nome sugere, ocorreu de forma participativa, ou seja, foi realizado em conjunto e de maneira ativa pelas próprias mulheres. Assim, essa construção conjunta auxilia no trabalho e nas pesquisas dos estudantes e técnicos, bem como provoca a reflexão e a mobilização nas associadas que participaram do processo. Conclui-se que a ação e que qualquer construção só são possíveis em estreita colaboração entre as partes envolvidas, em que ambas ganhem com os resultados.

Como já visto, a economia solidária com suas bases de sustentabilidade e não essencialmente mercadológica, com a oferta de alternativas às consequências sociais negativas provocadas pelo sistema capitalista, se aplica perfeitamente aos grupos do Vale do Jequitinhonha. Isso ocorre na medida em que o trabalho destes se estrutura em produção que visa geração de renda, uma fonte para garantir condições de vida dignas à população. Os grupos acompanhados pelo Polos buscam a produção de meios de sobrevivência de forma solidária, estreitando o capital social⁵ na comunidade. Isso significa que os objetivos não são individuais, mas coletivos, contrários aos da concepção da economia de mercado. Percebe-se que enquanto as teorias e a metodologia são aplicadas pelos extensionistas, também ocorre uma apropriação delas pelas participantes dos grupos que as utilizam de acordo com o contexto em que estão inseridas.

A relação entre metodologia e prática também se apresenta quando os extensionistas se utilizam dos conhecimentos apreendidos durante a sua formação acadêmica para interpretar, analisar, questionar e (re) significar a realidade trabalhada. As mulheres envolvidas entram em contato com esses conhecimentos e os ajustam aos conhecimentos já possuídos, apropriando-se também dos resultados oferecidos para entender

e refletir sobre a realidade da qual fazem parte.

Um dos resultados esperados e observados junto aos grupos, no processo de busca pela emancipação, foi a transformação nas relações pessoais e sociais. O trabalho em grupos de economia solidária trouxe novas perspectivas de vida, de realização pessoal e profissional para os envolvidos, que se reflete numa relação mais positiva consigo e com a região e uma atitude menos temerosa e submissa em relação à sociedade e às instituições. Entretanto, o processo de empoderamento é lento e complexo, mais ainda se considerarmos o histórico e o contexto social local, de modo que os novos valores ainda não se encontram totalmente consolidados. Ainda assim, percebe-se entre os participantes dos grupos uma contínua e substancial alteração em seus comportamentos e ações.

No início da atuação, era grande a dificuldade dos envolvidos em assumir responsabilidades e atuar de forma independente. Todavia, essa situação é compreensível, uma vez que transformações que levam à autonomia exigem mudanças nas práticas cotidianas e sociais bastante arraigadas. Hoje, esse desafio é enfrentado, ainda que timidamente, quando os membros dos grupos conseguem estabelecer estratégias para atingir determinados fins, ou quando se dispõem a discutir as dificuldades e o melhor modo de superá-las. Quanto às relações de trabalho é notória a crescente horizontalidade nas mesmas. As integrantes dos grupos têm conhecimento de que a ajuda mútua é a melhor forma de socializar os conhecimentos e que essa prática beneficia o grupo e o faz mais forte. Além disso, a conscientização de que é possível trabalhar em forma de autogestão tem lançado suas raízes a partir da atitude da equipe que, embora acompanhe e dê suporte aos grupos, não toma decisões por eles, apenas apresenta as possibilidades,

os novos caminhos, esclarecendo como foi possível chegar a essas informações.

Elementos para construção da autonomia, do autorrespeito, da autoestima e da consciência cidadã, trabalhados em todo o Polos, são princípios e valores que regem também os empreendimentos de uma economia solidária, sendo inseridos já nas primeiras discussões e reuniões. O monitoramento do progresso desses valores junto aos grupos e às associações acompanhadas é uma das tarefas da equipe, e a manifestação desse progresso é apontada nos relatórios de viagens que são discutidos e analisados pela mesma. O aprimoramento das relações e dos produtos a partir das experiências vividas, das discussões e deduções, é considerado como manifestação de empoderamento das exposições e interação com o Projeto e tem sido percebido no aumento da qualidade do artesanato produzido pelos grupos e das discussões. A conscientização da importância da qualidade e adequação do produto é uma grande vitória, posto que, alguns dos fracassos nas organizações cooperativas ocorrem não somente pela ausência de espírito cooperativo, mas também pela falta de uma visão estética e empresarial. O Polos, a partir das demandas, colabora com as capacitações técnicas para o aperfeiçoamento da produção, incentivando as participantes dos grupos a buscarem novas formas de inserção no mercado, como as parcerias.

No entanto, essa relação entre metodologia (teoria) e prática, extensão e vivência, também se depara com inúmeras ambiguidades e dificuldades. Uma destas é a diferença entre a linguagem dos estudos e a falada pelas comunidades. Como não há total conhecimento dos termos das linguagens utilizadas pelas associadas, muitas interpretações tornam-se falhas. Assim, é preciso entender a linguagem em seu contexto e

considerá-la como o campo que o extensionista deve aproveitar para trabalhar a realidade social.

Falar de indicialidade⁶ significa igualmente que o sentido é sempre local e não tem generalização possível, contrariamente ao que nos desejariam fazer crer as ciências antropossociais. Isto quer dizer que uma palavra, por suas condições de enunciação, uma instituição, por suas condições de existência, só podem ser analisadas tomando em conta as suas situações⁷.

Isso demonstra e caracteriza o choque de realidades, com o surgimento de conceitos diferentes que muitas vezes são incompatíveis com os conceitos dos extensionistas. Um exemplo é o conceito de pobreza que pode ser interpretado e significado de várias formas diferentes do conceito vigente no meio acadêmico. Para a maioria das mulheres que participam dos grupos, a noção de pobreza está relacionada à falta de trabalho, contrária à noção acadêmica de pobreza como falta de recursos financeiros e escassez de patrimônios. Outros conceitos como trabalho, família, lazer, apresentaram-se diferentes dos pensados pelos extensionistas de acordo com a realidade em que vivem. Dessa forma, torna-se fundamental não comparar e classificar as diferentes realidades, mas entendê-las como diferentes maneiras de significar o mundo, maneiras essas compatíveis com os contextos em que os atores estão inseridos.

A metodologia muitas vezes também não abrange conflitos, perdas e problemas sociais específicos. Com relação aos conflitos, pode-se dizer que a maioria dos planos teóricos de trabalho se esquece de atentar para o fato de que o trabalho com indivíduos é inexacto, pois cada pessoa possui suas particularidades, diferentes das de outras pessoas. Muitas vezes, surgiram conflitos entre as integrantes dos grupos, entre estas e algum ator social que prejudicaram

os trabalhos realizados e os objetivos tentados. Da mesma forma, alguns problemas sociais, como a escassez de recursos financeiros por parte das mulheres dos grupos e a baixa renda gerada por estes, dificultam o trabalho em processo, uma vez que é motivo para evasão de muitas delas. Porém, algumas das próprias associadas já conseguem vislumbrar possibilidades de enfrentamento dessa problemática ampliando a geração de renda por meio do incremento da divulgação dos produtos, visibilidade do trabalho do grupo e aumento dos pontos de venda.

A instabilidade das parcerias e dos apoiadores locais, na maioria das vezes envolvidos com a política local, também prejudica em alguma medida o trabalho a ser realizado, já que a cada novo período eleitoral as parcerias, principalmente as institucionais, ficam abaladas e recalci-trantes.

Assim, diante desse quadro instável e heterogêneo, torna-se necessário e fundamental o trabalho com métodos capazes de se transformarem à medida que a realidade impõe mudanças e novos desafios, continuando, pois, com a busca e efetivação permanente, de uma metodologia dialógica, construída e apropriada por todos os envolvidos para a ação verdadeiramente transformadora e a produção de conhecimentos.

Se busca entonces construir una metodología dialógica, dinámica y transformadora que incorpore la comunidad a su "auto-estudio" (...) logrando, así una forma de intervención y de estudio que responda a los intereses de la gente a la cual se suponen destinados sus beneficios⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação transdisciplinar e interinstitucional do Projeto Vale de Cidadania transforma os agentes das relações estabelecidas em multiplicadores por meio de uma metodolo-

gia em que os agentes acadêmicos não estabelecem uma relação vertical com a comunidade, antes trocam e multiplicam conhecimentos. Com os objetivos de aprender, ensinar, acompanhar e contribuir, junto a esses grupos sociais, produz-se um processo de emancipação não apenas destes, mas também dos técnicos e alunos extensionistas que obtêm uma formação profissional verdadeiramente cidadã.

As ações praticadas in loco são sempre precedidas de planos de ação fruto de discussões da equipe a partir dos objetivos perseguidos, das manifestações dos associados, das disponibilidades institucionais e dos recursos (humanos e financeiros), bem como do tempo previsto de permanência, capacidade, disponibilidade, motivação dos envolvidos para desenvolver e executar as atividades planejadas. Os extensionistas,

então, são colocados diante de um quadro global formado por dados e conhecimentos formais e informais, familiares ou não à sua atuação e envolvidos em discussões estratégicas com as comunidades. O resultado das ações e dos procedimentos escolhidos pode ser acompanhado gerando nesses acadêmicos a consciência da responsabilidade social.

Os estudos transdisciplinares acrescentam ganhos importantes, pois são compostos por interpretações específicas, que configuram um quadro contextual amplo e global dos eventos e apresentam sugestões múltiplas para as dificuldades que sucedem. É essa visão geral que permite críticas sob perspectivas diversas, incluindo a dos próprios envolvidos e suas comunidades, ampliando a discussão e a construção coletiva de soluções.

Diante disso, a extensão universitária

configura-se como um processo de produção de conhecimento por meio de troca de saberes – tanto entre os membros da equipe de trabalho quanto entre tal equipe e as comunidades – com o objetivo de superar problemas sociais. Assim a universidade tem a oportunidade de efetivar a práxis ao mesmo tempo em que a sociedade se aproxima, discute e também se apropria do conhecimento acadêmico.

Acreditamos que num mundo que se apresenta a cada dia mais complexo e diverso, havemos de aprender a interagir com concepções múltiplas, muitas vezes, distantes do nosso próprio universo. Ter a oportunidade de vivenciar e construir práticas extensionistas orientadas é uma forma de a universidade cumprir sua missão social e uma maneira de se renovar tendo em vista um mundo que se transforma a passos largos.

Notas

¹ Cidadania é a democratização de relações para sustentação da diversidade étnica, religiosa, de gênero, socioeconômica ou de qualquer outro tipo. A cidadania pode ser construída e realizada em espaços domésticos, produtivos e político-comunitários. Os pressupostos de democratização são: a) desocultação de todas as formas de opressão; b) resgate do “princípio de comunidade” a partir da organização e da participação; c) relações horizontalizadas e coextensivas entre os variados indivíduos e grupos que compõem a comunidade; d) estímulo ao desenvolvimento de competências individuais, interpessoais e coletivas por meio da estruturação a partir de formas político-jurídicas.

² A subjetividade é a capacidade de autocompreensão e de responsabilidade do indivíduo, que demonstre competência criativa que permita a expressão de uma personalidade autônoma e crítica frente aos grupos sociais.

³ Entende-se por emancipação a capacidade de permanente reavaliação ou rompimento com as estruturas opressoras (sociais, políticas, culturais e econômicas), com o propósito de ampliação das condições jurídico-democráticas de sua comunidade e de aprofundamento da organização e do associativismo. Emancipar-se é garantir a efetivação das lutas democráticas que se iniciam na própria comunidade para sua inclusão efetiva no contexto social mais abrangente.

⁴ GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)Pensando a Pesquisa Jurídica. 2. ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 252.

⁵ Capital social pode ser definido como o conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, as comunidades e a sociedade em seu conjunto. E, assim como os bens materiais e os meios de produção, o capital social não está igualmente distribuído na sociedade, sendo que uma das causas da pobreza mais extrema é justamente a destruição ou perda de redes de apoio das pessoas e das famílias.

⁶ Neste caso, ele trata da indicialidade da linguagem, isto é, a aplicação e análise da linguagem em relação com o contexto em que é utilizada.

⁷ COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995a, p. 37.

⁸ MONTERO, Maritza. El paradigma de la psicología comunitária y su fundamentación ética y relacional. In: MONTERO, M. *Introducción a la Psicología Comunitária*. Desarrollo, conceptos y procesos. Paidós: Barcelona, 2004, p. 99.

REFERÊNCIAS

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995a.

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1957.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 52.

MONTERO, Maritza. El paradigma de la psicología comunitária y su fundamentación ética y relacional. In: MONTERO, M. *Introducción a la Psicología Comunitária*. De-sarrollo, conceptos y procesos. Paidós: Barcelona, 2004, p. 89-114.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Universidade de Coimbra, n. 63, 2002, p. 237-280.

WEITZMAN, Rodica. *Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional: uma metodologia de formação com enfoque de gênero*. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008, p. 20-37.

O Polos – Marco Teórico e Metodologia. Disponível em: <<http://www.polos.ufmg.br/>>. Acessado em: 13/05/2009.

Bárbara Roberto Estanislau é aluna do 3o período de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estagiária voluntária do projeto.

Danielle Patrícia Mendes Lopes é aluna do 5o período de Design Gráfico (UFMG) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

João Marcus Martins é aluno do 4o período de Direito (UFMG), bolsista pela Fapemig.

Lânia Mara Silva é aluna do 3o período de Ciências Sociais (UFMG), bolsista pela Fundação Guimarães Rosa.

Luciana da Silva Oliveira é graduada em Psicologia (UFMG), bolsista pela Fapemig.

Maria Aparecida de Oliveira é aluna do 6o período de Direito (UFMG), bolsista pela Proex.

Maria Clara Pessoa é bacharel em Direito (UFMG), bolsista pela Fapemig.

Tatiana Maria Badaró Baptista é aluna do 3o terceiro período de Direito (UFMG) e estagiária voluntária.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA NO AMBIENTE HOSPITALAR: UMA AÇÃO DE HUMANIZAÇÃO JUNTO AOS ACOMPANHANTES DAS CRIANÇAS INTERNADAS NO HOSPITAL SÃO SEBASTIÃO DE VIÇOSA, MG

*Camila de Freitas Dutra
Naíse Valéria Guimarães Neves
Maria de Lourdes Mattos Barreto
Monique do Val de Souza
Edna Miranda Mayer
Maria Cristina Cupertino
Maria Aparecida Resende Marques*

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido no Hospital São Sebastião em Viçosa, MG, a partir da experiência vivenciada por estagiárias no setor da Brinquedoteca desta instituição. Foi possível conhecer como as famílias são importantes na recuperação da criança doente, e ainda, como estas carecem de informações sobre higiene, saúde e dos serviços que lhes são oferecidos. Objetivamos neste estudo fortalecer a atenção à saúde das crianças internadas na Pediatria do HSS, por meio da criação de um Programa de Apoio à Família, realizando ações de intervenção junto aos familiares durante o período de internação da criança. Foram realizadas diversas estratégias para trocas de informações com os acompanhantes das crianças. Foi possível observar que os mesmos têm sede de informações, uma vez que frente às ações propostas, demonstraram muito interesse e satisfação durante a realização das atividades. Com base na experiência vivenciada no primeiro ano de realização do projeto podemos inferir que foi possível realizar um trabalho integrado de cunho participativo e cooperativo, onde todos faziam parte do processo. Isso funcionou como um grande estímulo para a bolsista e a equipe de estagiárias do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: família; humanização; saúde.

ABSTRACT

The present work was developed at the São Sebastião Hospital in Viçosa/MG, starting from the experience lived by trainees in the section of Brinquedoteca of this Institution. It was possible to know as the families are important in the sick child's recovery, and still, as these families they lack information on hygiene, health and of the services offered by the Institution. We aimed at in this study to strengthen the attention to the children's health interned in the pediatrics of SSH, through the creation of a Program of Support to the Family of the same ones, accomplishing intervention actions close to the families during the period of the child's internment. Several strategies were accomplished for changes of information with the children's companions. It was possible to observe that the same ones are thirsty of information once during the proposed actions they demonstrated a lot of interest and satisfaction during the accomplishment of the activities. With base in the experience lived during the first year of accomplishment of the project can infer that it was possible accomplish an integrated work of stamp participate and cooperative, where all were part of the process. That worked as a great incentive for the grant holder and the team of trainees of the project.

KEYWORDS: family; humanization; health.

Este artigo tratará do relato de uma experiência vivenciada por meio da realização do projeto de extensão intitulado “A família inserida no contexto hospitalar enquanto acompanhante de crianças internadas na Pediatria do Hospital São Sebastião em Viçosa, MG”, que foi gestado a partir da atuação de duas estagiárias do curso de Economia Doméstica da UFV, no setor da Brinquedoteca daquele hospital. Durante o período de estágio foi possível conhecer várias realidades sobre as famílias e como estas eram importantes no processo de recuperação da criança. Em vários momentos ficaram explícitos alguns problemas enfrentados por profissionais do hospital no que se referia ao acompanhante das crianças internadas na sua pediatria, dentre eles: falta de informação dos acompanhantes em relação à recuperação da criança, problemas de higiene, alimentação etc.

O ambiente hospitalar tem como característica ser um local com um acentuado nível de estresse e de traumatização psicológica dos internados, uma vez que, em um mesmo ambiente, podem ser tratadas pessoas com diferentes tipos de enfermidades e, com isso, a dor de uma pessoa pode ser vivenciada por outras que estejam no mesmo lugar. Além disso, o ambiente hospitalar é um local sujeito à ação de micro-organismos no ar, na água e em superfícies inanimadas, que podem ou não ser prejudiciais à saúde do paciente e, desta forma, está muito mais suscetível a ocorrências de infecções hospitalares.

A hospitalização representa para a criança medo do desconhecido, sofrimento físico com os procedimentos e sofrimento psicológico relacionado a todos os sentimentos novos que possa vivenciar. Já para a família/acompanhante, significa o sentimento de perda da normalidade, de insegurança na função de progenitores, de alteração financeira no orçamento doméstico, de dor pelo sofrimento do filho. (OLIVEIRA; COLLET, 1999)

Além dos aspectos psicológicos que são possíveis de ressaltar, vale também explicitar os aspectos sociais como, por exemplo, a falta de informação dos acompanhantes das crianças internadas no Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital São Sebastião/Viçosa, MG (HSS), em relação às noções básicas de higiene, saúde, educação das crianças, importância do brincar e também dos serviços oferecidos por esse hospital durante o período de internação do paciente. Outro fato que chamou a atenção foi o das mães/acompanhantes não respeitarem a dieta prescrita pelo médico para a criança no período de internação. Algumas ofereciam às crianças balas, refrigerantes, salgadinhos, dentre outros alimentos que, em alguns casos, poderiam agravar o quadro clínico da criança, sendo quase inexistente o oferecimento de alimentos saudáveis como frutas e sucos naturais. Em muitos momentos, presenciávamos as mães/acompanhantes alimentando as crianças no corredor da Pediatria, e às vezes sentadas no chão.

Diante do exposto, visando a disponibilizar informações e formação, decidimos desenvolver ações de intervenção junto aos acompanhantes das crianças internadas na Pediatria do Hospital São Sebastião. Estas ações, segundo Szymanski (2001), pressupõe a possibilidade de a família adotar novas formas de convivência que favoreçam o desenvolvimento pessoal de todos os seus membros. A autora acrescenta que não podemos esquecer que o primeiro direito da criança e do adolescente é o da proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Diante das reflexões explicitadas, objetivamos propor um projeto de intervenção visando a contribuir para o aprimoramento do atendimento hospitalar, sobretudo das crianças e famílias atendidas pelo SUS no Hospital São Sebastião de Viçosa, fortalecendo a atenção à saúde das crianças internadas por meio da criação de um Programa de Apoio à Família das crianças internadas na Pediatria do HSS, realizando ações de intervenção junto a essas famílias, durante o período de internação da criança.

O Hospital São Sebastião está situado na cidade de Viçosa, MG, Zona da Mata Norte. É uma instituição filantrópica e possuía, em 31 de dezembro de 2008, em seu quadro funcional, 280 servidores. O corpo clínico era composto de noventa médicos e 1 cirurgião dentista. (RELATÓRIO HSS, 2008)

Organizado em diferentes setores, ressaltaremos aqui o da Pediatria, este dividido em duas áreas: uma sala de recreação que também é utilizada para as refeições, e a área dos leitos, na qual não existem divisões entre os 11 leitos ali distribuídos. Em casos de doenças mais graves, separa-se o leito dos demais por meio de biombos e, nos casos extremos, a criança é transferida para quartos em outros setores do hospital. As crianças internadas na Pediatria são atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Além dos serviços prestados, inerentes ao setor, o hospital conta com o serviço do voluntariado que, por meio da realização de projetos, visam a melhorar o atendimento aos pacientes. Os voluntários realizam atividades como visitas aos pacientes, buscando atender suas necessidades com apoio emocional e, sempre que necessário, fornecendo roupas e fraldas descartáveis, atendimento espiritual aos familiares e pacientes, atividades dentro da Pediatria, com leitura, jogos e brincadeiras. Além do serviço do voluntariado, o Serviço Social participa de toda a dinâmica hospitalar por meio de diversas ações como: transferência de pacientes para outros hospitais, ou para suas residências, atendimento social às vítimas de violência (criança, idoso e mulher) e orientação e encaminhamento para órgãos competentes.

O espaço utilizado pelo voluntariado para realização de suas atividades é composto por uma cozinha, uma sala

de costura com máquinas industriais, depósitos para roupas ali confeccionadas, um quarto com cinco leitos para alojar quando necessário as mães/acompanhantes das crianças recém-nascidas, um banheiro e uma sala de televisão.

O Hospital São Sebastião conta com uma Brinquedoteca que funciona desde 1993, oferecendo às crianças internadas no Setor da Pediatria um programa de atividades lúdicas planejadas especificamente para atendê-las. Acredita-se que as atividades desenvolvidas no espaço da Brinquedoteca diminuem o estresse das crianças durante a internação, porque oferece subsídios para que elas possam expressar seus medos e suas ansiedades. (MAIA et al, 2001, apud OLIVEIRA)

A PRESENÇA DA FAMÍLIA/ ACOMPANHANTE DA CRIANÇA INTERNADA NO AMBIENTE HOSPITALAR

Segundo PEDROSO (2007), no século XIX “a pediatria surge como especialidade, mas a separação dos pais já era vista, nesta época como um obstáculo à internação. Em decorrência disso surgem os hospitais especiais para crianças, com atividades de recreação e amplo acesso dos pais”. No entanto, no final do mesmo século, devido às dificuldades de controle e prevenção de infecções cruzadas, foram adotadas medidas rígidas de esterilização e controle das visitas. Já nas décadas de 1940 e 1950, foi demonstrado que a hospitalização conjunta não contribuía para o aumento do risco infeccioso; de acordo com o autor, diversos pesquisadores demonstraram diminuição dos índices de infecção hospitalar, dos custos, dias de internação, da mortalidade e dos fracassos cirúrgicos. Sendo assim, os programas de internação conjunta passaram a ser considerados barreiras à dissemina-

ção das infecções.

A internação conjunta contribui para uma maior interação entre a equipe que trabalha no hospital e os pais. Este maior contato com os pais favorece a “obtenção de informação segura sobre o paciente, possibilita também que as enfermeiras dediquem tempo maior à assistência das crianças mais graves ou às que estão sem pais”. Além disso, permite educar os pais e garantir a terapêutica correta após a alta da criança.

Segundo Fernandes et al (2006):

(...) é fundamental compreender a família como mediadora da criança/adolescente no hospital, já que ela é porta-voz das preocupações e sentimentos daqueles que acompanham, transmitindo à equipe os sinais e as mensagens enviadas pela criança/adolescente. Estes sinais podem auxiliar os profissionais a rever sua conduta e promover mudanças na assistência, adequando o mundo do hospital às necessidades da criança. (s.p.)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente. Essa inserção da família no ambiente hospitalar fez surgir novas demandas com as quais os profissionais precisam interagir, entre elas, mudar o foco da atenção da doença para o cuidado e um cuidado que seja inclusivo, pensando na criança/adolescente e sua família. (MACHADO et al)

Os profissionais precisam entender que os pais também têm suas necessidades físicas (repouso, alimentação etc.) e emocionais (atenção, orientação, apoio psicológico) e precisam ser preparados para participar do cuidado durante a hospitalização e após a alta. (MACHADO et al, 2005, s.p.)

Acolher e compartilhar informações com as famílias significa compartilhar as ideias e os cuidados. Dessa forma, busca-se a incorporação das observações feitas pelos familiares

no plano de cuidados da criança/adolescente.

É importante ressaltar que trabalhar com crianças significa trabalhar também com seus pais, especialmente com sentimentos e atitudes. Segundo Oliveira e Collet (1999), a relação dos pais e filhos define e dirige o nível de tensão emocional da criança. A insegurança, indecisão e ansiedade, levam os pais a mudar de comportamento, o que é percebido pela criança, que busca sua segurança no padrão de cuidados ao qual está acostumado.

Fernandes et al (2006) acrescenta:

A experiência da utilização das atividades grupais para o cuidado às famílias, surge da necessidade que este grupo específico tem, visto que, pouco tem sido feito no sentido de acolher os familiares no período de internação do filho, saber suas reais necessidades, angústias, medos, sentimentos em relação ao filho e estratégias para o cuidado da criança ou adolescente. (s.p.)

A hospitalização representa para a criança medo do desconhecido, sofrimento físico com os procedimentos e sofrimento psicológico relacionado a todos os sentimentos novos que possa vivenciar. Já para a família, significa o sentimento de perda da normalidade, de insegurança na função de progenitores, de alteração financeira no orçamento doméstico, de dor pelo sofrimento do filho (OLIVEIRA; COLLET). As autoras ainda relatam que a formação do enfermeiro se dá no sentido de que desenvolva sua prática inserido numa equipe de saúde em que a ação de cada profissional forma o conjunto de atenção à saúde que a população necessita, ou seja, numa prática multi e interdisciplinar. Para que a assistência bio-psico-sociocultural-ambiental-familiar ocorra é necessária a participação de outros profissionais, tais como médicos, assistente social, psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo, além do enfermeiro. É importante a participação de todos eles possibilitando

a complementaridade de ações que resultem em eficácia e eficiência na prestação de cuidados físicos e psicológicos à criança na unidade de alojamento conjunto pediátrico.

APRESENTANDO NOSSA VIVÊNCIA JUNTO AOS ACOMPANHANTES DAS CRIANÇAS HOSPITALIZADAS: CONQUISTAS, PERCALÇOS E INQUIETAÇÕES

Durante o período de cerca de 18 meses de realização do projeto podemos apresentar muitas conquistas, mas também alguns percalços e inquietações que foram surgindo ao longo dessa trajetória.

Na 1ª etapa do projeto foram realizadas palestras aos acompanhantes das crianças sobre boas práticas, higiene pessoal e higiene dos alimentos. Ao discutirmos sobre boas práticas, ressaltamos as informações sobre micro-organismos e o que eles podem causar pela falta de higiene pessoal, seguido de informações sobre como realizá-la adequadamente (tomar banho, cortar as unhas, escovar os dentes etc.). A escolha deste assunto se deu devido às necessidades que foram explicitadas pelos funcionários do hospital. Na segunda palestra se falou sobre como higienizar e armazenar corretamente os alimentos, principalmente os que são oferecidos às crianças por seus acompanhantes dentro da Pediatria. Nestes momentos distribuímos folders e utilizamos recurso audiovisual. Obtivemos boa participação dos acompanhantes que puderam levantar as dúvidas que iam surgindo. Ao término de cada palestra, realizamos dinâmicas/vivências com a participação de todos os acompanhantes falando sobre o tema apresentado e o que haviam compreendido sobre o mesmo. Em outros momentos, utilizamos como estratégia de intervenção

as conversas individuais abordando os temas de forma indireta, a partir dos questionamentos que surgiam. Realizamos também cursos de culinária para os acompanhantes das crianças. Para efetivar esta atividade produzimos um livro de receitas para ser entregue durante os cursos, utilizando aquelas de baixo custo e alto valor nutritivo. A decisão de usar esta estratégia se deu pelo fato de a equipe do projeto perceber que só as palestras não estavam sendo suficientes para abordar alguns assuntos junto aos acompanhantes e que eles precisavam de oficinas práticas para que pudessem refletir e compreender melhor as questões relativas à higiene e saúde. Para nossa surpresa, essa estratégia não foi bem aceita pelos acompanhantes presentes durante o momento de internação da criança. Daí surgiu a grande questão: como vamos conseguir interagir com essas pessoas de forma que elas sintam necessidade de conhecer novas coisas e assim contribuir para o sucesso de recuperação das crianças hospitalizadas?

Diante dessa situação, decidimos sobre a necessidade de realizar algumas observações no setor de Pediatria para que pudéssemos levantar novas demandas. Ao longo desse percurso, percebemos que eram recorrentes os casos de doenças respiratórias no setor e, juntamente com isso, as inquietações estampadas nos rostos daqueles que estavam acompanhando a criança. Pensamos, então, que podíamos discutir com os acompanhantes questões e orientações sobre essas doenças dentre outras. E, da mesma forma, discutir também sobre a prevenção destas! Para nossa surpresa, vimos que esse assunto ou a forma de abordar o assunto também não interessou àquelas pessoas.

Novas reuniões com a equipe coordenadora do projeto foram realizadas para tentarmos pensar em novos caminhos e novas estratégias para

atingirmos nossos objetivos.

Dentre algumas ações decidimos realizar círculos de discussão. Utilizando essa estratégia, percebemos que os acompanhantes se sentiam mais a vontade para falar sobre o momento que estavam passando com seus filhos e assim levantavam suas dúvidas a respeito de muitos assuntos que os inquietavam, em relação à doença do seu filho, sobrinho, neto etc. Passamos, em seguida, a organizar alguns conteúdos com informações sobre as doenças mais recorrentes na Pediatria e, finalmente, entendemos que esse conteúdo era mais aceito quando conversávamos individualmente com os acompanhantes.

Diante desse fato e buscando estratégias de humanização, criamos o Correio da Vida¹, que funcionava da seguinte forma: levávamos mensagens positivas aos acompanhantes. Eram mensagens personalizadas e continham o nome de quem estava acompanhando a criança internada. Chegávamos na Pediatria e convidávamos todos a participar do Correio, chamando-os, um a um. Antes de entregar a mensagem à pessoa, liamos o que estava escrito para cada uma delas. A atividade foi tão bem recebida e aceita por aquelas pessoas que tivemos, a pedido dos próprios funcionários do hospital, que realizar a mesma atividade com os enfermeiros. Após a mensagem, entregávamos uma folha em branco e um lápis e pedíamos para que escrevessem ou desenhassem o que sentiram com o recebimento da mensagem.

Por meio de desenhos e/ou frases, as pessoas relatavam o quanto tinham gostado de receber a mensagem. Assim, por meio desta atividade, a equipe do projeto conseguiu uma maior aproximação e confiança dos acompanhantes, o que facilitou o diálogo sobre os assuntos abordados nos círculos de discussões. O mesmo foi realizado nos outros setores do hospital, onde levávamos aos funcioná-

rios as mensagens do Correio, o qual era realizado, todas as semanas, na Pediatria e, uma vez por mês, em outro setor do hospital. Este trabalho nos propiciou maior proximidade com os funcionários, uma vez que, a partir dessa experiência, os mesmos passaram a valorizar mais o trabalho que fazíamos na Pediatria.

Os benefícios que o Correio da Vida trouxe foram vários, dentre eles destacamos a valorização do acompanhante como ser humano que possui problemas, mas que, ao mesmo tempo, encontra um momento no qual se sente importante e capaz de enfrentar o problema. Isso pode ser observado nos depoimentos apresentados abaixo:

Quando, em momentos difíceis de nossas vidas, momentos de insegurança, medo, dúvidas, angústias, tristezas, o ambiente nos faz sentir assim. Então, a presença de vocês nos fortalece com as mensagens e o carinho trazido por cada uma de vocês... (mãe de uma das crianças internadas na Pediatria)

Parabéns a todas vocês, que trazem alegria para nós mães. Às vezes, bate uma imensa tristeza, sofremos por ver nossos filhos sofrer e por ver outras crianças e mães sofrerem também. São esses pequenos atos de carinho da parte de vocês que nos distraem e nos fazem pensar que tudo vai dar certo, que nossos filhos vão ficar bem e tem um mundo lindo esperando por nós. (mãe de uma das crianças internadas na Pediatria)

Esta mensagem nos faz refletir o quanto vale a pena viver, às vezes estamos tristes, angustiados por qualquer motivo, achando que não vale a pena mais viver, mas quando ouvimos uma palavra ou uma mensagem tão bonita quanto essa lembramos que Deus existe, e pensamos o quanto é bom viver. (mãe de uma das crianças internadas na Pediatria)

Ao analisarmos os depoimentos, verificamos que alguns acompanhantes relatavam um pouco de suas vidas. Escrever o que representou o Correio da Vida foi um meio de exter-

nalizar o que eles estavam sentindo e vivendo, como o de uma mãe após receber a mensagem: “Um coração triste por alguém que não gosta de mim”.

Os funcionários demonstraram grande alegria e aceitação às mensagens recebidas. Em depoimento, uma enfermeira diz: “Receber uma mensagem como esta é muito bom, a gente fica em um ambiente muito estressante, só recebe cobrança. Ganhar uma mensagem é reconfortante, a gente se sente importante e valorizada”.

Ao andarmos pelos corredores do hospital, os funcionários que já haviam recebido a mensagem nos perguntavam quando o Correio da Vida retornaria ao seu setor, o que nos permitia acreditar que esta era uma eficaz estratégia de humanização.

Funcionários e acompanhantes menos estressados sentiam-se cuidados e percebidos como pessoas. Isso possibilitava um ambiente menos tenso e o atendimento mais humanizado.

Ainda como parte das ações desenvolvidas surgiu a ideia de comemorarmos no hospital datas importantes como o Dia das Mães, a Páscoa etc. Como parte desses festejos, organizávamos um mural, existente na Pediatria, com gravuras sobre o tema em comemoração e confeccionávamos lembrancinhas que eram entregues na data, além de muito “bate papo”.

Durante a execução deste projeto, foram atendidos 153 acompanhantes/família das crianças internadas na Pediatria do Hospital São Sebastião. Ao analisarmos o perfil destes acompanhantes, verificamos que, em 83% dos casos, era a mãe que ficava com a criança, o pai aparecia em 8,5% , a avó em 3,9%, e outros parentes em 4,6% dos casos.

Com relação a sua escolaridade os que possuíam o ensino fundamental eram 56%, o ensino médio 39%, e ensino superior 2%. Estes dados foram

de suma importância para o projeto, uma vez que nos forneceram informações para escolhermos a linguagem mais eficaz a ser utilizada nos folders e círculos de discussões. Uma linguagem inadequada poderia fazer com que o acompanhante ficasse desinteressado por não compreender a mensagem e, conseqüentemente, não compreender alguns cuidados essenciais com as crianças.

Constatamos que 49,6% das famílias possuíam renda familiar de até um salário mínimo; 31,3% de até 2 salários; 5,2% de até 3; 1,3% de até 4; e acima de 4 salários, 2%. É importante ressaltar que nem todos os acompanhantes responderam as perguntas com relação à renda, escolaridade e idade.

Enfim, acreditamos que, até o presente momento, podemos inferir que as atividades realizadas com os acompanhantes/familiares das crianças em um ambiente hospitalar permitem aos mesmos vivenciarem e externalizarem situações conflituosas uma vez que estão passando por uma situação atípica de fragilidade. Percebemos a necessidade de desenvolver estas estratégias de atendimento às famílias no ambiente hospitalar, para que, além de atender às necessidades dos acompanhantes, possamos propiciar às crianças uma recuperação mais rápida e menos traumática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falarmos em saúde da criança, não tratamos apenas do bem-estar físico, mas também do bem-estar social. Para que isso aconteça, faz-se necessário apoio não somente à criança, mas também à família que, quando bem amparada, ajuda na recuperação da mesma. Por isso, projetos e trabalhos nesta área são importantes para fortalecer a atenção dos profissionais para o setor de Pediatria, enfocando as crianças e seus

acompanhantes, tornando o tempo de estadia neste local menos difícil e traumático. Para isto necessitamos de ajuda externa, como de entidades, do poder público etc., uma vez que as relações geradas são um meio eficaz de trocas de conhecimentos.

Com a realização das atividades propostas neste projeto, percebemos que o ambiente tornou-se mais calmo, e que os acompanhantes/família passaram a sentir que existia alguém para ouvi-los e apoiá-los neste momento difícil pelo qual estão passando, o que pode ser observado em muitos depoimentos nos quais relatavam o que estavam vivenciando e o que as atividades lhes traziam de positivo. Com relação às ações realizadas com os funcionários, percebemos também que eles passaram a se sentir parte integrante do ambiente no qual trabalhavam e que, ao mesmo tempo, se sentiam seres humanos importantes.

Tais impactos foram difíceis de alcançar. Inicialmente houve dificuldades em realizar as atividades, mas após a execução do Correio da Vida, foi possível perceber as diferenças, de modo que o ambiente da Pediatria tornou-se mais tranquilo, os acompanhantes/famílias tornaram-se mais receptivos facilitando a integração entre eles e os funcionários do hospital.

Atualmente, enfrentamos novos problemas para o desenvolvimento do projeto. Dentre outros, podemos evidenciar o espaço reduzido para o desenvolvimento das atividades, uma vez que são realizadas na Pediatria, e a escassez de bibliografia relacionada a este tema. Isso nos impossibilita de comparar esses conhecimentos por nós produzidos com outros estudos nesta área e com esta abordagem. Sendo assim, fica a sugestão de novas pesquisas relacionadas a este assunto.

NOTAS

¹ O Correio da Vida foi uma estratégia de ação criada pela bolsista de extensão (Pibex), Monique do Val de Souza, e a colaboradora do projeto Maria Cristina Cupertino.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Carla Natalina da Silva; ANDRAUS, Lourdes Maria da Silva; MUNARI, Denize Bouttelet. O aprendizado do cuidar da família da criança hospitalizada por meio de atividades grupais'. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, abr. 2006, v. 8, n. 1 p. 108-118. Disponível em: <http://www.portalbvsenf.eerp.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-19442006000100015&lng=es&nrm=iso>. Acessado em: 23/11/2007.

MACHADO, Heloísa Beatriz; SOUZA, Maria Gorete de; MACHADO, Carolina; REBELLO, Bárbara. Percepção de familiares de crianças internadas sobre o papel dos cuidadores. 2005. Disponível em:<<http://www.calvados.com.br>>. Acessado em: 23/11/2007.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves de; COLLET, Neusa. Criança hospitalizada: percepção das mães sobre o vínculo afetivo criança-família. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 5, 1999. Disponível em:<<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 30/4/2009.

PEDROSO, Glaura César. Programas de mãe participante: uma reflexão. São Paulo, 1996. Disponível em:<<http://calvados.com.br>>. Acessado em: 15/10/2007.

SOUZA, Monique do Val; BARRETO, Maria de Lourdes Mattos; NEVES, Naíse Valéria Guimarães; MARQUES, Maria Aparecida R.; CUPERTINO, Maria Cristina; CARMO, Janaína Moreira; MAYER, Edna Miranda. *A família inserida no contexto hospitalar enquanto acompanhante de crianças internadas na Pediatria do Hospital São Sebastião em Viçosa/MG*. Projeto de extensão, Viçosa: UFV. 2008.

SZYMANSKI, Heloisa. *A relação família/escola: desafios e perspectivas*. Brasília: Ed. Plano; 2001; 96p.

Camila de Freitas Dutra é graduanda do curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG) e bolsista PIBEX 2009, cfreitas_dutra@yahoo.com.br.

Naíse Valéria Guimarães Neves é professora Assistente I do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV/DED/MG), nneves@ufv.br.

Maria de Lourdes Mattos Barreto é professora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, (UFV/DED/MG), mmattos@ufv.br.

Monique do Val de Souza é graduanda do curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG) e bolsista PIBEX 2008, nikvsouza@yahoo.com.br.

Edna Miranda Mayer é graduanda do curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG), ednaufv@yahoo.com.br

Maria Cristina Cupertino é graduanda do curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG), mccupert@yahoo.com.br

Maria Aparecida Resende Marques é economista Doméstico – Coordenadora da Brinquedoteca do Hospital São Sebastião. M.S. em Economia Doméstica, cidamarques@uai.com.br.

TERAPIA PERIODONTAL EM PACIENTES DIABÉTICOS — A EXTENSÃO DE RESGATAR O SORRISO

*Maria do Carmo Machado Guimarães
Valéria Martins de Araújo
Francisco Valter Freitas
Thaís Caroline Ponsiano de Souza
Paula César Sgreccia
Caroline Lourenço de Lima*

RESUMO

A disciplina de Periodontia desenvolve, com o apoio de outras disciplinas do curso de Odontologia-UnB, o projeto de extensão “Atendimento periodontal em pacientes com diabetes mellitus tipo 1 e 2”. Atividades que articulam ensino-pesquisa à extensão são desenvolvidas no projeto e propiciam aos participantes rica oportunidade de aprendizagem, vivência em pesquisa e, sobretudo, integração às comunidades atendidas. Descrevem-se, neste artigo, as modalidades desta atuação, o papel dos participantes, reflexos na formação discente e parte da dimensão dos benefícios aos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: diabetes mellitus; doença periodontal; Odontologia.

ABSTRACT

The Periodontics Division develops an extension project “Periodontal treatment in diabetes mellitus type 1 and 2 patients” supported by other divisions from the University of Brasilia School of Dentistry. Activities relating teaching and research to extension are developed by the project and allow the extension group a rich learning opportunity, research experience and a greater integration to the assisted communities. This paper describes the project acting modalities, the role of extension group, the reflex in student formation and partial benefits dimension to the patients.

KEYWORDS: diabetes mellitus; periodontal disease; dentistry.

Por meio de Projetos de Extensão de Ação Contínua (Peac), o Decanato de Extensão (DEX) viabiliza as ações de extensão da Universidade de Brasília-UnB. A extensão universitária como processo educativo, cultural e científico articula o ensino e a pesquisa e possibilita a relação transformadora entre universidade e sociedade. Dessa forma, a extensão tem um papel que vai além da atividade assistencial: explicita uma característica acadêmica e suas relações com ensino e pesquisa. Nela, a universidade também contribui para o desenvolvimento social das comunidades referenciadas, formação acadêmica e cidadã com produção de um conhecimento mais humano, voltado para as questões de maior relevância da realidade social na qual está inserida.

Dentro dessa perspectiva, o curso de Odontologia-UnB, representado pela disciplina de Periodontia, propõe-se a desenvolver, por meio de uma ação de extensão coordenada entre docentes, discentes e comunidade, o projeto “Atendimento periodontal aos pacientes com diabetes mellitus tipo 1 e 2”.

A razão dessa escolha, entre outras necessidades de saúde tão relevantes quanto, deve-se à grande prevalência e severidade da doença periodontal entre pacientes diabéticos, na maioria das vezes, resultando em significativas consequências.

O diabetes consiste em um grupo de desordens que afeta o metabolismo de carboidratos, lipídios e proteínas. Apesar de heterogênea manifestação clínica e genética, caracteriza-se pela hiperglicemia. A deficiente secreção de insulina causada pela disfunção de células β pancreáticas e ou resistência à insulina no fígado e músculos acarreta níveis glicêmicos elevados, que podem levar ao comprometimento cardíaco, renal, oftalmológico, nervoso e vascular. Por sua vez, a doença periodontal constitui uma doença inflamatória crônica de natureza infecciosa, em que determinadas espécies bacterianas como *Porphyromonas gingivalis*, *Tannerella forsythensis*, *Treponema denticola*, *Aggregatibacter actinomycetemcomitans* são consideradas fatores etiológicos primários. No entanto, além dos aspectos microbianos, fatores de risco contribuem para o desenvolvimento e agravamento da doença. O diabetes mellitus constitui um destes importantes fatores de risco. LÖE (1996) relatou que a doença periodontal representa a sexta complicação mais comum do diabetes mellitus.

Eventos inflamatórios decorrentes da resposta do hospedeiro à presença de bactérias periodontopatogênicas, bem como efeitos diretos da ação desses micro-organismos ocasionam perda dos tecidos periodontais de proteção e de sustentação. Tal morbidade dentária, quando não tratada, pode perpetuar efeitos deletérios ou culminar na perda dos dentes envolvidos. Atualmente, fortes evidências indicam que a bacteriemia da periodontite e os produtos provenientes da resposta inflamatória como interleucinas -1 beta (IL-1 β) e -6 (IL-6) e fator de necrose tumoral alfa (TNF- α) podem ser disseminados sistemicamente. A ação da doença periodontal sobre os níveis glicêmicos de indivíduos diabéticos tem sido investigada para se confirmar a plausibilidade biológica da inter-relação entre as duas doenças.

O projeto de extensão “Atendimento periodontal aos pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 1 e 2” desenvolve suas atividades às quartas-feiras, na Clínica de Odontologia do HUB.

O projeto teve início em novembro de 2005 e tem prestado atendimento aos pacientes diabéticos provenientes dos diversos centros de atendimento aos diabéticos de todo o Distrito Federal. A equipe responsável pelo projeto inclui como participantes docentes da disciplina de Periodontia, alunos de Odontologia e profissionais extensionistas. Adicionalmente, o projeto tem a participação de docentes de outras disciplinas, profissionais da Odontologia que atuam no HUB e funcionários do setor.

Inicialmente, o paciente é submetido à anamnese, exame bucal completo, exame radiográfico, solicitação dos exames laboratoriais hemograma completo, glicemia em jejum, hemoglobina glicada e proteína C reativa (PCR).

O tratamento periodontal básico inclui raspagem sub e supragengival de todos os dentes e instrução de higiene bucal. Após o tratamento periodontal básico, o paciente é incluído em um programa de manutenção periodontal, no qual são feitas reavaliações periódicas, de acordo com o grau de risco para a doença periodontal e intervenções necessárias.

Além do tratamento periodontal, as demais necessidades odontológicas do paciente são atendidas, contando-se para isto com a participação de docentes e estagiários de outras disciplinas, e dentistas do HUB.

EXTENSÃO E PESQUISA

Juntamente com o atendimento odontológico dos pacientes, a equipe de docentes da Periodontia coordena

alguns projetos de pesquisa relativos ao tema inter-relação doença periodontal e diabetes mellitus.

O primeiro projeto “Avaliação da importância do tratamento periodontal sobre os níveis de hemoglobina glicada” tem como objetivos verificar se os níveis da hemoglobina glicada sofrem redução após a terapia mecânica de desinfecção de bolsas periodontais, e avaliar o impacto da terapia de manutenção sobre os níveis de hemoglobina glicada.

O segundo projeto de pesquisa “Citologia esfoliativa da mucosa jugal de pacientes diabéticos com doença periodontal” analisa as alterações morfológicas das células epiteliais da mucosa bucal de pacientes com doença periodontal portadores de diabetes não controlada, bem como testa a validade da citologia esfoliativa intrabucal como método auxiliar no diagnóstico do diabetes. Este projeto envolve a participação interdisciplinar da disciplina de Patologia Bucal, Estomatologia e participação do curso de Medicina.

O terceiro projeto “Levantamento epidemiológico do perfil das condições periodontais de pacientes diabéticos do Distrito Federal” tem como proposta traçar o grau de severidade da doença periodontal entre esses pacientes.

Os projetos de pesquisa são coordenados pelos docentes da disciplina de Periodontia e contam com a participação expressiva dos alunos extensionistas. Com isso, propicia-se ao extensionista vivenciar pesquisa na extensão e conhecer maiores particularidades do diabetes. Tais aspectos contribuem para formação inter e transdisciplinar, ampliação do conceito de saúde bucal dentro do conceito geral de saúde, bem como aproximam o extensionista da realidade das comunidades atendidas.

s de outras disciplinas, e dentistas do HUB.

RESTAURAÇÃO DA SAÚDE BUCAL: EFEITOS NA PROMOÇÃO DO INDIVÍDUO

Atender necessidades de tratamento do paciente atinge dimensões que vão além da resolução dos problemas de saúde bucal. Restaura pessoas! Na medida em que se trata os pacientes também se age na sua transformação, na sua autoestima e em suas relações interpessoais.

Exemplos vários poderiam ser citados. Mas, apresentamos apenas a descrição de um deles para ilustrar a grandiosidade do benefício: O paciente JHS, 54 anos, diabético, apresentou-se ao projeto, em 2007, demonstrando nítida fobia ao tratamento odontológico, com forte sudorese ao se sentar na cadeira de atendimento. Uma das mãos sempre tapava a boca para esconder a falta de vários dentes e a halitose acentuadamente cetônica combinada com o odor próprio da infecção periodontal. Duas alunas extensionistas, convidadas para cuidarem do caso, conduziram com habilidade a anamnese e o exame bucal, de forma que o paciente, apesar do medo, permitiu ser avaliado. Consequências graves da doença como nefropatia e retinopatia foram relatadas pelo paciente e, ao exame bucal, detectou-se perda de vários dentes e doença periodontal severa. Subsequentemente à primeira consulta todas as demais transcorreram de forma tranquila e, aos poucos, a fobia foi substituída pela satisfação de ser atendido. As idas à Clínica de Odontologia do HUB passaram a ser motivo de alegria, conforme relato dos familiares que o acompanhavam. Após controle da infecção periodontal, solução de outros problemas bucais e, por fim, adaptação da prótese removível, o paciente passou a sorrir espontaneamente, sem a mão na boca. O mesmo relatou que havia passado trinta anos sem sorrir. Relatou também a

alegria de agora poder beijar o rosto de sua sobrinha de seis anos, sem ela se queixar do seu mau hálito. Paralelamente à melhora das condições bucais, os exames laboratoriais revelaram melhora do quadro glicêmico. Este dado, isoladamente, não poderá ser utilizado para se afirmar

que o controle da doença periodontal traz benefícios sobre os níveis glicêmicos. Apenas faz parte da descrição dos diversos aspectos relativos ao caso.

Finalmente, cabe destacar que a extensão constitui a oportunidade de assistir à comunidade e, ao mesmo

tempo, alia ao ensino-pesquisa o senso de humanismo, experimentado naquilo que se proporciona a cada paciente. Se para os docentes é gratificante, para o extensionista é uma ação social com importantes reflexos em toda sua formação. Para o paciente pode ser um resgate de vida!

REFERÊNCIAS

GEMMELL, E.; MARSHALL, R. I., SEYMOUR, G. J. Cytokines and prostaglandins in immune homeostasis and tissue destruction in periodontal disease. *Periodontol 2000*, v. 14, p. 112-143, 1997.

KIRAN, M. et al. The effect of improved periodontal health on metabolic control in type 2 diabetes mellitus. *J Clin Periodontol*, v. 32, n. 3, p. 266-272, mar./2005.

KORNMAN, K. S.; PAGE, R. C.; TONETTI, M. S. The host response to the microbial challenge in periodontitis: assembling the players. *Periodontol 2000*, v. 14, p. 33-53, 1997.

LOË H. Periodontal disease: the sixth complication of diabetes mellitus. *Diabetes Care*, v. 16, p. 329-334, 1993.

LU, H. et al. Diabetes interferes with bone formation by affecting the expression of transcription factors that regulate osteoblast differentiation. *Endocrinology*, v. 144, p. 346-352, 2003.

MATSUMOTO, S. et al. Effect of antimicrobial periodontal treatment and maintenance on serum adiponectin in type 2 diabetes mellitus. *J Clin Periodontol*, v. 36, n. 2, p. 142-8, feb./2009.

MEALEY, B. L. Periodontal disease and diabetes. A two-way street. *J Am Dent Assoc*, v.137, Suppl p. 26S-31S, oct./2006.

MEALEY, B. L.; OATES, T. W. American Academy of Periodontology Diabetes mellitus and periodontal diseases. *J Periodontol*, v. 77, n. 8, p. 1289-1303, 2006.

NAGUIB, G. et al. Diabetes prolongs the inflammatory response to a bacterial stimulus through cytokine dysregulation. *J Invest Dermatol*, v. 123, n. 1, p. 87-92, jul./2004.

O'CONNELL, P. A. et al. Effects of periodontal therapy on glycemic control and inflammatory markers. *J Periodontol*, v. 79, n. 5, p. 774-783, may/2008.

PAPAPANOU, P. N. Periodontal diseases: epidemiology. *Ann Periodontol*, v.1, n. 1, p. 1-36, nov./1996.

PIHLSTROM, B. L.; MICHALOWICZ, B. S.; JOHNSON, N. W. Periodontal diseases. *Lancet*, v. 366, p. 1809-1820, 2005.

PROMSUDTHI, A. et al. The effect of periodontal therapy on uncontrolled type 2 diabetes mellitus in older subjects. *Oral Dis*, v. 11, n. 5, p. 293-298, sep./2005.

SEYMOUR, G. J. Relationship between periodontal infections and systemic disease. *Clin Microbiol Infect*, v. 13, Suppl 4, p. 3-10, 2007.

SOCRANSKY, S. S. Microbial complexes in subgingival plaque. *J Clin Periodontol*, v. 25, p. 134-144, 1998.

Maria do Carmo Machado Guimarães, Valéria Martins de Araújo e Francisco Valter Freitas são professores da disciplina de Periodontia do curso de Odontologia da UnB

Thais Caroline Ponssiano de Souza, Paula César Sgreccia e Caroline Lourenço de Lima são extensionistas voluntárias.

A IMPORTÂNCIA DE OFICINAS DE ARTE/DANÇA COM PAIS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Alba Pedreira Vieira
Letícia Oliveira Teixeira*

RESUMO

Este artigo discute a importância de se desenvolver um trabalho amplo que agregue não somente estudantes, mas, também, seus pais e professores. Nesse sentido, o projeto de extensão em interface com a pesquisa, LudiDança¹, desenvolveu oficinas de dança com estudantes de 2 a 6 anos de idade em creches municipais e filantrópicas na cidade de Viçosa/MG e com seus pais e professores. Neste artigo, objetivamos a narração e a reflexão sobre tais ações artístico-culturais de dança com este público. O trabalho com os professores, por meio de oficinas, além de ter-lhes permitido vivenciar a dança e a ludicidade auxiliando no desenvolvimento de sua formação pessoal e profissional, permitiu, ainda, que dessem continuidade ao trabalho em dança com as crianças. Eles se tornaram agentes multiplicadores das ações e propostas do projeto. As oficinas com os pais das crianças tiveram o objetivo de promover a educação para e pela dança no sentido de enriquecer sua consciência e expressão corporal. Ademais, buscamos promover um maior relacionamento interpessoal entre os pais e aproximá-los entre si e da creche, já que esta, muitas vezes, não oferece atividades socioculturais que permitam tal congruamento. Como um todo, o trabalho contribuiu para ampliar o repertório artístico-cultural do público-alvo.

PALAVRAS-CHAVE: dança, pais, professores, creches.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of developing a broad work that integrates students and also their parents and teachers. The extension and research project called “LudiDança” developed workshops with 2-6 year old students from non-municipal and philanthropic day-care centers and their parents and teachers. This paper aims to narrate and to reflect on the artistic-cultural actions developed with these participants. The workshops with the teachers allowed them to experience dance and play adding to their personal and teacher development. They also allowed teachers to continue the dance work with the students. The teachers became agents who were able to continue the project actions and objectives. The dance workshops with children parents had the objective of promoting the education in and through dance in order to enrich their bodily awareness and expressivity. Furthermore, we intended to promote a broad interrelationship between parents and make them closer them before to the day-care center. The day-care center, most of the time, does not offer socio-cultural activities that allow such interaction. In general, the work contributed to broaden the participants’ artistic-cultural repertoire.

KEYWORDS: dance, parents, teachers, day-care centers..

Este artigo discute a importância de se desenvolver um trabalho amplo que agrega não somente estudantes, mas, também, seus pais e professores. Nesse sentido, o projeto de extensão em interface com a pesquisa, LudiDança, desenvolveu oficinas de dança com estudantes de 2 a 6 anos de idade em creches municipais e filantrópicas na cidade de Viçosa/MG e com seus pais e professores. Neste artigo, objetivamos a narração e reflexão sobre tais atividades artístico-culturais de dança com este público.

Por vários motivos (por exemplo, falta de tempo devido ao trabalho), os pais colocam seus filhos cada vez mais cedo na escola e delegam seu papel de primeiros educadores à escola. Assim, a família do educando é ampliada e passa a se embasar no tripé: escola, família, criança. Mas nem sempre as bases deste tripé estão completamente integradas. Para Carvalho (2000):

No caso da escola pública, reconhece-se que os baixos níveis de escolaridade e renda de sua clientela desestimulam tanto a participação dos pais nas reuniões escolares quanto a adoção de deveres de casa. Agora, porém, o modelo de envolvimento dos pais na escola está sendo assimilado no contexto da atual tendência à descentralização da gestão educacional e melhoria da produtividade e qualidade escolar no sistema de ensino público. (p. 147)

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), vislumbrando a necessidade de estreita integração entre todos que participam deste 'tripé', instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Neste, todas as escolas deveriam convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas, pois conforme declaração do ministro Paulo Renato Souza: "Quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais."²

Tendo em vista a importância do envolvimento dos pais na educação de seus filhos, este trabalho ofereceu a eles oficinas de arte/dança para mostrar como o trabalho com seus filhos é desenvolvido e, também, oportunizar um espaço de diálogo entre as famílias e a instituição. No projeto LudiDança, as oficinas de dança com os pais das crianças tiveram o objetivo de promover a educação para e pela dança no sentido de enriquecer sua consciência e expressão corporal. Procurou-se também estimular e promover um maior relacionamento interpessoal entre os pais e aproximá-los entre si e da creche, já que esta, muitas vezes, não oferece atividades culturais que permitam tal conagração.

Em sua formação profissional, os professores das creches atendidas e da educação infantil em geral, em sua maioria, não têm oportunidades de vivenciar disciplinas que lhes permitam ampliar o conhecimento em arte e dança. Nesse sentido, a dança-educadora Ida Freire (2001) questiona:

Percebemos claramente a influência da dança na formação sociocultural do nosso povo. [...] Uma inquietante pergunta que nos veio à mente foi porque as nossas crianças não aprendem dança em suas escolas. Uma vez que a dança é algo tão natural em nosso país, por que não aproveitá-la para desenvolver o potencial da criança e também do professor? (p. 32)

O trabalho com os professores por meio de oficinas, além de ter-lhes permitido vivenciar a dança e a ludicidade auxiliando no desenvolvimento de sua formação pessoal e profissional, permitiu também que eles pudessem dar continuidade ao trabalho em dança com as crianças. Assim, ao seu término, eles se tornaram agentes multiplicadores das ações e propostas deste projeto de extensão.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de extensão em interface com procedimentos metodológicos de pesquisa (observação participante e questionários escritos e orais) ressalta a importância das relações família-escola e professor-aluno. Acreditamos que tais relações são de suma importância na construção da identidade e autonomia do aluno, pois o acompanhamento constante e aprofundado de ambos, professores e pais, no decorrer do processo educacional, leva à aquisição de segurança por parte dos filhos/alunos. A melhor interação dos pais e professores no processo educacional permite que os educandos se sintam duplamente amparados, ora pelos pais, ora pelo/a professor/a, o que irá influenciar na sua formação como cidadão.

METODOLOGIA

As creches

Participaram deste projeto quatro creches não municipais e filantrópicas de Viçosa/MG, de março a dezembro de 2008: Creche São João Batista, Creche Rebusca-Centro, Creche Rebusca-Posses e Creche Santa Terezinha. No período do diagnóstico, por meio de entrevistas com os coordenadores e/ou diretores das creches e/ou professores e, também de observação de participante, elas foram escolhidas considerando-se: (1) demonstração de interesse em acolher e participar ativamente do projeto; (2) disponibilização de espaços, horários e materiais para as aulas; (3) carência de oferecimentos de atividades culturais e artísticas às crianças que a frequentam. O total de crianças atendidas no projeto foi 93 e o número de pais e professores participantes variou muito nas diferentes oficinas realizadas.



Foto: Renata Rosa

Aulas com crianças – creche santa terezinha

AS OFICINAS E O PÚBLICO

Promovemos oficinas semanais com os pais das crianças da Creche Rebusca-Posses e esporádicas com os pais das demais creches. Com os professores, as oficinas foram realizadas sempre que se conseguiu compatibilizar os seus horários com os dos monitores. As oficinas variavam de cinquenta minutos a duas horas, dependendo da disponibilidade de tempo dos pais e professores. Priorizamos a ludicidade como fator motivante no processo de ensino/aprendizagem de pais e professores, além de também focarmos no exercício da criatividade e na exploração da expressão corporal. Assim, considerando o contexto dos pais, optou-se por desenvolver, nas oficinas de dança, dinâmicas em que o elemento lúdico norteasse o processo de desenvolvimento das qualidades de movimento, de aprofundamento do conhecimento espacial e de níveis, além da consciência e expressividade corporal.

OFICINAS COM PAIS E PROFESSORES

Oficina com pais

Primeiramente entramos em contato com os pais para saber do seu interesse em aulas de dança na creche de seu filho e qual tipo de dança gostariam de aprender. O nosso objetivo era atraí-los a partir do seu contexto, priorizando o que gostavam de dançar. Encaminhamos bilhetes para responderem e nos devolver com datas e horários disponíveis bem como os gêneros preferidos.

Na Creche São João Batista, membros da equipe do projeto tiveram a oportunidade de ir à reunião de pais e conversar pessoalmente com eles. Neste encontro, a maioria dos pais indicou sua preferência por aulas de forró. Assim, iniciamos nossas oficinas com este gênero de dança, pois sabíamos que teríamos que conquistá-los por meio de danças apontadas. Concomitantemente, estávamos conscientes que iríamos oferecer, aos poucos, outras propostas que permitissem aos pais desvincular-se da contaminação midiática de determinados gêneros de dança (por exemplo, forró e dança de rua). Nosso objetivo era ampliar seu repertório para que construíssem atitudes em seu cotidiano de desenvolvimento da criatividade.



Foto: Alba P. Vieira

Oficina de forró com os pais – creche são joão batista

Paulatinamente, nas aulas de forró, introduzimos dinâmicas com movimentações espontâneas ao invés de somente ensinar passos codificados. Privilegiamos nestes momentos o exercício da criatividade e a relação com o outro. Como exemplo, podemos citar a dinâmica do espelho, em que os participantes se dividem em duplas e se posicionam um de frente para o outro. Cada dupla acorda quem é o comandante e quem é o comandado. O comandante cria movimentações e o comandado deve segui-las o mais fielmente possível, como um espelho. Nesta atividade trabalhamos a criatividade, relações de poder (quem comanda e quem é comandado), relação interpessoal, diversidade na movimentação corporal e apreciação, dentre outros.

Na Creche Rebusca-Posses, somente as mães participaram das oficinas. Mas o fizeram com intensidade. Ao

invés de diminuir a frequência ao longo dos meses, como ocorreu com os pais da Creche São João Batista, elas mantiveram participação constante ao longo do desenvolvimento do projeto. Inicialmente, as mães solicitaram, e lhes foram oferecidas, oficinas de dança de rua. Assim, abriu-se campo para a investigação da significância dos conteúdos deste gênero para a motivação do grupo. Será que se tivéssemos trabalhado com dança criativa e/ou improvisação as mães teriam participado com tanta assiduidade? Acreditamos que não. Observou-se ainda que as oficinas transformaram-se em catarse para o stress cotidiano e resgate do sentimento de poder, de ser capaz: “Eu posso dançar!”, afirmou uma mãe.

É importante ressaltar que o convite para as oficinas de dança foi feito às mães e aos pais da Creche Rebusca-

Posses, mas não sabemos explicar porque os pais não frequentaram as oficinas. Como dito, inicialmente, as mães escolheram aprender dança de rua e hip hop. Convidamos uma aluna do curso de dança, que possui um trabalho mais elaborado nesta área, para ministrar as primeiras oficinas. Aos poucos foram introduzidos elementos da dança como espaço, níveis, consciência corporal e improvisação a partir dos sentidos.

A dificuldade encontrada para marcar as oficinas com os pais passa pelo reconhecimento das mudanças nas formas de organização familiar que vêm distanciando um grande número de famílias do modelo de família patriarcal em que a mãe se dedica integralmente aos filhos e à vida familiar. Assim, essa é uma das razões pelas qual a maioria dos pais/mães não colabora da maneira que escolas, creches, diretores e professores

esperam nos seus projetos que buscam maior integração com a família dos alunos. Com a proposta de oficinas de dança para os pais deste projeto foi diferente, pois conseguimos realizar várias delas com os pais.

OFICINA COM PROFESSORES

As oficinas com professores foram realizadas por meio de agendamento considerando a compatibilidade de horários entre professores e monitoras do projeto. De início, propôs-se aos professores que as oficinas fossem realizadas na sede do Curso de Dança na Universidade Federal de Viçosa, mas o problema de transporte ao campus, que é distante das creches atendidas, impossibilitou esta opção. A realização das oficinas, então, se deu nos próprios espaços das creches.

O objetivo das oficinas com professores, como já citado anteriormente, foi lhes propiciar acesso à prática regular de dança de forma lúdica, já que eles, geralmente, não são contemplados com estes aspectos em sua formação. Pretendia-se também que os docentes estivessem capacitados a dar continuidade a esse trabalho ao término do projeto.

Realizaram-se oficinas com os professores de todas as creches atendidas pelo projeto. Nas creches São João Batista e Santa Terezinha, as oficinas foram direcionadas para o trabalho com os sentidos (tato, olfato, paladar, audição e visão). Através de estímulos envolvendo estes sentidos, as professoras trabalharam improvisação de movimentos, composição coreográfica, consciência e expressividade corporal.

Um bom exemplo do sucesso das oficinas com os professores foi a realizada na Rebusca-Centro, no dia 1º de setembro de 2008. Foram trabalhadas formas, qualidades de movimento e finalizou-se com uma Dança Coral. Ao final da experiência corpo-

ral vivenciada pelos professores da Creche Rebusca-Centro, as monitoras Talitha e Patrícia propuseram que os participantes avaliassem a oficina por meio de palavras ou frases que expressassem o sentimento e a sensação estimulados naquela experiência. Todos os cinco professores, uma funcionária e uma visitante responderam positivamente ao trabalho realizado. De acordo com a professora Mirella, a oficina “Faz bem para o corpo e para a alma. Excelente!!!”; o professor Ézer disse ser “Educativo e social”; a professora Ilma relatou: “Achei superinteressante. Já fiz um minicurso, Danci-plina, mas não teve esta mesma dinâmica”; a professora e diretora Lílian disse ser “Divertido, descontraído e relaxante”; para a professora Daniele o que marcou foi a “Espontaneidade”. Já a funcionária Edna achou “Legal, para sentir a interdependência!”, enquanto que para a enfermeira Sarah, o momento da oficina foi “Simples, relaxante e criativo.” Essas frases revelam o quão importante foi a vivência artístico-corporal para estes profissionais. A influência das oficinas desenvolvidas com os professores foi ainda percebida na fala da professora de uma das creches: “Eu aprendo a conhecer melhor os limites do meu corpo. Aprendi melhor o que é a dança; é bem diferente do que eu imaginava e dançava”. Outra professora também comentou: “Pude interagir (com colegas), me soltar e aliviar o stress”. As oficinas com os professores e acompanhamento pelos mesmos das aulas de dança das crianças lhes proporcionaram um momento de descoberta da dança como recurso interdisciplinar. Um exemplo foram as aulas de dança com a turma de um a três anos da Creche São João Batista. Desenvolvemos com as crianças, e com acompanhamento constante da professora, o trabalho com níveis alto, médio e baixo, noções de lateralidade e desenvolvimento corporal: membros, mãos e pés. Como

recursos didáticos, utilizamos músicas infantis relacionadas com estes temas. As crianças imprimiram seus pés e mãos pintados no papel, para que pudessem visualizar melhor sua forma. Elas também aprenderam a nomear os dedos. É importante destacar tanto o resultado do trabalho com as crianças quanto com a professora da Creche São João Batista, tendo em vista a articulação interdisciplinar alcançada. Assim, o trabalho com a turma deu um salto, devido à parceria que conseguimos com a professora da creche que acompanhava as crianças todos os dias no período da manhã e da tarde. Desta forma, a educadora demonstrou efetivamente seu envolvimento e valorização das atividades do projeto e também se sentiu mais confortável em dar continuidade ao conteúdo da dança em suas aulas, pois participava das oficinas para os professores da creche. Há de se lembrar que as aulas de dança eram realizadas uma vez na semana e, nessa fase em que as crianças se encontram, é muito importante a repetição. Para que a repetição acontecesse durante os outros dias da semana, compartilhamos todas as atividades realizadas com as crianças nas aulas de dança com a professora para que esta pudesse dar continuidade ao nosso trabalho. Obtivemos resultados significativos, principalmente por se tratar de uma turma muito diversificada. Havia crianças em níveis de desenvolvimento diferentes e, mesmo assim, foi possível trabalhar com todas, pois procuramos dar atenção e sugestões diferenciadas a cada aluno. A parceria com a professora da creche no desenvolvimento das atividades de dança muito contribuiu para o sucesso do trabalho. Em síntese, as aulas e oficinas de dança do projeto forneceram subsídios para a criação de novas alternativas de desenvolvimento e uso da dança em sala de aula, tanto como área de conhecimento própria,

como ferramenta para o ensino e aprendizagem de outros conteúdos. Ademais, as atividades do projeto oportunizaram aos participantes vivenciar atividades lúdicas, artísticas e educacionais de fácil aplicação em sala de aula.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Como relatado neste texto, a participação da comunidade no projeto se deu por meio das oficinas realizadas nas creches. No geral, a comunidade infantil, alunos da creche, bem como seus pais e professores envolveram-se ativamente nas aulas. Esta participação pôde ser aferida pelas monitoras por meio da observação participante e dos relatórios semanais ou diários das aulas e das oficinas. As contribuições de Sá (2001) foram importantes para nós termos aferido a participação dos pais e professores nas atividades do projeto. Principalmente, no que se refere aos três fatores relevantes na prática participativa: o momento em que a participação ocorre, a substância da participação e a proporção dessa participação, os quais são fundamentais para perceber o envolvimento dos atores, no caso destes específicos do foco deste artigo, pais e professores das creches.

A participação dos pais e professores foi episódica, isto é, aquela que ocorre apenas em certos períodos, mais precisamente, em certos eventos. Mas nas oficinas em que estes compareceram, sua participação, no geral, foi ativa e intensa. Em relação aos raros casos de pais e professores que tiveram um envolvimento mais passivo nas oficinas, sugerindo, até mesmo, um tipo que poderíamos denominar de participação conveniente, pelo fato de manterem-se mais reservados e, conseqüentemente, correndo risco menor de se expor (CARNEIRO, 2002),



Foto: Talitha E. M. Cabral

Oficina com professores – creche rebusca centro

acreditamos que, ainda assim, neste tipo de participação há aprendizagem através da observação.

Em relação à substância, podemos afirmar que houve uma ação participativa efetiva e dinâmica de todos. Acreditamos que esta ocorreu a partir de nossas propostas embasadas na importância do envolvimento, interesse e opinião dos professores e pais nos temas das aulas e oficinas. Houve empenho dos integrantes da equipe do projeto em estar sensíveis às necessidades e desejos dos participantes, sem perder de vista os objetivos educacionais. Consideramos, igualmente, as estratégias didáticas (p.e, as propostas iniciais da escolha dos gêneros de dança que agradassem aos pais e professores) como benéficas ao processo. Participar, neste projeto, significou também a interação com os colegas professores, com outros pais, com as monitoras e com professores da universidade, além da oportunidade para realizações em parcerias. Ressaltamos nosso intuito em valorizar a participação ativa dos atores envolvidos no desenvolvimento do projeto. Procuramos lidar com falta de espaço e materiais adequados, o que poderia ter se tornado condicionante à não participação da comunidade.

Uma das principais estratégias foi ouvir a voz dos participantes (como sugerido por Bond; Stinson, 2001) e colocar em prática o que é sugerido por Carneiro (2002):

Considerando que o desenvolvimento da ação participativa passa por um processo de aprendizagem e não pela imposição de normas e técnicas, é necessário que uma educação para a participação ativa seja colocada em prática, a fim de que o [participante...], esteja preparado, também, para a possibilidade de uma cidadania participativa, isto é, capaz de captar a realidade e intervir sobre ela³.

DESAFIOS ENFRENTADOS EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Em algumas creches, especialmente nas creches São João Batista, Rebusca-Centro e Santa Terezinha, houve dificuldade em agendar as oficinas com os pais. Por meio dos bilhetes e nas reuniões, declararam falta de tempo por causa do excesso de trabalho. Muitos pais possuem mais de um emprego e no final de semana muitos outros afazeres domésticos. Tentamos ser o mais flexível possível em relação aos horários das oficinas, mas ainda assim este foi um grande desafio. Houve tam-

bém dificuldade de comunicação da creche com os pais – eles nem sempre foram lembrados da data agendada para a realização das oficinas, apesar de termos enviado bilhetes e afixado cartazes nas portas das creches. Apesar de sempre tentarmos agendar as oficinas para o final de semana, alguns pais trabalham aos sábados e domingos e, nem assim, puderam comparecer. Enfatizamos que, apesar de, em termos quantitativos não termos realizado um grande número de oficinas, conseguimos obter sucesso em termos qualitativos. Consideramos satisfatórios os resultados nas oficinas que foram aplicadas – os pais compareceram em bom número e relataram ter gostado das atividades.

Foi também um desafio desmistificar, com os pais e professores, a ideia de dança como apenas o movimentar-se de forma automática, seguindo passos pré-determinados – a dança é também educação. Nesse sentido, Strazzacappa (2007) afirma: “(...) evidente a diferenciação entre o fazer amador (recreação), o profissional, o educativo, a terapia e as manifestações culturais” (p. 44). A dança não somente é técnica e pode promover transformações. Uma delas, foi a conscientização de pais e professores sobre a importância da criatividade, presente nas aulas e oficinas de dança, para o desenvolvimento integral de seus filhos/alunos e para si próprios.

Para a coordenadora do projeto, professora do Curso de Licenciatura em Dança da Universidade Federal de Viçosa, o contato com os professores das creches deixou claro o tipo de formação em arte/dança que eles necessitam em seus respectivos cursos de Pedagogia ou Educação Infantil, o que é discutido por Freire (2001):

(...) ao ensinarmos dança em cursos de formação de professores de séries iniciais, o conteúdo pode ser diferente daquele que ensinávamos para formar

professores de dança, nas faculdades de Arte e de Educação Física. Nesse caso, a preocupação nossa não seria ensinar dança moderna, ballet clássico, entre outros, mas, sim, ensinar a dança como arte criativa e seu papel no desenvolvimento e aprendizagem da criança como um ser integral. O papel do professor seria o de proporcionar experiências que favorecessem as crianças no desenvolvimento da capacidade de criar. (p. 34)

Ao longo dos meses, percebemos que a atividade não alienada, mas incentivadora da criatividade e da imaginação proporcionada pelas oficinas de dança colaborou favoravelmente para a motivação, para as relações grupais e para a autoestima de vários pais e professores. As dinâmicas das oficinas romperam com a monotonia tanto das fatídicas reuniões falantes entre pais, professores e diretores das escolas, um pouco infrutíferas, quanto dos treinamentos de professores baseados em aulas expositivas. O aquecimento grupal por meio das técnicas artísticas da oficina permitiu ainda a ritualização do grupo, revestindo-o de um caráter de importância necessário tanto à execução das atividades propostas, quanto à segurança de pais e professores. Além disso, pôde-se notar, com o decorrer das sessões, uma melhora na capacidade expressiva dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início das oficinas, foi possível perceber o quanto alguns pais e professores ainda têm a ideia de “dom para dançar”. Nas conversas durante as atividades, pais e professores afirmavam que “não tinham jeito para dançar”. Muitos também afirmaram que deveriam sempre “fazer isso”. Com expressões dessa natureza, os participantes manifestaram a ideia de que a dança é uma atividade pos-

sível para poucos, apesar de muitos acreditarem que o Brasil é o país em que todo mundo dança. Várias vezes ouvimos frases que relacionavam a dança à atividade física e não à arte, por exemplo: “Quero dançar muito, suar e perder uns quilos”, ou “dançar é ótimo para manter o corpo em forma.” No entanto, no decorrer das oficinas, os pais e professores perceberam, paulatinamente, que a dança é também arte corporal que permite ampliação das capacidades expressivas e estéticas.

Acredita-se ser necessário oportunizar mais encontros de dança para e com os pais e professores aumentando o contato destes com a diversidade em arte e cultura. Essas experiências também permitem que pais e professores tenham disposições mais favoráveis para que seus filhos e alunos possam se dedicar à arte/dança como profissão. Em síntese, o trabalho resultou em um espaço diferenciado de aprendizado de uma linguagem artística em que pais e professores puderam usufruir, além de estabelecer as relações necessárias à sua compreensão e produzir sua própria significação.

NOTAS

¹ Este artigo apresenta o Projeto denominado LudiDança: um projeto de dança, ludicidade e educação, coordenado por Alba Pedreira Vieira, com apoio da Fapemig (através dos Editais de Pesquisa em Interface com a Extensão e do Pesquisador Mineiro), do CNPq, e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa/UFV por meio do programa Pibex.

² Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=845>>. Acessado em: 19/2/2009.

³ Disponível em: <http://www.fe.unb.br/linhascriticas/n18/a_participacao_da_comunidade_escolar.html>. Acessado em: 13/12/2008.

REFERÊNCIAS

BOND, K.E.; STINSON, S.W. "I feel like I'm going to take off!": Young people's experiences of the superordinary in dance. *Dance Research Journal* 32(2), 52-87, 2000/01.

CARNEIRO, Maria Aparecida Lopes. *A participação da comunidade escolar e suas implicações para a prática democrática da escola*. Dissertação Mestrado em Educação – Faculdade de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. 196 f.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. *Cadernos de Pesquisa*. 2000, n. 110, p. 143-155.

FARIAS, Jaide Zuleica de; SILVA, Rossano. Pais na oficina de arte. ANAIS DO XVII CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO DE ARTE EDUCADORES DO BRASIL: ARTE/EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: NARRATIVAS DO ENSINAR E APRENDER. 2007. Disponível em: <http://200.18.6.3/aaesc/comunicacoes/jaide_zuleica_de_farias_e_rossano_silva.pdf>. Acessado em: 20/01/2009.

FREIRE, Ida Mara. Dança-Educação: o corpo e o movimento no espaço do conhecimento. *Caderno Cedes*, v. 21, n. 53. Campinas-SP, abr. 2001, p. 31-55.

KODATO, Sergio. Oficinas de expressão e criação com professores: catarse e representação. *Revista SPAGESP*, v. 5, n. 5. Ribeirão Preto-SP, dez. 2004.

SÁ, Virgínio. A (não)participação dos pais na escola: a eloquência das ausências. In: FONSECA, Marília; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas-SP: Papirus, 2001.

STRAZZACAPPA, Márcia. Dançando na Chuva... e no chão de cimento. IN: FERREIRA, Sueli (org). *O Ensino das Artes*. Campinas-SP: Papirus, 2007, p. 39-78.

Alba Pedreira Vieira é Ph.D. em Dança pela Temple University, EUA e professora Adjunta I do Curso de Dança, Departamento de Artes e Humanidades, da Universidade Federal de Viçosa/UFV, apvieira@ufv.br.

Letícia Oliveira Teixeira é graduanda do curso de Dança da UFV e membro do Projeto de Extensão LudiDança, le_ot@yahoo.com.br

Agenda Ambiental da UnB

Uma Agenda Ambiental começa com o sonho de alguns, a adesão de muitos e o compromisso de cada um.

Seja voluntário!

www.naa.unb.br

Foto: Venicius Mendes



EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADES AFRO-BRASILEIRAS: A EXPERIÊNCIA DOS CANDOMBLÉS

*Denise Botelho
Wanderson Flor do Nascimento*

RESUMO

O texto apresenta algumas linhas gerais de compreensão dos candomblés como importantes tópicos da cultura afro-brasileira. O contexto de apresentação destas idéias é a implementação das modificações na LDB, no que diz respeito à introdução da história e cultura africanas e afro-brasileiras nos currículos da educação básica, rumo a uma educação para a diversidade. Os candomblés oferecem uma maneira particular de interpretação do mundo, que enfatiza a ligação com a história da própria comunidade, a ancestralidade e a negociação dos espaços de intervenção com o próprio sagrado. Neste contexto, os marcados pela a valorização das diferenças podem contribuir para uma nova maneira de interpretar a educação, de modo a oferecer um espaço de desenvolvimento para educandas.

PALAVRAS-CHAVE: candomblés, educação, diversidade, relações raciais.

ABSTRACT

This text presents some ideas for the understanding of important topics of Candomblé as Afro-Brazilian culture. The context for the presentation of these ideas is the implementation of changes in the LDB with regard to the introduction of history and African culture and African-Brazilian in the curricula of basic education, towards education for diversity. The Candomblé offer a particular way of interpreting the world, which emphasizes the link with the history of the community, the ancestry and the negotiation of the spaces of intervention by sacred. In this context, it can contribute to a new way of interpreting the education to provide a space for development of students marked by the appreciation of the differences.

KEYWORDS: candomblés, education, diversity, racial relations.

As modificações no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promovidas pelas Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que tornam obrigatório o estudo da história e cultura africanas e afro-brasileiras, introduzem uma demanda ímpar de conhecimentos sobre a contribuição das culturas africanas para a constituição da identidade e da cultura brasileiras. Uma aproximação de vários tópicos das contribuições africanas para o Brasil tem ainda um longo caminho a ser percorrido. A história do continente africano começou a ser contada sem um ranço colonial e diminuidor das culturas africanas, há pouco tempo. É um trabalho que apenas se inicia e que apresenta muitas dificuldades.

No que diz respeito à religiosidade, que é um dos mais importantes tópicos da cultura, no caso das influências africanas no Brasil, a dificuldade é mais aguçada ainda, pois uma das principais marcas da grande maioria das culturas africanas que chegaram ao Brasil é a oralidade e a restrição da circulação de informações no interior da comunidade religiosa.

Esta característica, quando encontra a obrigatoriedade de falar sobre a cultura, acaba criando um espaço arriscado de criação de estereótipos que podem, muitas vezes, se voltar contra o objetivo das modificações citadas na LDB, que é o de valorizar e desmistificar as imagens da cultura africana.

Por isto, torna-se essencial a constituição de um espaço de circulação de informações que, ao mesmo tempo, ofereça informações não caricaturais sobre as religiosidades de influência africanas no país sem, no entanto, violar a dinâmica da oralidade e da restrição de informações que têm as religiões de matrizes africanas no Brasil.

O que este texto objetiva é oferecer alguns elementos para compreender as dinâmicas das religiões de matrizes africanas no Brasil, em especial os candomblés, sem ferir aquilo que a tradição legou a essas religiões no que diz respeito à restrição de informações. No contexto da extensão universitária, o trabalho busca a articulação de conceitos que possam dar subsídios para a interpretação de mundo e para a promoção de uma educação 'antirracista' que, com as alterações da LDB, possa ser manuseada por educadoras e educadores em seu trabalho. Educação que possa também fornecer elementos para um trabalho com a pluralidade de religiosidades e que combata a intolerância religiosa nos espaços escolares.

O olhar que permeia este texto é um olhar respeitoso das tradições, ouvindo os alertas das pessoas mais velhas das religiões quanto à necessidade de se cuidar das informações que temos e que passamos. É também importante marcar o lugar de fala de quem tece a narrativa do texto: são pessoas iniciadas em duas diferentes tradições do candomblé (Ketu e Angola), que ao mesmo tempo em que percorrem academicamente as construções teóricas sobre essas religiões, reconhecem, inclusive, as limitações e os alcances dos discursos acadêmicos sobre os candomblés. Desta forma, procurando contribuir para a circulação respeitosa de informações sobre as religiões de matrizes africanas e buscando oferecer subsídios para o trabalho com estas religiões diante da nova versão modificada da Lei n. 9.394/1996 (LDB), percorreremos alguns caminhos que permitam pensar os candomblés, sem esquecer de que estamos em um estado laico e que por isso defendemos que o conhecimento sobre religiosidade deva ser dado pela marca da divulgação desmistificadora de informações, e nunca ao modo de proselitismos.

Os processos educativos nos candomblés são concebidos por meio de uma educação integral. Não se divide o saber, não se separam as disciplinas, somam-se os valores éticos e filosóficos ao cotidiano. A educação é para

toda a vida, é o desenvolvimento do ser em todas as suas potencialidades (BOTELHO, 2005). Os candomblés oferecem, em especial, à população negra, subsídios para o desenvolvimento de identidade(s) positiva(s) e amores próprios fortalecidos.

Lembramos que os candomblés serviram e servem para a preservação da herança religiosa e cultural africana e que estiveram sempre atuantes na luta do povo negro, resistindo à opressão, à dominação e à exclusão, buscando um espaço de valorização da particularidade negra no patrimônio cultural brasileiro.

A religiosidade de matriz africana presente hoje, no Brasil, é uma 'resignificação' dos cultos praticados em terras do continente africano por diversos grupos étnicos, que passaram por algumas adaptações, consequência do processo econômico escravocrata.

Tratar aspectos da negritude amplifica a compreensão da diversidade étnica e cultural brasileira (uma vez que a nossa sociedade favorece uma atitude de não aceitação e de distanciamento dos valores ancestrais africanos) e possibilita o desenvolvimento de aspectos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998 e na LDB.

OS CANDOMBLÉS

De uma maneira geral, poderíamos dizer que os candomblés são religiões brasileiras que articulam conhecimentos de diferentes formas de religiosidade advindas do continente africano durante a Diáspora Negra. Vieram para o Brasil, principalmente três grandes grupos étnicos: Os bantos (vindos da região centro-sul do continente, sobretudo dos atuais Congo, Angola e Moçambique), os iorubás (vindos dos atuais Nigéria, Benin e Togo) e os Fon-ewés (conhecidos como Jêjes, vindos dos atuais Benin e Togo). Cada um desses grupos foi formado por diversos povos com culturas, divindades e costumes diferentes. Aqui no Brasil, esses povos se articulam entre si e fundam novos cultos onde as divindades que eram cultuadas separadamente no continente africano vão ser reunidas nas religiões aqui criadas com as heranças africanas. Nasceram, nesse processo, diversos cultos que em termos de classificação chamaremos de candomblés. Esses candomblés se

organizaram em torno dos três grupos, dando origens aos cultos iorubás (candomblés Ketu, Ijexa, Efon, Nagô etc.), fons (candomblés Jeje Mahin e Jeje Mina) e bantos (candomblés Angola/Congo).

A instituição candomblé: centenária e fortalecida, polariza não apenas a vida religiosa, mas também a vida social, a hierárquica, a ética, a moral, a tradição verbal e não-verbal, o lúdico, enfim, tudo que o espaço da defesa conseguiu manter e preservar da cultura do homem africano. (LODY, 1987:10)

Segundo a maior parte das interpretações, os candomblés são religiões monoteístas que adotam uma divindade: *Nzambi*, para os candomblés de origem banto (LOPES, 2004:693), *Oludumare*, para os candomblés de origem iorubá (VERGER, 1999:487) e *Mawu*, para os candomblés de origem fon (VERGER, 1999:490). Essas divindades são vistas em cada um desses grupos como o Supremo Criador do Universo. Para cada um deles, a divindade suprema é auxiliada no grande projeto de perpetuação da humanidade por diversas divinda-

des: no panteão banto, pelos inquices (minkisi, plural de nkisi); no panteão ioruba, pelos *orixás* e no panteão fon (Jeje), pelos voduns. Tais divindades são acionadas por rituais preparatórios e o momento de absoluta sacralidade se dá quando elas expressam suas histórias mitológicas ao som de atabaques e de outros instrumentos, bem como das cantigas que retratam as características e os feitos dessas divindades. Essas divindades são entendidas também como manifestações distintas dessa que é a divindade suprema.

Para praticantes dos candomblés o significado de viver e de ser humano está ligado às formas míticas e às expressões da unidade ser-no-mundo. Os mitos descrevem as irrupções do sagrado no mundo e contam uma história sagrada sobre como algo foi produzido e começou a ser. São narrativas de um acontecimento ocorrido no tempo primordial da criação, "como uma realidade passou a existir graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais. Seja uma realidade total ou o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha,

uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição.” (ELIADE, 1972:11)

Ao descrever as origens do universo e das criaturas, as relações entre os seres humanos e as divindades e, ainda, como se dá o equilíbrio dinâmico entre eles, o mito de cada divindade dota o mundo de sentido e fornece um sistema de valores e de princípios para as suas seguidoras e os seus seguidores.

Uma das maneiras pelas quais o povo dos candomblés faz sua conexão com o Sagrado é por meio de oráculos, sendo o mais importante e conhecido, o jogo de búzios, que é um dos oráculos de Ifá (a divindade iorubá da predição), detentor de toda a sabedoria, sendo também a base teológica que contem os ensinamentos cosmológicos do povo ioruba. Os caminhos dos adeptos dos orixás são perpassados pelas consultas a esse oráculo que é

imprescindível para todo complexo religioso iorubá. O oráculo é consultado em todas as situações importantes, nos aspectos litúrgicos e sociais. A divinação é considerada vital ao homem para o cumprimento do seu desígnio. Por essas razões os iorubas recorrem à divinação em períodos regulares de suas vidas. Ele (o sistema divinatório) é presidido pelo orixá que assistiu o início do processo de criação, portanto, é capaz de revelar às divindades e aos homens os seus destinos (limites e possibilidades); seu sistema interno guarda uma lógica precisa e matemática; há um sofisticado sistema de versos exemplares, índices de conduta e procedimentos; há figuras de divinação, indicadores de mensagens.”(XAVIER, 2000:169-170)

A liturgia dos candomblés é complexa e extensa, tanto na relação espaço/tempo quanto nos atos votivos públicos e secretos. Muitos ritos se iniciam antes da festa pública onde os(as) iniciados(as) incorporados(as) por seus inquices, orixás ou voduns apresentam suas coreografias míticas, portando seus pertences sagrados e se identificando com seus domínios

naturais, pela cor de suas vestimentas.

O Ser Supremo – Deus – presenteou cada divindade com um atributo para auxiliá-lo na grande obra de perpetuação da humanidade, as forças da natureza são o reflexo da emanção dos inquices, orixás e voduns no planeta, as divindades são seus auxiliares para viabilizar o encontro do sagrado com a humanidade.

Para acontecer esse divino encontro existe uma sabedoria no manejo do Sagrado, o caminho das divindades é ordenado e existem vários papéis sacerdotais. As sacerdotisas são chamadas de mam’etus ria nkisi (candomblés bantos), ialorixás, sacerdotisas, babalorixás, sacerdotes (candomblés iorubás), donés, mejitô ou gayakus, sacerdotisas, dotes, sacerdotes (candomblés jejes). São também conhecidas como *mães de santo e, também, pais de santo*. As sacerdotisas (zeladoras) ou sacerdotes são a liderança máxima do candomblé, são as que detêm o maior conhecimento dos fundamentos da religião e a responsabilidade de transmitir esses conhecimentos e o *nguzo* ou *axé* à sua família de santo e àqueles que acessam a religião para questões pontuais.

Cada uma das divindades possui uma ritualística que inclui comida especial, interdições, roupas, insígnias, cores e cantos característicos, sem uma hierarquia fixa entre eles, uma vez que a sua “(...) natureza e as suas funções, influenciadas por suas posições relativas, variam igualmente de acordo com os lugares.” (VERGER, 1999:40)

O candomblé é a primeira forma do psicodrama de Moreno: o negro livra-se de seus conflitos, de seus complexos, de suas tendências escondidas, exteriorizando-os através das danças imitativas de seu deus, cujo caráter e tendências são análogos aos seus. (BASTIDE apud VERGER 1999:87)

As makotas ou equedis (nos candomblés bantos ou iorubás) e os kambondos ou ogãs (nos candomblés bantos ou iorubás), em quem as di-

vindades não se manifestam através de incorporações, auxiliam as sacerdotisas (zeladoras) na organização ritual de diferentes formas. Cuidam das oferendas, de vestir e paramentar as divindades, tocar os atabaques, preparar as comidas sagradas, realizar os atos votivos, enfim, são essenciais para a dinâmica da religião. Nas situações de transe dos adeptos que manifestam orixás, são essas pessoas que conduzem os rituais, sendo sempre de grande confiança da liderança religiosa. São nessas relações de alternância de poder que as relações se estabelecem e fortalecem as chamadas *famílias de santo*.

Quando o ndumbe ou abiã (frequentador não-iniciado) atende ao chamado ancestral, quer dizer, quando ele decide trilhar o caminho das divindades e aceita passar pelos ritos de reencontro com sua essência negra africana – ser iniciado no candomblé – terá como ritual inicial *kibane mutue* (em candomblés bantos) ou bori (em candomblés iorubás). Essa cerimônia inicial consiste em um rito de felicitações para o(a) novo(a) integrante da comunidade e tem como objetivo fortalecer o *mutuê* ou *ori* (cabeça) para a pessoa alcançar o seu equilíbrio, sua individuação e seu ‘centramento’, sua orientação. Para maior compreensão sobre o *mutue* ou *ori*¹ (cabeça) recorremos a Bâbátundé Lawal (apud BASTIDE):

Na maioria das esculturas africanas tradicionais, a cabeça é a parte mais proeminente porque, na vida real, é a parte mais vital do corpo humano. Ela contém o cérebro – a morada da sabedoria e da razão; os olhos – a luz que ilumina os passos do homem pelos labirintos da vida; os ouvidos – com os quais o homem escuta e reage aos sons; e, a boca – com a qual ele come e mantém o corpo e alma juntos. As outras partes do corpo são abreviadas para enfatizar suas posições subordinadas. Tão importante é a cabeça em muitas sociedades africanas que ela é adorada como a sede da personalidade e destino do homem (2002:128).

A participação nos candomblés é precedida de um processo iniciático que “marca a ruptura da transição do profano para o sagrado (...), marca também o processo de sacralização do corpo. O corpo do iniciado é preparado para poder receber o axé [ou nguzo] que advém do sagrado, do orixá [ou inquice, ou vodun].” (XAVIER, 2000:151).

Anteriormente à exibição pública, iaôs ou muzenzas – iniciados(as) – passam por diversos ritos de purificação, de equilíbrio, de doação e de entrega para serem portadores(as) desta experiência singular e, a cada ressonar dos atabaques, as divindades se apresentam e celebram a comunhão com a comunidade presente. Os ritos do universo religioso afro-brasileiro fortalecem a aliança entre os membros dos candomblés e as divindades. As comidas, as roupas, as festas e o conjunto dos ritos são realizados em homenagem às divindades.

A vida dos adeptos e adeptas dos orixás/minkisi/voduns é marcada por predições, interdições, influências das divindades e das oferendas. Estar ciente da vontade divina, conhecer seu destino e estabelecer comunicação com as divindades é possível, através do oráculo do jogo de búzios.

Quando a predição revela que a vontade divina indica um caminho de aliança com as divindades, é estabelecido o momento da iniciação.

Iniciar-se no candomblé significa renascimento. O ritual de iniciação prefigura a morte para o mundo da fragmentação e do desconhecimento da própria origem. Representa o destino mítico e o renascimento para as divindades, para a força dos ancestrais míticos, para uma busca incessante de equilíbrio entre essas forças e o fortalecimento do destino pessoal.

(GAMA apud SANTOS, 1998)

Como afirma Verger “A iniciação consiste em criar no novinho, em determinadas circunstâncias, uma segunda personalidade, um desdobramento mítico inconsciente, durante o qual ele manifestará o comportamento tradicional do ancestral.” (1999:82)

Durante a iniciação, a neófito ou o neófito (muzenza ou iaô), em linguagem ritual, adquire, conforme o cargo sacerdotal para o qual está sendo iniciada ou iniciado, um aprendizado que inclui desde códigos de relação com o ambiente e com os outros membros do terreiro, até atividades como dança, canto, narração, música, artesanato e cozinha, “ritos de iniciação e instalação, portanto, ensinam a lição da unicidade essencial entre indivíduo e grupo.” (CAMPBELL, 1997:369)

Os rituais contribuem para uma reorganização da humanidade dos seres, manipulando símbolos em um contexto carregado de estímulos intelectuais e sensoriais, que redireciona sua atenção para uma nova experiência. Ensinam, ainda, a necessidade de reordenação do comportamento segundo as exigências deste novo contexto, conduzindo o indivíduo a reorganizar seu mundo e sua prática, de acordo com os novos cenários construídos. (RABELO apud SANTOS, 1998)

Após a iniciação, a neófito ou o neófito adquire uma nova identidade através “dos processos sociais implicados na formação e conservação da identidade e que são determinados pela estrutura social” (BERGER & LUCKMANN, 1976, p. 228). Sem dúvida essa nova identidade está estruturada numa lógica afro-brasileira de costumes e hábitos africanos trazidos nos corações e na memória das africanas e dos africanos que chegaram ao Brasil ontem e hoje e, em especial, a partir da perspectiva de sua divindade.

Na tabela a seguir apresentamos como cada divindade tem um atri-

buto para auxiliar na caminhada da humanidade. As saudações apresentadas serão apenas as iorubás, uma vez que nos candomblés bantos se usa uma única saudação para os diversos inquices (*Kiuá!*) e que em Jeje se utiliza a mesma saudação para todos os voduns (*Arrobobo!*)².

Divindade			Atributo/Missão	Saudação
Bant o	Ioruba	Fon (Jeje)		
Pambu Njila	Exu	Legba	Tem o desígnio de levar até as outras divindades os pedidos das pessoas. É uma divindade fundamental para o desenvolvimento da religião, porque ele é o princípio dinâmico da comunicação entre as pessoas e as divindades. É a divindade do movimento, dos começos. Senhor da comunicação.	Laroyê!
Nkosi	Ogum	Gu	Abre os caminhos, como lhe foi determinado pelo o Senhor Supremo e no seu vigor heróica possibilita a preparação de um cenário favorável para que a humanidade desempenhe o seu papel de co-partícipe do desenvolvimento. Senhor dos caminhos, da tecnologia, dos avanços.	Ògúnyê!
Mutalambô	Oxossi	Atolu	Na sua elegância peculiar, o grande provedor é o responsável pela mesa farta e prosperidade. O grande caçador, provedor da comunidade.	Okê arô!
Catendê	Ossãe	Agué	Partilha dos segredos das ervas medicinais e litúrgicas com os humanos, desperta o poder contido nas plantas permitindo aos filhos de santo manejarem a sabedoria das plantas para fortalecerem seus corpos e espíritos. O senhor das Folhas.	Ewê ô!
Kavungo	Omolu	Sakpatá	Faz a transmutação e exerce influência sobre a saúde das pessoas, controla as pestes e as epidemias. Dono da terra.	Atotô!
Angorô	Oxumar	Bessem	Cría a grande aliança entre o céu e a terra, reafirmando o compromisso entre os seres humanos e as divindades. É a grande serpente que se figura no arco-íris e transporta a água do céu para a terra.	Arrobobô!
Zumba	Nanã	Nana Buku	O princípio da vida, dona da lama onde a sabedoria é gestada. Indica a energia daqueles que acumulam muitas experiências pelos anos vividos. Senhora das chuvas que fecunda a terra. Mãe ancestral.	Saluba!
Nzazi	Xangô	Sogbô	Com a sua opulência justiceira, legisla em favor dos menos e dos mais afortunados. Divindade dos Trovões.	Kawó-Kabiyèsile!
Tembo	Iroko	Loko	Motor do movimento, transformação, ancestralidade e temporalidade. O sangue vivo da terra, que se movimenta irascível e incontornável. Não se doma o tempo. A idade que não se mede.	Iroko i só! Eerô!
Matamba	Oyá/Iansã	Oya	Divindade guerreira dos ventos, dos relâmpagos e das tempestades, também cumpre a função de encaminhar os espíritos mortos para onde for devido. A grande guerreira dos vendavais.	Epa heyi, Oya!
-	Oba	-	Lutadora destemida é símbolo de energia e muita força. Grande guerreira-caçadora.	Obá xirê!
Ndandalunda	Oxum	Azirí	Com sua graça e encantamento, distribui riquezas e prosperidade. Senhora da fertilidade	Ore yeye ô!
Terekompensu	Logum-Edé	Bagô	Partilha com a humanidade a alegria e a energia da jovialidade. É o caçador menino que até velho respeita. O jovem e sedutor caçador dos rios.	Loci Loci, Olowô!

Divindade			Atributo/Missão	Saudação
Bant o	Ioruba	Fon (Jeje)		
-	Ewá	Fequem	E a senhora da sensibilidade, da visão de muitos mundos, da estética. A divindade do céu cor-de-rosa. A senhora das possibilidades.	Ri ró!
Wunge	Ibeji	Toquen	Divindade da justiça, da procriação (gravidez), da infância, e que no caso ioruba, protege os gêmeos.	Bejê e ró!
Mikaiá	Iemanjá	Natê	Alimenta seus filhos com seus seios fartos reinando na vastidão das águas dos mares, é a grande mãe feiticeira .	Odô ya!
Lemba	Oxalá	Lisa	Orixá da paz e do equilíbrio. Impetuoso na sua forma jovem, sábio na sua manifestação anciã. Senhor da harmonia.	Êpa Babá!

É no microcosmo das comunidades de candomblé que várias divindades se reúnem para receber os agrados de suas filhas filhos e para trazer possibilidades de realizações e vitórias àqueles que, em seu cotidiano, nem sempre sabem o que é plenitude e alegria, mas vivem a angústia da inexorabilidade do tempo e da morte. No caso de afrodescendentes – que tiveram suas identidades subjugadas por processos racistas, na maior parte de suas vidas – são estimuladas(os) pelos candomblés, a abandonarem uma identidade massacrada e oprimida, para florescerem fortalecidas(os), respeitadas(os) e amadas(os) pela sua comunidade. Siqueira afirma:

O ponto de partida para uma transformação na vida pessoal e social da filha ou filho-de-santo, marcada, sobretudo, pelo tratamento diferenciado e cuidadoso que cada um recebe na comunidade à qual está vinculado, é o rito de iniciação. Para toda a comunidade, para a mãe ou pai de santo, para aquelas e aqueles que cuidam da pessoa iniciada, ela se torna ÚNICA (1998:36).

A iniciação inaugura um caminho de reencontros com as divindades e, de tempos em tempos, há a renovação dos votos por rituais de passagem.

Os rituais se referem a um momento crítico da vida social, sendo, geralmente, o marco que registra a capacidade de integração do indivíduo à sociedade, de um estágio para outro e, por mais que as adaptações físicas sejam necessárias, a grande aprendizagem é a da educação moral. Todos os participantes da comunidade são responsáveis pela educação da pessoa que passa pelo processo de iniciação. A educação tem caráter coletivo e social, é responsabilidade do grupo e, em especial, das pessoas mais velhas que são consideradas depositárias da cultura. A educação é uma impregnação permanente; o indivíduo é educado a todo o momento por todas e todos do grupo, servindo a vida cotidiana como pretexto para a se educar. A vida e o aprendizado são indissociáveis.

Como nas antigas aldeias africanas, toda a aprendizagem se dá pela oralidade; o conhecimento é passado pelos mais velhos aos mais novos. Até hoje os candomblés são baseados na cultura oral; a literatura oral (histórias, adivinhações, jogos, mitos, cantigas) é o centro da ação educativa. Os comportamentos positivos são reconhecidos e valorizados, mas quando há necessidade, as sanções são aplicadas em forma de tabus e interdições.

De forma geral, os candomblés possibilitam aos seus participantes e, em especial, aos afrodescendentes, leituras do mundo, relações humanas harmoniosas e convivência igualitária, onde todos podem viver com autoconfiança, dignidade e respeito. A educação religiosa dos candomblés retrata a educação tradicional africana para a vida. Da infância à velhice, todas as pessoas são tratadas igualmente e todas têm direito de ser educadas. Outro aspecto a destacar nas religiões de matriz africana é a compreensão dos poderes cósmicos da vida e a concepção (de um tempo que é distinto) do tempo linear e cíclico presente na cultura europeia ocidental. O conjunto de valores oriundos das religiões africanas tradicionais e afro-brasileiras revela que as divindades estão presentes no nosso cotidiano e que são vivificadas por seus partícipes. Afinal, as forças divinas estão sempre presentes – nunca se está só para vencer os reverses da vida.

PALAVRAS DE DESPEDIDA

Ao apresentar esta breve cartografia da estrutura religiosa do candomblé, almejamos promover melhores condições de compreensão dessa cul-

tura renegada e desvalorizada, mas fortemente presente no imaginário das populações locais.

Como afirma Augras (1983), a compreensão de mundo dos adeptos do candomblé é diferenciada. E é através da compreensão das diferenças que o caminho das divindades aproxima e integra os diferentes. Com o auxílio da mítica das divindades africanas, o ser humano concilia suas contradições, toma gosto e acredita na vida.

Por intermédio da contextualização do universo dos candomblés indicamos a necessidade de nos desapegarmos de valores civilizatórios racistas, tão cristalizados em nós, para entrarmos em contato com um olhar diferenciado sobre a humanidade e a sociedade. Como as neófitas e os neófitos que, quando são recolhidas e recolhidos para a sua iniciação, passam pelos ciclos de morte e renascimento, precisamos renascer para novas idéias, valores e culturas.

A hegemonia teórica que privilegia apenas o conteúdo eurocêntrico nas escolas brasileiras tem alijado negras e negros, brancas e brancos do conhecimento histórico-social presente na cultura brasileira, pertencente a outros grupos étnico racial, dificultando uma consciência reflexiva e emancipacionista da nossa população. É preciso criar novos espaços e eleger outros atores sociais para um conhecimento educacional diferenciado. (BOTELHO, 2000)

Como nos cargos e funções determinados na hierarquia dos candomblés, todas e todos, cada uma e cada um de nós tem o seu papel social a desempenhar; sem, com isso, criar processos de submissão e subordinação pelo lugar social que ocupamos na sociedade.

Realizada a iniciação para uma nova possibilidade educacional, as casas de candomblé revelam um ambiente favorável para processos educativos polissêmicos (quer dizer, múltiplos de possibilidades). A diversidade de

possibilidades de aprendizagens se dá pela oralidade, quando as mais velhas e os mais velhos compartilham suas sabedorias com as mais novas e os mais novos. Na prática, ela se dá pelo manuseio da natureza; pela musicalidade, nas vozes altivas dos que entoam as cantigas às divindades vindas do continente africano; pela expressão corporal, pela epifania dos mitos sagrados e, principalmente, pela noção de comunidade, onde todas e todos são importantes para a perpetuação da tradição e são acolhidos nas suas particularidades e especificidades.

As peculiaridades dos seguidores e seguidoras de inquices, orixás e voduns, indicam um pensamento comum que tem como alicerces valores civilizatórios construídos numa lógica afro-brasileira, de comunidade, solidariedade e interdependência. É possível afirmar que estas divindades, como organizadores grupais, viabilizam a harmonização dos contrários, conduzindo a um processo de equilíbrio entre as(os) diferentes, que facilita e viabiliza uma educação voltada para a diversidade.

Pensar a diversidade étnico racial na área educacional é possibilitar inclusão, respeito, conteúdo e solidariedade às crianças e aos jovens que carregam o estigma da diferença, seja pela de cor de sua pele, sua religiosidade, sua orientação sexual, seu grupo étnico ou apenas por serem diferentes daquilo que é considerado o ideal ou padrão (NASCIMENTO, 2004:36). É, principalmente, buscar caminhos de emancipação para os excluídos.

Percorrida a jornada ao som dos atabaques, ao sabor das comidas de voduns, inquices e orixás, pelas cores dos fios de contas, pelas coreografias míticas, pelo exercício pleno da religiosidade afro-brasileira, pensamos que a tarefa ainda não esteja finda.

Não há finalizações absolutas. As idéias aqui socializadas serão lidas,

analisadas e interpretadas de diferentes formas, por variados saberes e por diversos sentimentos, afinal, isto é a diversidade.

Como o processo não termina, desejo apenas afirmar que o fim é o começo... e o "continuum" da vida nunca se esgota.

O conjunto das experiências dos candomblés não poderia ser descrito em um pequeno (e nem em um grande) apartado de páginas, mas esperamos que esta descrição ajude a quem queira fazer uma aproximação a uma literatura não estereotipada ou não especializada demais, contribuindo, assim, para a circulação de saberes sobre este tão rico tópico da cultura brasileira que é a religiosidade de matrizes africanas e, em especial, dos candomblés.

Conhecer princípios educativos presentes no candomblé, além de promover o respeito por uma prática social e religiosa herdada dos negros africanos, pode facilitar a educadoras e educadores uma ação pedagógica integral; para isto, vale recordar que na organização das comunidades de candomblé: a) não se divide o saber dos valores éticos filosóficos, eles são somados ao cotidiano; e, b) a educação é para desenvolvimento do ser em todas as suas potencialidades.

NOTAS

¹ Além da cabeça, para os candomblés de tradição angolana e congolesa, o coração (muxima) ocupa um lugar fundamental, por ser para os bantos o lugar da morada da individualidade e daquilo que chamaríamos de alma. Os caminhos da vida de alguém são propiciados (embora não determinados) pela junção da cabeça e do coração (do mutuê e do muxima), pelo que orienta e pelo que sustenta.

² Há uma polêmica sobre a possibilidade de identificar inquices, orixás e voduns. Há tradições de candomblé que pensam que orixás, voduns e inquices sejam divindades locais e que por isso, não podem ser identificados. Entretanto, partimos aqui do suposto de que em função dos atributos possamos pensar em proximidades, sem forçar qualquer tipo de identificação.

Há também a dificuldade em se estabelecer equivalências completas em função da enorme diferença de quantidade de divindades em cada panteão. O panteão iorubá no Brasil apresenta entre os três (tendo cerca de vinte divindades), o menor número de divindades, enquanto que entre os outros dois panteões, há várias dezenas de divindades. Listamos aqui as principais divindades cultuadas em festas públicas. A listagem e características dos voduns foram baseadas em Bastide (2001) e Parés (2007).

REFERÊNCIAS

AUGRAS, Monique. *O duplo e a metamorfose: a identidade mítica em Comunidades Nagô*. Petrópolis: Vozes, 1983.

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERGER, Peter; LUCKMANN Thomas *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Floriano S. Fernandes (Trad.). Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

BOTELHO, Denise. Maria. *Educação e orixás: processos educativos no Ilê Axé Iya Mi Agba*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

BOTELHO, Denise. Maria. *Aya nini (Coragem)*. Educadores e Educadoras no enfrentamento de práticas racistas em espaços escolares. São Paulo e Havana São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação*

CAMPBELL, Joseph (1997). *O Herói de Mil Faces*. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1997.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LODY, Raul. *Candomblé*. Religião e resistência cultural. São Paulo: Ática, 1987.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Esboço de crítica à escola disciplinar*. São Paulo: Loyola, 2004.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé*. História e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Edunicap, 2007.

VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga costa dos escravos, na África*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANTOS, Juana Elben dos. *Os Nâgôs e a morte: Pàdê, Àsèsè e o culto Égun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes (1998). *Agô Agô Lonan*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

XAVIER, Juez Tadeu de Paula. *Exu, Ikin e Egan: Equivalências Universais no Bosque das Identidades Afrodescendente Nagô e Lucumi*. Estudo comparativo da religião iorubá no Brasil e em Cuba. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, 2000.

Denise Botelho é doutora em educação pela USP e professora adjunta da Faculdade de Educação da UnB (PAD-FE), dbotelho@unb.br

Wanderson Flor do Nascimento é mestre em filosofia e doutorando em bioética pela UnB e professor colaborador do Projeto Filosofia na Escola (DEX-FE/UnB) e do Projeto Afroatitude (DEX/UnB), wandersonn@gmail.com

COMUNICAÇÕES

AS LIGAS ACADÊMICAS DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Alexandre Dias Gusmão Di Mesquita

Ana Cláudia Rodrigues de Siqueira

A criação de ligas acadêmicas numa instituição de ensino superior (IES) como a Universidade Federal de Goiás, apresenta-se com a finalidade de promover a interação e/ou a aproximação entre a universidade e a sociedade, através das atividades desenvolvidas por essas no âmbito das ciências da saúde. Em diversas IES brasileiras, as ligas acadêmicas têm se mostrado um instrumento útil pelas atividades de ensino e pesquisa que desenvolvem, e, em especial, por se constituírem a linha mestra de um instrumento de extensão universitária, como é a extensão. Dentre as instituições que se destacam, podemos citar as experiências das universidades federais do Ceará, do Rio Grande do Sul e de São Paulo; as estaduais de Campinas e a Júlio de Mesquita Filho; além de nossa Universidade Federal de Goiás, dentre outras no país.

A escolha do tema de enfoque de uma liga acadêmica surge a partir da análise das demandas da população e do interesse dos estudantes na participação das atividades desenvolvidas por projetos desta natureza. Observa-se que os acadêmicos procuram se inserir nas ligas para participarem das ações ali desenvolvidas, devendo ser ressaltado que nem todas elas apresentam caráter multidisciplinar para oferecer oportunidades para a inserção de acadêmicos de vários cursos à área da saúde.

No que diz respeito à demanda acadêmica, é sensível que exista uma grande necessidade e o desejo de expandir o conhecimento na área de abrangência profissional de cada curso de graduação, haja vista sua grande importância na promoção da saúde. Devido à abrangência da temática “ciências da saúde”, o enfoque das ligas acadêmicas não ‘superespecializa’ precocemente os discentes, mas sim contribui para o desenvolvimento de uma visão ainda mais generalista sobre o indivíduo/paciente e o contexto social em que esse se encontra inserido.

Com relação à demanda da população, é evidente que sempre há a necessidade de desenvolver atividades em uma área tão sensível como a saúde pública, envolvendo eventos tão prevalentes na população brasileira como a hipertensão arterial, as doenças infectocontagiosas, a diabetes, e o uso irracional de medicamentos etc.

Hoje, a Universidade Federal de Goiás (UFG), com uma área de abrangência de aproximadamente 340.000 km², especialmente na área de saúde, é referência para uma população estimada em 6.000.000 de habitantes, num total de 246 municípios componentes da macroregião Centro-Oeste do Estado de Goiás. Desde a sua fundação em 1960, a UFG vem se destacando no cenário nacional, como centro formador de excelência, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Entre outros recursos que contribuem para esse sucesso, a universidade conta atualmente com a implementação de várias ligas acadêmicas nas Faculdades de Medicina (FM), de Farmácia (FF) e de Odontologia (FO) e no Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), como por exemplo:

- Liga do Trauma (FM);
- Liga Acadêmica Multidisciplinar de Doenças Infecciosas (IPT SP);
- Liga de Obstetrícia (F M);
- Liga de Saúde e Espiritualidade (F M);
- Liga de Genética Clínica;
- Liga de Geriatria e Gerontologia (F M);
- Liga de Pediatria e Puericultura (F M);
- Liga de Diabetes (F M);
- Liga da Hipertensão Arterial (FM);
- Liga Acadêmica Multidisciplinar Farmacêutica (FF);
- Liga de Oftalmologia (FM);
- Liga de Neurociências (F M);
- Liga de Cardiologia (F M);
- Liga de Cirurgia Plástica (F M);
- Liga da Mama (FM);
- Liga do Sorriso (FO).

A maioria das ligas acadêmicas é organizada de maneira estrutural contendo uma diretoria, formada por discentes e por seus integrantes permanentes que são os docentes coordenador/orientadores. A primeira é a responsável pela organização e administração das atividades, podendo ser formada por presidente e vice-presidente e pelos diretores que se fizerem necessários para o correto e bom funcionamento do grupo, como por exemplo: diretor de eventos, secretário, diretor científico, tesoureiro e outros. O número de acadêmicos integrantes pode variar e a liga pode também apresentar caráter multidisciplinar ou não, recomendando-se, porém, que sempre haja um profissional especializado na área de enfoque (medicina, farmácia, enfermagem, biomedicina etc.), sendo esse o responsável por orientar as atividades desenvolvidas pelo projeto.

Participar de uma liga acadêmica é, portanto, uma oportunidade extracurricular de caráter único visto que as mesmas se direcionam à promoção da saúde, da educação e da pesquisa, contribuindo para o aprimoramento dos acadêmicos. As ligas objetivam que, ao se graduarem, seus integrantes levem consigo uma bagagem científica e humanística, podendo, assim, empregá-la diariamente

Alexandre Dias Gusmão Di Mesquita é acadêmico de Farmácia da Universidade Federal de Goiás, alxmes@hotmail.com

Ana Cláudia Rodrigues de Siqueira é acadêmica de Farmácia da Universidade Federal de Goiás, anaclaudiafarmacia@hotmail.com

AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: PROJETO RECICLANDO O COTIDIANO, UM MOVIMENTO SOCIAL NA LUTA PELA GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

*Camylla Portela de Araújo
Marina Silva Bicalho Rodrigues*

Nos últimos anos, o planeta vem assistindo a uma degradação em massa do meio ambiente, em uma escala cada vez maior, exaurindo os recursos naturais e explorando os humanos. Cada ser humano é responsável pelo que faz, por aquilo que deixa de fazer e por aquilo que impede de fazer. Afinal, o que tem sido feito, ou mesmo, o que não tem sido realizado, para ajudar ou mesmo salvar o Planeta, a mãe Terra? Será que a espécie humana está consciente da relevância de preservar esse bem tão precioso? Estas, entre outras questões, permeiam o cotidiano de educadores ambientais comprometidos com o ideário de sujeito ecológico, como mediadores de conflitos, numa práxis crítica e reflexiva das interrelações num dado contexto histórico e político, capaz de problematizar e agir sobre as questões socioambientais (CARVALHO, 2006). Os problemas atuais implicam soluções democráticas que beneficiem não só uma pequena camada da sociedade, mas a totalidade da vida, incluindo os dominados, os mal-incluídos e os excluídos do sistema produtivo. Os sujeitos que se sensibilizam, sensibilizam, se mobilizam e projetam um plano de ação, individual ou coletivo, para ajudar a transformar esta realidade tão depreciativa são o motor que move a esperança de amenizar as catástrofes intensificadas pelas ações inconscientes de indivíduos egocêntricos.

A satisfação e os prazeres individuais são cada vez mais estimulados pelo modo de vida capitalista, que permeia os meios de comunicação na busca de uma homogeneização das culturas e exploração ilimitada dos recursos naturais. A ilusão de que todos alcançarão riquezas e a coletividade será beneficiada por um patamar de vida que proporcione a todos conforto e luxo tem sido abalada por constantes conflitos e guerras civis. Para desmistificar esse ideário capitalista é preciso pensar na coletividade, na humanidade como um todo, na natureza como bem comum e na interdependência que existe entre todos. Conforme Morin (2007, p. 66) “Devemos conceber uma unidade que garanta e favoreça a diversidade, uma diversidade inscrita na unidade”.

A ciência emergente, baseada no paradigma da complexidade, busca reverter esta situação, aliando suas descobertas, suas invenções e seus conhecimentos ao mundo, num eterno processo de mutação. Dentro dessa perspectiva complexa, que enxerga o todo não se esquecendo da especificidade e da importância das partes, estudantes da Faculdade de Educação/FE da Universidade de Brasília/UnB elaboraram um projeto de educação ambiental denominado “Reciclando o cotidiano”. A jornada de atuação do grupo efetivou-se em 2008, na busca do fortalecimento e enraizamento da coleta de papel iniciada na FE como projeto piloto em parceria com a Agenda Ambiental da UnB e os estudantes da disciplina: projeto “Água como matriz

ecopedagógica”□.

O grupo promove ações de mobilizações contínuas na gestão integrada dos resíduos sólidos na FE, no exercício da práxis cotidiana em relação à responsabilidade desde o consumo até a destinação adequada e social dos resíduos. E tem por objetivo envolver a comunidade acadêmica nesta luta, a fim de contribuir com a formação de sujeitos ecológicos preocupados e determinados a propor e viver um novo estilo de vida, mais cooperativo e mais cuidadoso, conforme nos afirma Carvalho (2006).

As ações desenvolvidas pelo grupo transitam entre esses múltiplos saberes, os integrantes do grupo buscam articulações contínuas com a equipe da limpeza, servidores administrativos e integrantes da cooperativa. Estes contribuem com o desenvolvimento das ações com seus conhecimentos sobre a questão dos resíduos. Desta forma, os estudantes, também educadores ambientais, atuam nas intervenções junto aos atores sociais envolvidos na elaboração das estratégias que favorecem a busca de novos conhecimentos úteis para a gestão integrada dos resíduos. Para Toro (1996), as estratégias de mobilização envolvem a construção de novas formas de vivermos juntos, guiados por um projeto ético de sociedade. As mobilizações organizadas pelo grupo envolveram desde a organização de seminário, oficinas de canecas, de origami, de papel reciclado e de sucos alternativos, elaboração de panfletos e uma cartilha sobre resíduos sólidos. Junto a essas ações, houve apresentações culturais e artísticas e para o armazenamento do papel coletado foi colocado um container de metal específico.

Uma consciência ecológica é formada ao longo do tempo, não acontece do nada, de uma hora para outra. Carvalho (2008, p. 65) assinala que o sujeito ecológico que possui tal consciência ecológica “[...] é um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que [...] implica uma sociedade plenamente ecológica.” E é esta utopia de melhora da comunidade que está agregada aos movimentos sociais. Um sujeito ecológico é consciente e tem como princípio básico que suas ações não são para mostrar para o mundo que é uma pessoa correta ou que se comporta como cidadão, mas sim que suas atitudes são fundamentais e essenciais para um planeta melhor.

O movimento ambientalista baseia-se e move-se por meio de duas forças: A primeira é a “[...] utopia – acreditar que as coisas vão mudar e melhorar – é um alimento fundamental para a humanidade.” (BERNARDO, 1995, p. 14). E a segunda é o imperativo de consciência, o qual “nos leva a pensar utopicamente e nos leva a pensar os passos para a realização de nossa utopia [...]”. Sempre que pequenos grupos organizados defendem o meio ambiente e sua localidade, mesmo que muitas vezes para muitos este trabalho seja inútil, este tem uma importância política e social e não apenas ecológica, que busca e valoriza outros elementos que não aqueles aliados à exploração, individualista e mercantil. E é com este ideal que o grupo vem agindo, pensando e repensando suas atitudes em prol de melhorias.

As ações de educação ambiental do projeto são caracterizadas pela transversalidade como princípio pedagógico e permeadas por uma nova ética baseada em valores mais solidários e fraternos, em que a existência dos integrantes e participantes implica respeito tanto à dimensão racional como à emocional, revelando as condições temporais, espaciais, históricas e culturais vividas. Para Catalão “A transversalidade nas Ciências Sociais surge como uma abordagem do real que reconhece a estrutura em rede e a dinâmica em circuitos constitutivos da vida humana. (2006, p. 28). Portanto, esta abordagem favorece o reconhecimento ao mesmo tempo da singularidade e da pluralidade na construção da identidade do grupo, num exercício dialético

que envolve novos sentidos e ressignificações por meio da participação mais ativa e problematizadora no cotidiano.

A finalidade dos movimentos ecológicos, como o “Reciclando o cotidiano”, é a de defesa do meio ambiente, manter um equilíbrio ecológico no Planeta, para

NOTAS

¹ Projeto coordenado pela professora doutora Vera Catalão pesquisadora da Faculdade de Educação (FE/UnB) e do Centro de Desenvolvimento Sustentável, e coordenadora do Núcleo da Agenda Ambiental (DEX/UnB). E-mail: vera.catalao@terra.com.br

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Camylla Portela de; CATALÃO, Vera Lessa Margarida. *Estratégias de mobilização mais eficientes para a gestão participativa do descarte seletivo de papel na Faculdade de Educação*. Trabalho apresentado no XIV Congresso de Iniciação Científica da UnB, set./2008. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

ARAUJO, C. P. de; SORIA, E. C. R.; RODRIGUES, M. S. B.; CATALÃO, V. L. *Projeto Reciclando o Cotidiano: ações de educação ambiental na Universidade de Brasília*. Pôster apresentado no IIIº Congresso Internacional de Transdisciplinaridade, Complexidade e Eco-Formação, set./2008.

BERNARDO, Maristela. *Desafios e perspectivas do movimento ambientalista no Brasil*. Relatório do seminário ocorrido em Brasília entre 28 e 30 de setembro de 1995.

CATALÃO, Vera Lessa; RODRIGUES, Maria do Socorro (Org.) *Água como Matriz Ecopedagógica*. Brasília, 2006.

CATALAO, V. M. L.; ARAUJO, C. P. Coleta seletiva no campus da UnB: uma experiência participativa. *Participação*. Revista do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília, v. 14, p. 38-48, 2009.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *O método 5: a humanidade da humanidade* (trad. Juremir Machado da Silva). 4. ed., Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum; v. 4)

TORO, Bernardo. *Mobilização e Democracia: a construção da América Latina*.

In MONTORO, Tânia (Coord.). *Comunicação e Mobilização Social*. Brasília: UnB, v. 1, Série Mobilização Social, 1996, p. 68 -74.

Camylla Portela de Araújo é pedagoga, mestranda da Faculdade de Educação/Universidade de Brasília (FE/UnB) e integra o projeto Reciclando o Cotidiano/Agenda Ambiental/UnB, camyllaa@gmail.com

Marina Silva Bicalho Rodrigues é pedagoga, mestranda da Faculdade de Educação/Universidade de Brasília (FE/UnB) e integra o projeto Reciclando o Cotidiano/Agenda Ambiental/UnB, maribicalho@gmail.com



Semana
Universitária

Universidade de Brasília
8 a 12 nov 2010

X Semana de Extensão da UnB

Brasília 50 Anos | DiverCidades

8 a 12 nov 2010

O Decanato de Extensão - DEX promove a X Semana de Extensão da UnB Brasília 50 Anos - DiverCidades e lança à comunidade universitária da UnB o desafio da construção conjunta de mais uma programação abrangente, diversificada e gratuita para o público do DF e Entorno (comunidade interna e externa). A SEMEX, nesta edição comemorativa dos seus 10 anos, sela as comemorações dos 50 Anos de Brasília por meio da sua temática e está integrada à programação da Semana Universitária UnB 2010, movimento de maior envergadura e abrangência, envolvendo programações dos demais decanatos. Sejam muito bem-vindos a esta construção coletiva!

Comunicação
Cultura
Direitos Humanos e Justiça
Educação
Meio Ambiente
Saúde
Tecnologia e Produção
Trabalho

REVISTA PARTICIPAÇÃO

1. A Participação é uma publicação impressa, semestral, editada pelo Decanato de Extensão (DEX) da Universidade de Brasília. A revista tem por objetivo constituir-se instrumento de comunicação e divulgação que possibilite intercâmbio de práticas, reflexões e resultados de ações de extensão desenvolvidas por meio de rede ampla e diversificada de atores e instituições sociais.

2. Este espaço editorial contempla abordagens de caráter teórico-prático sobre as atividades extensionistas desenvolvidas por experiências discentes, docentes e dos técnico-administrativos em programas e projetos no interior de instituições universitárias e em parceria com organizações da sociedade civil, bem como relatos e reflexões em assuntos contemporâneos relacionados com o desenvolvimento e adequação de políticas para a Extensão Universitária.

3. A Participação segue trajetória de uma revista científica, a partir da consolidação de modelo experimental e evolutivo. Desta forma, atende exigências e procedimento de formatação e de conteúdos acadêmicos, com a tendência crescente do seguimento dos rigores técnicos capazes de reconhecê-la e consolidá-la como tal.

4. A recepção dos artigos atende aos prazos de Chamadas mas mantém fluxo contínuo em que esgotado espaço, o material aceito integrará edições subsequentes. A revista tem duas edições por ano, em julho e em dezembro.

5. As seções da revista são: Editorial, Artigo, Comunicações, Opinião e Resenhas.

6. As normas encontram-se em www.revistaparticipaçãodex.unb.br.

ENVIE O SEU TRABALHO!

Revista Participação

Universidade de Brasília –Decanato de Extensão-DEX

Prédio da Reitoria- Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte CEP 70.910.900

Telefone: (61) 3107 0326

Fax: (61) 3107 0333

www.revistaparticipaçãodex.unb.br

e-mail: participação@unb.br



UnB